

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 29, DE 29 DE JUNHO DE 2018

(Atualizada pela Resolução Consepe nº 60-2022, de 06.12.2022)

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Teatro, Câmpus de Palmas, aprovado pela Resolução Consepe nº 10/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Teatro, Câmpus de Palmas, aprovado pela Resolução Consepe nº 10/2009, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM TEATRO, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 29/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 60-2022, de 06.12.2022)

PALMAS/TO

2018

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 60-2022, de 06.12.2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 29/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
TEATRO, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO 2018).**

PALMAS/TO
2018



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Palmas/Tocantins

2018



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Este documento tem como objetivo apresentar as estratégias didáticas e pedagógicas adotadas pelo Curso de Licenciatura em Teatro pelo câmpus universitário de Palmas - Universidade Federal do Tocantins (UFT). Redação dos professores: Adriana dos Reis Martins; Bárbara Tavares dos Santos; Daniela Rosante Gomes; Gustavo Henrique Lima Ferreira; Heitor Martins Oliveira; Karina Ribeiro Yamamoto; Marcial de Asevedo; Renata Ferreira da Silva; Renata Patrícia da Silva; Ricardo Ribeiro Malveira; Rosa Ana Gubert; Roseli Bodnar; Thaise Nardim; e contribuições dos professores e técnicos que compõem o colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro e do Curso de Filosofia.

Palmas/Tocantins

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Administração Superior

Luís Eduardo Bovolato

Reitor

Ana Lúcia de Medeiros

Vice-reitora

Jaasiel Lima

Pró-reitoria de Administração e Finanças

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitoria de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-reitoria de Pesquisa

Maria Santana Milhomem

Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitoria de Assuntos Estudantins

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento

Sumário

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	10
1.1 Breve Histórico da Universidade Federal do Tocantins	10
1.2 A Universidade Federal do Tocantins no Contexto Regional e Local	11
1.2.1 Caracterização Econômica e Financeira da Região	12
1.2.2 Caracterização Educacional da Região	13
1.2.3 Área de atuação acadêmica e cursos ofertados	13
1.3. Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais	20
1.3.1 Missão da UFT	22
1.3.2 Visão da UFT	22
1.3.3 Valores da UFT	22
1.3.4 Grandes Pilares Estratégicos	23
1.3.5. Descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento	23
1.4 Estrutura Organizacional	26
1.5 Caracterização do Curso	27
1.5.1 Nome do Curso	27
1.5.2 Grau acadêmico	27
1.5.3 Modalidade do Curso	27
1.5.4. Endereço do Curso	27
1.5.5 Ato Legal de reconhecimento do Curso	27
1.5.6 Número de Vagas	27
Dimensão das turmas para oferta de disciplinas:	27
1.5.7 Turno de Funcionamento	28
1.5.8 Integralização do Curso	28
1.5.9 Data e semestre letivo do início do funcionamento do Curso	28
1.5.10 Diretor do câmpus	28
1.5.11 Coordenador do curso	28
Coordenadores da área de Filosofia e Teatro	28

1.5.12 Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso de Licenciatura em Teatro	28
1.5.13 Relação Nominal dos Membros da Comissão de atualização do PPC	29
1.5.14 Histórico do Curso: sua criação e trajetória	29
1.6 Bases conceituais do Projeto Pedagógico Institucional	33
1.7 Organização didático-pedagógica	35
1.7.1 Administração acadêmica	35
Atribuições da Direção do Câmpus	35
1.7.2 Coordenação acadêmica	38
Atribuições do Colegiado de Curso	38
Atribuições da Coordenação de Curso	39
2. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	41
2.1 Justificativa	41
2.1.1 Avaliação do PPC Vigente	41
2.1.1.1 Dos discentes	41
2.1.1.2 Dos docentes	44
2.1.1.3 Da Comissão de Avaliação do MEC	48
2.1.1.4 Análise de evasão/retenção	51
2.1.2 Bases Legais	53
2.2 Objetivos do Curso	55
2.3 Perfil Profissiográfico	56
2.4 Competências, Atitudes e Habilidades	56
2.5 Campo de Atuação Profissional	57
2.6 Organização Curricular	58
2.6.1 Conteúdos curriculares	58
2.6.1.1 Núcleo De Estudos de Formação Geral	60
2.6.1.2 Núcleo de Aprofundamento de Atuação na Área Profissional - Teatro	62
2.6.1.2a Práticas da Cena	62
2.6.1.2b Teoria Teatral	63
2.6.1.2c Prática Pedagógica Teatral	63
2.6.1.2d Estágio Supervisionado	64
2.6.1.2e Trabalho de conclusão de curso	64

2.6.1.2f Disciplina(s) Optativa(s)	64
2.6.1.3 Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	64
2.6.2 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)	65
2.6.3 Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11)	66
2.6.4 Atendimento à Resolução CNE nº02/2015	66
2.6.4.1 Componentes curriculares e carga horária em cada núcleo de formação	67
2.6.4.2 Componentes curriculares em atendimento ao § 2º do art. 13 da Resolução CNE nº 2/2015	71
2.6.4.3 Componentes curriculares e carga horária em atendimento ao § 5º do art. 13 da Resolução CNE nº 2/2015	74
2.6.5 Atividades semipresenciais e disciplinas em caráter modular (presencial; semipresencial; tutorial).	74
2.6.6 Matriz Curricular	77
Integralização curricular	78
2.6.7 Língua Brasileira de Sinais (Libras): disciplina obrigatória (Decreto nº 5.626/2005)	79
2.6.8 Adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas)	80
Disciplinas com equivalência total e com equivalência de conteúdo mas sem equivalência total de carga horária e a necessidade de articular duas disciplinas para totalizar uma equivalência.	81
Disciplinas cursadas em PPC anterior sem equivalência no PPC atual	83
Disciplinas do novo PPC que inexistem nas versões anteriores	83
Inserção da prática como componente curricular	84
2.6.9 Migração para a nova estrutura	85
2.6.10 Ementário	85
Primeiro semestre	85
Segundo semestre	87
Terceiro semestre	89
Quarto semestre	91
Quinto semestre	93
Sexto semestre	95
Sétimo semestre	98
Oitavo semestre	100

Disciplinas Optativas	103
Disciplinas Optativas para Complementação de Carga Horária de Prática Pedagógica como Componente Curricular	107
2.6.11 Interface pesquisa e extensão	109
2.6.11.1 Áreas prioritárias	110
2.6.11.2. Núcleo de Estudos Avançados - Pós-Graduação	110
2.6.12 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET, etc.	111
2.6.13 Interface com as Atividades Complementares	112
2.6.14 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	113
2.6.15 Prática Profissional - Prática como Componente Curricular	113
2.6.16 Trabalho de Conclusão de Curso	115
2.6.17 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	116
Das avaliações e dos critérios de aprovação	117
2.6.18 Avaliação do Projeto do Curso	117
A avaliação do Projeto Político-Pedagógico	118
3.6.19 Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)	119
3. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	121
3.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente	121
3.2 Regime de trabalho	122
3.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.	123
3.4 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso de Licenciatura em Teatro	125
4. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS	126
4.1 Infraestrutura Básica do câmpus Palmas	126
4.2 Biblioteca do câmpus	126
4.2.1 Infraestrutura da Biblioteca	127
4.2.2 Recursos tecnológicos	127
4.3 Anfiteatros	127
4.4 Laboratórios do Curso de Teatro	128
4.6 Acessibilidade	128
ANEXOS	128
PQFD – Plano de Qualificação e Formação Docente	129

NORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	133
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	133
CAPÍTULO II - ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS	133
CAPÍTULO III - DA CARGA HORÁRIA E ATIVIDADES EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	134
CAPÍTULO IV - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	135
CAPÍTULO V - DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO	136
CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	136
CAPÍTULO VII - DAS ATIVIDADES E DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO	137
CAPÍTULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES	137
Da Instituição de Ensino	138
Do Coordenador de Estágios	138
Do Orientador de Estágio	139
Da Parte Concedente	140
Do Estagiário	140
CAPÍTULO IX - DOS ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS	141
Das orientações específicas	142
Dos Locais de Realização	142
CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	143
REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	145
APRESENTAÇÃO	145
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	145
CAPÍTULO II - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO	148
CAPÍTULO III - DO PROJETO DE TCC	149
CAPÍTULO IV - DO COORDENADOR DE TCC	150
CAPÍTULO V - DOS PROFESSORES ORIENTADORES E ORIENTANDOS	151
CAPÍTULO VI - DO PROJETO DE MONOGRAFIA OU ARTIGO CIENTÍFICO	152
CAPÍTULO VII - DA MONOGRAFIA OU ARTIGO CIENTÍFICO	153
CAPÍTULO VIII - DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO	154
CAPÍTULO IX - DOS DEPÓSITOS E DISPOSIÇÕES FINAIS	155
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC	157

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC	157
ANEXO III - SUGESTÃO DE BANCA EXAMINADORA	158
ANEXO IV - APROVAÇÃO DE DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	160
ANEXO V - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE MONOGRAFIA	161
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC	163
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BANCA DE EXAMINADORA	164
ANEXO VIII - MODELO DE CAPA	165

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Breve Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pro tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sérgio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 002, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta

acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Com uma estrutura multicampi a UFT se encontra de norte a sul do Estado e conta com sete câmpus, implantados nas cidades de: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nesse período de 15 anos de existência, houve uma expressiva ampliação na área construída da Universidade, de 41.069,60m², em 2003, para mais de 146.000 m² em 2015. Em número de alunos passamos de 7283 em 2003, para mais de 20.000 alunos em 2015.

A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a Universidade oferece 61 cursos de graduação presenciais oferecidos nos sete câmpus. Na modalidade a distância são mais 26 cursos entre graduação, especialização e extensão; além de 17 programas de mestrado acadêmico; 9 mestrados profissionais e 6 de doutorados, reconhecidos pela Capes, e ainda vários cursos de especialização lato sensu presenciais, totalizando 982 docentes e 18.881 alunos.

1.2 A Universidade Federal do Tocantins no Contexto Regional e Local

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo geograficamente todos os pontos cardinais do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação Brasileira, foi criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5

de outubro de 1988, e ocupa área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da região norte do País, limitando-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Estado de Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada.

Existe uma população estimada de 5.275 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 ha. Desse total, 630.948 ha já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Tocantins ocupa a 14ª posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

1.2.1 Caracterização Econômica e Financeira da Região

As principais atividades econômicas do Estado de Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (108.740 ha), milho (121.113 ha), soja (719.356 ha), mandioca (11.827 ha) e cana-de-açúcar (35.957 ha). A pecuária também é significativa, com 8.062.227 bovinos, 273.703 mil suínos, 264.995 mil equinos e 129.263 mil ovinos (IBGE, 2014). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, de móveis e madeiras, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

Em abril de 2013, o Estado contava com 47.434 empresas, sendo que 48% classificadas como micro e pequenas empresas e 52% como microempreendedores individuais. A atuação destas empresas estava distribuída em 47,9% envolvidas no setor de comércio; 44,4% no setor de serviços; 7,6% na indústria e 0,2% no setor do agronegócio (SEBRAE, 2014).

A atividade econômica industrial do Estado do Tocantins contempla 3.175 unidades de produção, ativas e formais, que geram 31.332 empregos formais, sendo 47% das indústrias do setor da construção civil e mobiliário, seguido da indústria mecânica/metalúrgica/material elétrico com 18% e as indústrias do ramo da alimentação com 14 % (FIETO, 2013).

As indústrias de micro e pequeno porte representam 97,19% das empresas formais e ativas. No Estado do Tocantins, o setor industrial é alicerçado pelo subsetor da construção civil com 61,5% do total do PIB industrial, enquanto no Brasil este indicador é 19,6%. Já o subsetor da indústria de transformação, no Brasil, representa 62,1% do PIB industrial, enquanto no Estado do Tocantins este indicador é de apenas 11,1% (FIETO, 2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado do Tocantins, em 2011, era de R\$ 7.844,67. O setor que teve maior participação no PIB nesse ano foi o setor de

serviços (55,9%), seguido da administração pública (26,6%), da agricultura com 15,6% e da indústria com 19,6% (CONJUNTURA-TO, 2013).

A Administração Pública é o que mais emprega no Estado do Tocantins com 41% em (2012), seguido do setor de serviços e do comércio com 20,4 % dos postos de emprego (CONJUNTURA-TO, 2013).

1.2.2 Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no Estado do Tocantins existem 1.475 escolas de ensino fundamental; 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas.

O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5.

Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente.

O Estado conta com 26 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas duas são públicas, UFT e Unitins, e 47 mil estudantes matriculados no ensino superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD), apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública. (SEMESP, 2015)

Em 2013, o Estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o Estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de ensino superior completo. (SEMESP, 2015) .

1.2.3 Área de atuação acadêmica e cursos ofertados

Dentre as temáticas regionais que têm motivado as pesquisas da UFT, destacam-se:

As diversas formas de territorialidade no Tocantins – por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Nestes estudos, estão sendo reveladas, também, as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Desenvolvimento de novas tecnologias na agropecuária – considerando que o cultivo de grãos e frutas e a expansão do mercado de carne no Tocantins têm atraído investidores de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuído para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, tem buscado uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

A riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica – os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins - cerrado, floresta amazônica, pantanal e caatinga - que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

Inclusão social – o Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa etnias indígenas e uma significativa população rural. A UFT, assumindo o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, rural e de jovens e adultos.

Fontes alternativas de energia – diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes alternativas de energias socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Visando definir protocolos capazes de atender a essa demanda da Amazônia Legal, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos - fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa.

Para atendimento das áreas citadas anteriormente a UFT oferece cursos de graduação e pós-graduação nos seus sete câmpus (Figura 03).

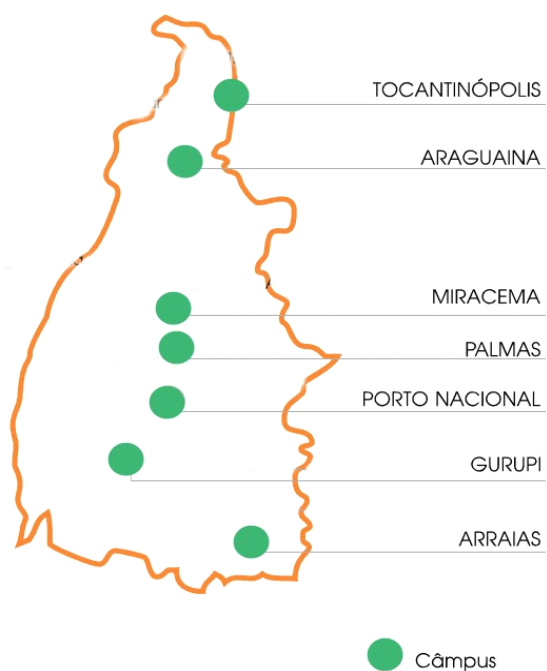


FIGURA 03: Distribuição geográfica da UFT. Fonte: PROGRAD, 2015.

A UFT é uma universidade multicâmpus, estando os seus sete câmpus universitários localizados nas seguintes cidades do Estado do Tocantins: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Os câmpus universitários são unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. A eles estão vinculados os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Esses câmpus têm uma organização acadêmica responsável pela operacionalização didática e científica das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela administração do pessoal docente, discente e técnico-administrativo. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispondo de autonomia relativa de acordo com as normas pertinentes.

A Reitoria da UFT está localizada em Palmas, estando os demais câmpus localizados nos seguintes endereços:

REITORIA

Av. NS 15, Qd. 109 Norte, Bloco IV, Centro – Palmas/TO CEP: 77001-090

Fone/Fax: (63) 3232-8035

Reitor: Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato – E-mail: reitor@uft.edu.br

Vice-reitor: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Medeiros – E-mail: vicereitoria@uft.edu.br

Fone/Fax: (63) 3232-8012

CÂMPUS DE ARAGUAÍNA

Rua Humberto de Campos, nº 508, Bairro São João – Araguaína/TO CEP: 77800-000

Fone: (63) 2121-2201 Fax: (63) 2121-2225

Rua Paraguai S/N, Esquina c/ Rua Uxiramas, Setor Cimba – Araguaína/TO CEP: 77807-060

Fone/Fax: (63) 2121-2117

Diretor de câmpus: Prof^o. Dr. José Manoel Sanches da Cruz

e-mail: diraraguaina@uft.edu.br

Localizado na região Norte do Tocantins, a 385 km de Palmas, o município de Araguaína conta com uma população estimada em aproximadamente 167.170 habitantes. Destaca-se na pecuária e como centro comercial dos municípios circunvizinhos.

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: História; Medicina(em fase de implantação); Medicina Veterinária e Zootecnia.

Licenciatura: Biologia; Física; Geografia; História; Letras – Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas; Matemática e Química.

Tecnologia: Tecnologia em Gestão de Cooperativas; Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística.

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Acadêmico: Ciência animal tropical; Ensino de língua e literatura; Estudos de cultura e território; Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos.

Mestrado Profissional em Rede: Letras; História e Física.

Doutorado Acadêmico: Ciência animal tropical; e Ensino de língua e literatura.

Na área tecnológica, são desenvolvidas pesquisas que contribuem com a área de produtividade animal e estudos sobre identidades locais.

CÂMPUS DE ARRAIAS

Av. Universitária, S/N, Centro- Arraias/TO CEP: 77330-000

Fone/Fax: (63) 3653-8804

Diretor de câmpus: Profº. Dr. Antonivaldo de Jesus

e-mail: dirarraias@uft.edu.br

A cidade de Arraias está localizada a 413 km na região serrana, ao Sudeste do Tocantins e possui uma população estimada em aproximadamente 10.800 habitantes.

Cursos regulares presenciais:

Licenciatura: Educação do Campo; Matemática e Pedagogia.

Tecnologia: Turismo patrimonial e socioambiental

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Profissional em Rede: Matemática

O Câmpus de Arraias atende a diversos municípios da região Sul e desenvolve pesquisas ligadas as novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

CÂMPUS DE GURUPI

Rua Padejos, Lote 7, Chácara 69/72, Zona Rural – Gurupi/TO CEP: 77402-970

Fone: (63) 3311-3504 Fax: (63) 3311-3501

Diretor de câmpus: Profº. Dr. Gil Rodrigues dos Santos

e-mail: dirgurupi@uft.edu.br

O município de Gurupi está localizado ao Sul do Estado, a 214 km de Palmas, e é cortado pela rodovia BR-153 (Belém-Brasília), principal meio de ligação entre o Norte e o Sul do país e possui, aproximadamente, uma população estimada em 82.760 mil habitantes.

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: Agronomia; Engenharia de Bioprocessos e biotecnologia; Engenharia florestal e Química ambiental.

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Acadêmico: Biotecnologia; Ciências florestais e ambientais e Produção Vegetal.

Doutorado Acadêmico: Produção Vegetal.

Os principais projetos são desenvolvidos nas áreas de produção, comercialização e controle de culturas regionais e manejo de solos. O câmpus tem trabalhado em âmbito municipal e estadual desenvolvendo projetos em parceria com a Prefeitura de Gurupi, Ruraltins, Embrapa, Sindicato Rural, Incra, Empresas Privadas, entre outras entidades, procurando realizar a transferência de tecnologia e avaliações de trabalho de pesquisa.

CÂMPUS DE MIRACEMA

Av. Lurdes Solino, S/N, Setor Universitário – Miracema/TO CEP: 77650-000

Fone: (63) 3366-8602 Fax: (63) 3366-8004

Diretora de câmpus: Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva

e-mail: dirmiracema@uft.edu.br

Miracema foi a primeira capital do Estado e está localizada a 90 km de Palmas, com uma população estimada em aproximadamente 19.930 habitantes.

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: Psicologia; e Serviço Social.

Licenciatura: Educação Física; e Pedagogia.

O município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena. O Câmpus de Miracema desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

CÂMPUS DE PALMAS

Av. NS 15, 109 Norte - Plano Diretor Norte – Palmas/ TO CEP: 77020-210

Fone: (63) 3232-8020 Fax: (63) 3232-8022

Diretor de câmpus: Prof Dr. Marcelo Leinecker Costa

e-mail: dirpalmas@uft.edu.br

Com uma população estimada em aproximadamente 265.400 mil habitantes, Palmas é a última capital brasileira planejada do século XX. Fundada em 20 de maio de 1989, está situada no centro geográfico do Estado, distante 807 km de Brasília.

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Jornalismo; Direito; Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia Elétrica; Medicina e Nutrição.

Licenciatura: Filosofia; Pedagogia e Teatro.

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Acadêmico: Agroenergia; Ciência e tecnologia de Alimentos; Ciências do ambiente; Desenvolvimento regional; Educação; Ensino em ciência e saúde; e Comunicação e sociedade

Mestrado Profissional: Ciência da saúde; Gestão de políticas públicas; Engenharia ambiental; Modelagem computacional de sistemas; Prestação jurisdicional e direitos humanos; e Educação.

Mestrado Profissional em rede: Administração Pública; e Matemática.

Doutorado Acadêmico: Ciências do ambiente; e Desenvolvimento regional.

Doutorado Acadêmico em rede: Biotecnologia e biodiversidade

O Câmpus de Palmas desenvolve projetos nas áreas de direitos humanos, novas tecnologias de alimentos, saneamento e desenvolvimento de fontes de energias alternativas, dentre outros.

CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

Rua 7, Quadra 15, S/N, Jardim dos Ipês Porto Nacional/TO CEP: 77500-000

Fone: (63) 3363-0508 Fax: (63) 3363-0510

Diretor de câmpus: Prof^o. Dr. George França

e-mail: dirportonacional@uft.edu.br

Localizado na região Central do Estado, a 59 km da Capital, Porto Nacional é um dos municípios mais antigos do Estado, contando com uma população de aproximadamente em 51.840 mil habitantes. Desde o início do século XX, o município se destacou como um grande centro religioso, educacional e cultural. Uma missão de padres dominicanos franceses foi responsável por esse processo, primeiro na educação e catequização de homens, depois inovando, para a época, com a vinda de missionárias para educar as mulheres.

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: Ciências Biológicas; Geografia; Ciências Sociais e Relações Internacionais.

Licenciatura: Ciências Biológicas; Geografia; História, Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas; Letras – Libras.

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Acadêmico: Biodiversidade, ecologia e conservação; Letras e Geografia

O Câmpus desenvolve pesquisas nas áreas de educação indígena, cultura e meio ambiente, ligadas aos cursos oferecidos.

CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588 Tocantinópolis/TO CEP: 77.900-000

Fone/Fax: (63) 3471-6002

Diretora de câmpus: Prof^a. Dra. Francisca Rodrigues Lopes

e-mail: dirtocantinopolis@uft.edu.br

Localizada no Extremo-Norte do Estado, a 532 km da Capital, Tocantinópolis, com população estimada em aproximadamente 23.150 mil habitantes, faz parte do Bico do Papagaio, região abastecida por rios e terras férteis, que estimulam as atividades agropecuárias, sobretudo a agricultura familiar.

Cursos regulares presenciais:

Licenciatura: Ciências Sociais; Educação Física; Educação do Campo; e Pedagogia.

Observadas as características da região, o Câmpus desenvolve projetos nas áreas educacionais e de identidade cultural.

Cursos de Graduação na Modalidade PARFOR

Câmpus	Cursos
Araguaína	Geografia
	História
	Letras
	Matemática
	Pedagogia
Arraias	Pedagogia
Gurupi	Biologia
Miracema	História Educação Física (turma em conclusão)
Palmas	Artes
	Pedagogia
	Matemática
	Informática (turma em conclusão)
	Informática – 2ª Licenciatura
Porto Nacional	Letras
	Letras/Libras

Cursos de Graduação à Distância

Pólos dos Cursos EAD	Curso
Alvorada	Matemática
Ananás	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
	Física
Araguacema	Administração Pública
Araguaína	Administração Pública
	Biologia
Araguatins	Física
	Biologia
	Química
Arraias	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
Cristalândia	Biologia
	Física
	Química
Dianópolis	Administração Pública
	Física

	Matemática
	Química
Guaraí	Administração Pública
Gurupi	Matemática
	Administração Pública
	Biologia
	Física
	Matemática
Mateiros	Química
	Matemática
Nova Olinda	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
Palmas	Física
	Química
Pedro Afonso	Administração Pública
Porto Nacional	Biologia
	Química
Taguatinga	Administração Pública
	Matemática
Wanderlândia	Biologia

Os cursos de graduação, conforme a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/96, são ofertados aos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo da Universidade Federal do Tocantins ou pelo Sistema de Seleção Unificada - SISU.

1.3. Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais

O Planejamento Estratégico - PE (2014 – 2022), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” e, como visão “Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007), com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- * o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

- * a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

* o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

* a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

* a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

* o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

* a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2014-2022), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de Graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de Pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas estratégicas; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da Pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura multicampi; cooperação e interação entre os campi e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural.

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura multicampi; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnico-administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete campi universitários localizados em regiões estratégicas do estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas responsabilidades e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis.

A Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer suas áreas de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se aproveita das oportunidades e minimiza as ameaças do ambiente externo.

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap) conduziu no ano de 2014, os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2014 a 2022, através de reuniões na sede da Reitoria, na cidade de Palmas, onde houve a participação ampla dos diferentes setores da Universidade. O trabalho resultou em um documento institucional que descreve todo o processo metodológico e resultados alcançados; estes, considerando as dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A partir destes resultados foi construída a estratégia de elaboração do PDI para o período de 2016 a 2020, descrito mais adiante.

Neste Planejamento Estratégico foram redefinidos para os próximos nove anos (2014 a 2022), a missão, visão e valores da UFT, que representam sua identidade institucional com o objetivo de promover a convergência de esforços humanos, materiais e financeiros, regendo e inspirando a conduta e os rumos da Instituição com vistas ao cumprimento do seu PDI. Pois, esta tríade (missão, visão e valores), serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica, no exercício das suas responsabilidades, ao buscar o cumprimento da missão, na direção da visão Institucional. Na Figura 01, pode ser observado o mapa estratégico da UFT.

1.3.1 Missão da UFT

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

1.3.2 Visão da UFT

Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

1.3.3 Valores da UFT

- Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:
- Respeito à vida e à diversidade;

- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação; Responsabilidade social;
- Equidade.

1.3.4 Grandes Pilares Estratégicos

- Atuação sistêmica
- Articulação com a sociedade
- Aprimoramento da gestão
- Valorização humana



Figura 01: Mapa Estratégico da UFT. Fonte: Planejamento estratégico da UFT (2014 à 2020)

1.3.5. Descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento

Os resultados alcançados no Planejamento Estratégico serviram de base na elaboração do PDI, período 2016 a 2020. Para isso foi confeccionada uma matriz (Figura 02) que serviu como base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que contempla os cinco eixos do Sinaes. Sendo estes:

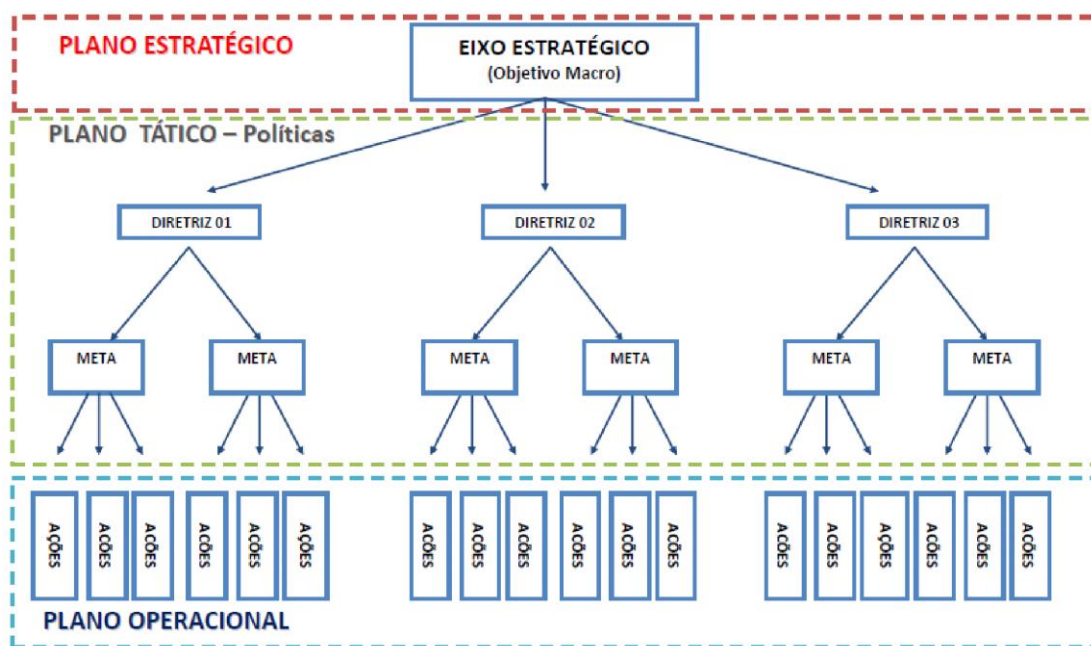
Eixo Nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 – Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 – Comunicação com a sociedade e 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões SINAES 5 – Política de Pessoal, 6 – Organização e Gestão da Instituição e 10 – Sustentabilidade;

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão SINAES 7 - Infraestrutura Física).



Fonte: Elaboração Própria.

Figura 02: Matriz base para reconstrução das ações a serem realizadas no período de 2016 e 2020.

Dentro de cada Eixo. Foram definidos seus respectivos objetivos e diretrizes e metas (Anexo A) A planilha descrita no Anexo A foi preenchida pelas diferentes unidades gestoras (UGs) da Universidade, sendo consideradas 23 (UGs) (Quadro 01).

Nº DA UNIDADE GESTORA	NOME DA UNIDADE GESTORA
1	Reitoria
2	Pró-Reitoria de Graduação

3	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
4	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
5	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
6	Pró-Reitoria de Administração
7	Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento
8	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
9	Prefeitura
10	Câmpus de Tocantinópolis
11	Câmpus de Araguaína
12	Câmpus de Palmas
13	Câmpus de Miracema
14	Câmpus de Gurupi
15	Câmpus de Palmas
16	Câmpus de Arraias
17	Diretoria de Comunicação
18	Diretoria de Tecnologia da Informação
19	Diretoria de Tecnologias Educacionais
20	Diretoria de Assuntos Internacionais
21	Auditoria Interna
22	Comissão Permanente de Seleção
23	Centro de Idiomas

Quadro 01: Unidades Gestoras da Universidade Federal do Tocantins. Fonte: PROAP, 2015.

As planilhas foram parcialmente preenchidas pela Proap, com as informações oriundas do Planejamento Estratégico, dos Relatórios de Avaliação do INEP, dos Relatórios da CPA e relatórios da CGU e TCU, entre outros.

Com base nessas planilhas foram realizadas reuniões com cada UG, era explicar o processo de construção, o procedimento de preenchimento e a utilização das informações na construção do PDI. Devolvidas as planilhas pelas UGs, foi montado um Quadro Estratégico da IES, com as ações institucionais a serem desenvolvidas nos próximos quatro anos.

Após a construção deste painel tornou-se imprescindível um processo de monitoramento e avaliação deve ser posto em prática para assegurar que a organização gerencie a estratégia continuamente. O monitoramento proporcionará a informação necessária para avaliar o desempenho da Instituição, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Tanto o monitoramento quanto a avaliação são funções de gestão indispensáveis que ajudam a fortalecer o planejamento das instituições e a melhorar a efetividade das ações e intervenções.

A partir de então, a Matriz-PDI será monitorada por meio dos indicadores das ações e avaliada anualmente, para verificação, execução, revisão/readequação das ações

com base no rol de recomendações oriundas dos mecanismos de Avaliação Institucional.

Como parte do processo de monitoramento também será realizada o gerenciamento de riscos diante dos objetivos traçados. O risco refere-se à incerteza que cerca eventos e resultados futuros. E a expressão da probabilidade e do impacto de um evento que tem potencial para influenciar a consecução dos objetivos de uma Organização.

1.4 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Assembleia Universitária: constituída pelos membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 16/2015.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSUNI 16/2015.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica, Assessorias Especiais, Diretorias, Prefeitura Universitária, Copese, Hospitais Universitários, Institutos, Fundação de Pesquisa e Editora Universitária.

Conselho de Desenvolvimento: órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Formado pelo Reitor; por um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; por um representante do setor de comércio e serviços; por um representante agropecuário do Estado; por um representante das pequenas e microempresas; por um representante da imprensa; por um representante do Governo do Estado; por um representante do Legislativo do Tocantins; por um representante do Sindicato dos Trabalhadores; por um representante do fórum dos movimentos sociais; por um representante dos discentes; por um representante dos docentes e por um representante dos técnico-administrativos.

Conselho Diretor: é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa. De acordo com a Resolução CONSUNI 16/2015, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por 15% de discentes; por 15% dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 26 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

Colegiado de Curso: a gestão acadêmica dos cursos ocorre no âmbito dos Colegiados de Curso.

Coordenação de Curso: docente eleito pelo colegiado de Curso para exercer funções previstas no Estatuto da UFT, com mandato de 2 (dois) anos.

1.5 Caracterização do Curso

1.5.1 Nome do Curso

Curso de Licenciatura em Teatro

1.5.2 Grau acadêmico

Licenciatura

1.5.3 Modalidade do Curso

Presencial

1.5.4. Endereço do Curso

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Coordenação dos cursos de Filosofia e Teatro
Quadra 109 Norte, Av. NS 15, s/n. ALCNO 14, Bloco BALA 2, Sala 16.
Plano diretor Norte
Palmas - TO
CEP - 77.001-090
Tel. - (63) 3229-4755

1.5.5 Ato Legal de reconhecimento do Curso

Código E-MEC: 1101390
Curso integrante do Reuni: Resolução Consuni: 14/2007, de 09/10/2007
Autorização: Decreto nº 5.773/2006, Art. 28 - DOU de 01/10/20014, S. 1, p.11
Estrutura curricular:
1) Resolução Consepe nº 10/2009, de 29/04/2009
2) Resolução Consepe nº 17/2014, de 14/08/2014
Conceito do curso: 3 (2014)

1.5.6 Número de Vagas

40 vagas por semestre / 80 vagas por ano

Dimensão das turmas para oferta de disciplinas:

Disciplinas práticas: máximo de 20 alunos

Disciplinas teóricas: máximo de 40 alunos, extensível em até 10% após análise da coordenação de curso.

Oferta de todas as turmas sob responsabilidade do Colegiado de Teatro, exceto aquelas ofertadas no Ciclo Comum pelo curso de Filosofia e outras turmas ofertadas em regime de colaboração com outros cursos, de acordo com análise contextual.

1.5.7 Turno de Funcionamento

Noturno

1.5.8 Integralização do Curso

Mínimo de 8 (oito) semestres letivos e máximo de 16 (dezesesseis) semestres letivo

1.5.9 Data e semestre letivo do início do funcionamento do Curso

Início em 06 de agosto de 2009.

Semestre letivo 2009/2.

1.5.10 Diretor do câmpus

Prof. Dr. Marcelo Lieneker Costa

Portaria nº 841 de 18 de maio de 2018.

1.5.11 Coordenador do curso

Prof. Dr. Ricardo Malveira

Portaria nº 844 de 27 de abril de 2017.

Coordenadores da área de Filosofia e Teatro

Prof. Dr. Eduardo Simões

Prof. Dr. Ricardo Malveira

1.5.12 Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso de Licenciatura em Teatro

Docente	Data de Ingresso da UFT	Regime de Trabalho
Adriana dos Reis Martins	30/05/2011	Dedicação Exclusiva
Bárbara Tavares dos Santos	21/05/2013	Dedicação Exclusiva
Daniela Rosante Gomes	08/04/2011	Dedicação Exclusiva
Gustavo Henrique Lima Ferreira	20/03/2013	Dedicação Exclusiva
Heitor Martins Oliveira	02/08/2010	Dedicação Exclusiva
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio	27/02/2013	Dedicação Exclusiva
Karina Ribeiro Yamamoto	21/05/2013	Dedicação Exclusiva
Karylleila dos Santos Andrade Klinger	29/05/2003	Dedicação Exclusiva
Kátia Maia Flores Barros	16/05/2003	Dedicação Exclusiva

Marcial de Asevedo	18/03/2013	Dedicação Exclusiva
Mateus Schimith Batista	06/06/2016	Dedicação Exclusiva
Renata Ferreira da Silva	22/03/2013	Dedicação Exclusiva
Renata Patricia da Silva	14/05/2013	Dedicação Exclusiva
Ricardo Ribeiro Malveira	14/06/2016	Dedicação Exclusiva
Rosa Ana Gubert	15/05/2015	Dedicação Exclusiva
Roseli Bodnar	21/10/2004	Dedicação Exclusiva
Thaíse Luciane Nardim	02/08/2010	Dedicação Exclusiva
José Soares*	10/06/2013	Dedicação Exclusiva
Raquel Castilho*	24/04/2013	Dedicação Exclusiva
Roberto Francisco de Carvalho*	06/10/2004	Dedicação Exclusiva

* Professores do Colegiado de Filosofia que lecionam disciplinas no Curso de Licenciatura em Teatro.

1.5.13 Relação Nominal dos Membros da Comissão de atualização do PPC

- Bárbara Tavares dos Santos
- Daniela Rosante Gomes
- Gustavo Henrique Lima Ferreira
- Karina Ribeiro Yamamoto
- Marcial de Asevedo
- Renata Ferreira da Silva
- Renata Patricia da Silva
- Ricardo Ribeiro Malveira
- Rosa Ana Gubert
- Thaíse Luciane Nardim

1.5.14 Histórico do Curso: sua criação e trajetória

O projeto inicial do Curso de Licenciatura em Teatro foi elaborado por uma comissão interdisciplinar de professores da UFT formada pela Direção do Câmpus Universitário de Palmas e pela PROGRAD/UFT, em 2007. Com base em muitas discussões, pesquisas e consultoria de especialistas na área, a comissão construiu o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Teatro de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Filosofia. Tomou-se como fundamento do trabalho a necessidade de criação de um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos, as transformações do campo da arte e as exigências do Ministério da Educação, considerando a nova regulamentação para os cursos de licenciatura.

O projeto está devidamente fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996 e intitulada Lei Darcy Ribeiro, cuja clareza pode ser observada no artigo 26, parágrafo 2o. De acordo com esse artigo, o ensino das artes constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos(as). A lei ainda dispõe, em seu artigo 9o, item IV, que a União ficará incumbida de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino

médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. A partir da LDB, o Ministério da Educação tem desenvolvido os seguintes documentos, com a finalidade de contribuir com a execução do trabalho educativo de nível Básico:

- Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (0 a 6 anos);
- Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - para o Ensino Fundamental;
- Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - para o Ensino Médio;
- Base Nacional Curricular Comum
- Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais;
- Referenciais Curriculares para a Educação Profissional.

Especificamente no que tange aos cursos de nível superior, de acordo com o artigo 53, item II, a LDB confere às universidades, no exercício de sua autonomia, construir os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Apreciando e analisando os PCNs, compreende-se que devem ser incluídas as quatro modalidades artísticas nos currículos das escolas da rede de ensino: Dança, Música, Teatro e Artes Visuais. Portanto, tanto o Teatro quanto às demais áreas artísticas, tendo resguardadas suas especificidades, passam a ser consideradas como fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no exercício de sua cidadania. Destaca-se que os PCNs estão organizados em dez volumes, sendo o sexto volume o que versa sobre o ensino das Artes, reconhecendo que esta área exerce função tão importante quanto as demais áreas de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se, que os PCNs, com a Resolução No. 1, de 31 de janeiro de 2006, caracterizam-se por não mais identificar os conhecimentos de Arte como “Educação Artística”, ou seja, como já foi apontado, a Arte está incluída na matriz curricular como disciplina específica da área de linguagens com conteúdos próprios conectados à cultura artística, e não apenas como atividade.

Entende-se, com isso, que se inicia um novo marco na História do Ensino da Arte, cujo sucesso depende da ênfase na formação dos novos profissionais da área de ensino, e portanto, de sua preparação e qualificação profissional para trabalhar a partir da nova configuração. Neste sentido e, com base na Resolução No 4, de 8 de março de 2004 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências, destaca-se o Artigo 5º, que assegura o perfil do profissional a partir de conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – Conteúdos básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura, e a Literatura, sob diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo Teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação teatral e com a ética profissional.

II – Conteúdos específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética, com a Teoria e Ensino de Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas de expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana.

Observa-se que, ao longo da história do Brasil, existiram diversas iniciativas de abordagem ou utilização do Teatro no processo educativo, bem como de formação educacional de pessoas voltadas para a arte teatral. A Companhia de Jesus desenvolveu em seus colégios uma sólida estrutura de uso escolar religioso do teatro, comparável àquela praticada na Europa. Molière e Goldoni estudaram em colégios jesuítas e ali aprenderam os rudimentos da dramaturgia. Enfatiza-se que, nesse momento, os mistérios religiosos tinham como objetivo a formação de consciência numa perspectiva religiosa. Em meados do século XIX, João Caetano (ator e dramaturgo brasileiro) se contrapondo à concepção dos mistérios religiosos criou uma escola de teatro, com motivação de ordem política, visando diluir o poder absoluto das companhias portuguesas entre nós. Buscando superar a condição marginal, discriminada e subalterna da classe teatral de seu tempo, o projeto continha itens curriculares como "Da Reta Pronúncia", "Da Declamação e Esgrima" e "Da História", ilustrando mais uma vez a relação do teatro e seu papel na educação de um povo.

Em 1857 é criado o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, que não foi propriamente uma escola de teatro, mas uma agremiação de incentivo à dramaturgia, em que chamava atenção dos alunos para "boa prosódia e nítida compreensão dos papéis desempenhados". Pensava-se, na época, no aperfeiçoamento do fazer artístico e das formas de apreciação da arte teatral através de debates em sessões culturais.

A instituição da escola de teatro é recente. Anteriormente, os atores eram instruídos no seio da classe teatral e suas funções eram bastante estáveis, com representações de papéis do mesmo tipo ao longo de toda a vida. No teatro moderno, torna-se bem mais complexo o trabalho do ator e de todos os envolvidos com a arte teatral. O ator, por exemplo, não pode mais se fixar em um estilo ou em convenções. Ele deve dominar técnicas para trabalhar com variados tipos de texto e com gestos e entonações diferenciados, exigindo um período de formação que justifica a existência das escolas de ensino de teatro. Desta forma, apenas no século XX, nascem as primeiras instituições de ensino de teatro brasileiras de ensino superior, sendo ainda mais recente (década de 70) o início da pós-graduação na área.

O Curso de Licenciatura em Teatro é resultado do amadurecimento do processo de institucionalização da Universidade Federal do Tocantins (UFT) desde 2003, quando iniciou seu processo de instalação. Desde o início, a UFT cuidou de sanar os problemas dos cursos transferidos pelo Estado, mas buscou otimizar e ampliar a oferta de vagas ociosas e novos cursos demandados pela sociedade. A criação da Diretoria de Arte e Cultura e a construção Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte – CUICA foram decisivos para o nascimento dos primeiros movimentos institucionais para envolver a comunidade universitária no universo da arte e da cultura. Desse movimento surgiu um grupo de professores interessados em fortalecer tal movimento através de projetos de pesquisa e extensão.

Assim sendo, a iniciativa de criação do curso foi amadurecida tendo em vista a demanda vinda do mercado de trabalho no estado do Tocantins. Há poucos profissionais graduados em Artes – sejam elas Visuais, Cênicas, Cênicas ou Música – atuando na

educação básica e nenhum curso reconhecido de nível superior em Artes no Estado. A situação da exiguidade de professores com formação específica tornou-se mais grave com a obrigatoriedade do ensino de Artes no Ensino Fundamental. Quando em 2007, no câmpus de Palmas, começaram as discussões em relação à proposta de adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o grupo de Artes já tinha galgado um nível de discussão e discernimento que foram imprescindíveis para inserir o curso de Artes no projeto do REUNI/UFT.

Com a proposição institucional dos novos cursos, Artes e Filosofia vieram compor uma grande área interdisciplinar. O projeto da Licenciatura em Teatro foi elaborado por uma comissão de professores designada pela Direção do câmpus de Palmas. Com base em muitas discussões, interlocuções com a PROGRAD e dedicação do grupo de trabalho, o PPC de Licenciatura em Teatro foi construído de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Filosofia.

O curso busca responder à expectativa da sociedade, que espera da UFT um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos no Estado do Tocantins, seguindo as diretrizes legais do Ministério da Educação. O colegiado de Artes enfatiza o propósito de ofertar um curso que seja um *locus* privilegiado para promover a missão da UFT em construir e difundir conhecimento crítico para o desenvolvimento social e político no contexto da Amazônia.

Neste sentido, o curso tem como premissa e meta o estímulo à pesquisa e à criação para o ensino do teatro, proporcionando ao aluno do curso, as condições necessárias para sua intervenção, de maneira crítica e responsável, no conjunto das práticas éticas, políticas e do saber. Desta forma, oferece uma capacitação ampla, oferecendo formação técnica, ética e cultural, habilitando os futuros professores para o exercício do magistério.

O currículo da licenciatura em Teatro da UFT foi elaborado conforme a Resolução no 4 de 8 de março de 2004 – CNE. Resolução CNE/CES/2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro. De acordo com o Art. 5º - O curso de graduação em Teatro deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir de conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

Eixo I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura e a Literatura, sob diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação teatral, e com a ética profissional;

Eixo II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética com a Teoria e o Ensino de Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas e expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana;

Eixo III – Conteúdos Teórico-práticos: domínios de técnicas integradas aos princípios informadores da formação teatral e sua integração com atividades relacionadas com Espaços Cênicos, Estéticos, Cenográficos, além de domínios específicos com produção teatral, como expressão da Arte, da Cultura e da Vida.

Portanto, o curso contemplou em seu currículo noções de artes visuais, música e dança abordadas em suas relações de interdisciplinaridade com o Teatro – isto é, estudadas em sua aplicabilidade na encenação (os elementos sonoros, por exemplo, são analisados em função de sua importância para a expressão vocal e a musicalização do ator; já a dança aparece caracterizada como consciência corporal para a composição da partitura do ator, juntamente com a noção de espacialidade). O curso buscou o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo artístico e dos meios de produção, atualizando conhecimentos em relação a história do ensino da arte, e mais especificamente do teatro, no Brasil - influências e tendências metodológicas. Igualmente, contemplando as diferentes dimensões na formação do artista, como a História da Arte, Introdução a Estética, Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil, Filosofia da Linguagem, Antropologia Cultural e Filosófica, Matrizes Culturais da Amazônia, tanto na dimensão da cultura local e como nacional.

No currículo da licenciatura, configura-se a preocupação de uma formação específica e técnica, por intermédio de um conjunto de atividades teóricas e práticas. Estas procuram enfatizar, particularmente, os jogos teatrais e os processos de improvisação cênica como recurso de manutenção da organicidade, tendo-se em vista o desenvolvimento perceptivo-sensorial da criança e do adolescente. Igualmente, com as habilidades e competências visa-se à formação de um profissional familiarizado com as diferentes poéticas cênicas e com os diversos sistemas geradores de signos do fenômeno teatral, possuindo conhecimento e domínio de técnicas e métodos de trabalho corporal, vocal, improvisacional, de interpretação e criação cênica. Neste curso, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são obrigatórios, conforme prevê a legislação brasileira.

Como prática de ensino, o Teatro insere-se na educação através das aulas práticas e teóricas, como um espaço específico. Como campo de atuação profissional, o licenciado pode atuar no exercício do magistério na educação formal (ensino infantil, educação básica e ensino médio, como professor de Artes, Teatro e ou Artes Cênicas); na educação não-formal, pela ação cultural em oficinas artísticas, workshops, pela atuação em ONGs da área de educação, inclusão e outras, assim como em exposições e outras ações na área de mediação. Pode ainda atuar como oficinairo nas Escolas de Tempo Integral ou no projeto Escola Aberta, e na elaboração, produção e execução de projetos culturais relacionados às artes. Pode, ainda, trabalhar como agente cultural em projetos de formação e difusão da cultura, como professor de teatro em escolas profissionalizantes e como pesquisador da cultura e das artes brasileiras.

O novo currículo da licenciatura em Teatro da UFT foi elaborado para atender a Resolução nº 2 de julho de 2015 e as demandas para a formação do educador em Teatro no contexto da Amazônia Legal.

1.6 Bases conceituais do Projeto Pedagógico Institucional

As políticas de graduação da UFT partem de uma clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país. Esses sistemas, por meio de articulação dialética,

possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias.

Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As Políticas de Graduação da UFT buscam estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

Diante do exposto, entende-se que o elemento aglutinador das Políticas de Graduação desta Universidade tem como base a articulação das políticas desenvolvidas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

Considera-se a grande crise vivida pela sociedade capitalista no final da década de 1970, o que intensifica o processo de reforma do modelo de Estado (passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Neoliberal) e implantação de um novo modelo de produção (passagem do modelo Taylorista/Fordista para um modelo Toyotista). Nessa perspectiva, a última década do Século XX e início do Século XXI tem sido palco de intensa convulsão social e econômica, provocando fortes transformações nas políticas econômicas, sociais (aí incluída a educação) e nas questões epistemológicas, exigindo mudanças na formação profissional do cidadão para atuar nesse novo contexto social. Nesse cenário, um currículo adequado parece passar pela perspectiva de um ensino articulado com a pesquisa e com a extensão. Dessa maneira, os elementos curriculares adquirirão novas formas, os conteúdos serão apreendidos compreensivamente e a relação aluno-professor se dará no modo sujeito-sujeito; as metodologias serão variadas e ativas, a avaliação refletirá a análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações e conceitos fundantes.

Todo esse leque de possibilidades educativas precisa, todavia, ser desenvolvido tendo como norte a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Graduação (PNG), os movimentos sociais organizados, os fóruns internos como o FEPEC e as demandas produtivas.

A UFT construiu seu Projeto Pedagógico Institucional tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deverão, pois, ter como referencial:

- A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino.
- O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- O futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro.
- A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno.
- A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- A aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.
- O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

1.7 Organização didático-pedagógica

1.7.1 Administração acadêmica

Atribuições da Direção do Câmpus

As atribuições da Direção do câmpus e do Conselho Diretor, conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II - Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O câmpus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos campi de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de câmpus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor; V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de câmpus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;

- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de câmpus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de câmpus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-graduação ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de câmpus:

- I. administrar o câmpus;
- II. representar o câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do câmpus por disposição regimental;
- III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

- V. integrar o Conselho Universitário;
- VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do câmpus;
- VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

1.7.2 Coordenação acadêmica

Atribuições do Colegiado de Curso

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

- IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Atribuições da Coordenação de Curso

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do câmpus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contramedidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

2.1 Justificativa

Com a consolidação do curso de Licenciatura em Teatro e sua ampliação do corpo docente para 17 (dezesete) professores efetivos, surge a demanda de atualização do Projeto Político Pedagógico ancorada nas seguintes necessidades:

- Adequação do curso as potencialidades do novo corpo docente;
- Adequação à RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que prevê uma ampliação da carga horária dos cursos de licenciatura para 3.200 horas contendo a especificação de 400 horas de práticas pedagógicas;
- Avaliação do Projeto Político pedagógico vigente pelos discentes e docentes;
- Ajustes às demandas do MEC após a primeira avaliação do curso para que adequasse seu projeto político pedagógico ao novo corpo docente enfatizando a área teatral.

A presente atualização partiu de um estudo de todas as bases legais as quais um projeto político pedagógico deve estar em consonância, dando especial atenção a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 pelo volume de mudanças exigidas. Foram realizadas inúmeras reuniões de trabalhos durante a gestão do NDE (2015 - 2017), buscando uma dinâmica de trabalho em cinco núcleos compostos pelos docentes da instituição para escrita, discussão e ampla participação na construção deste Novo Projeto Político Pedagógico.

Para as etapas de avaliação do curso, o NDE organizou quatro estratégias de consulta: Discente (por meio de questionários aplicados aos alunos), Docente (por meio da avaliação de todas as atas de reuniões do NDE nas gestões anteriores), MEC (por meio da leitura da avaliação do MEC após a primeira visita ao curso) e análise dos dados de evasão e retenção dos alunos produzidos pela direção de ensino e Pró Reitoria de Graduação.

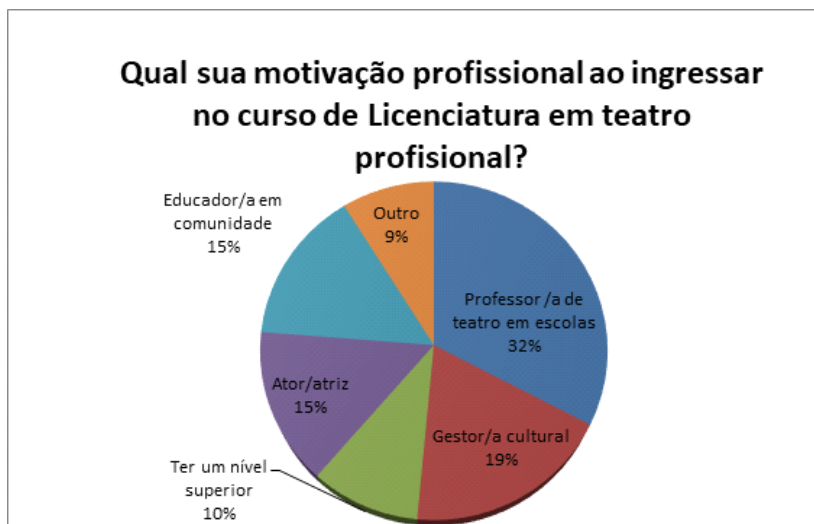
2.1.1 Avaliação do PPC Vigente

2.1.1.1 Dos discentes

Como forma de produção de dados quantitativos e qualitativos sobre a percepção dos estudantes do Curso de Licenciatura em Teatro sobre o Projeto Político pedagógico vigente, o NDE preparou e aplicou um breve questionário contendo algumas questões abertas para coleta de dados sobre a motivação profissional dos estudantes e análise das matrizes curriculares oferecidas .

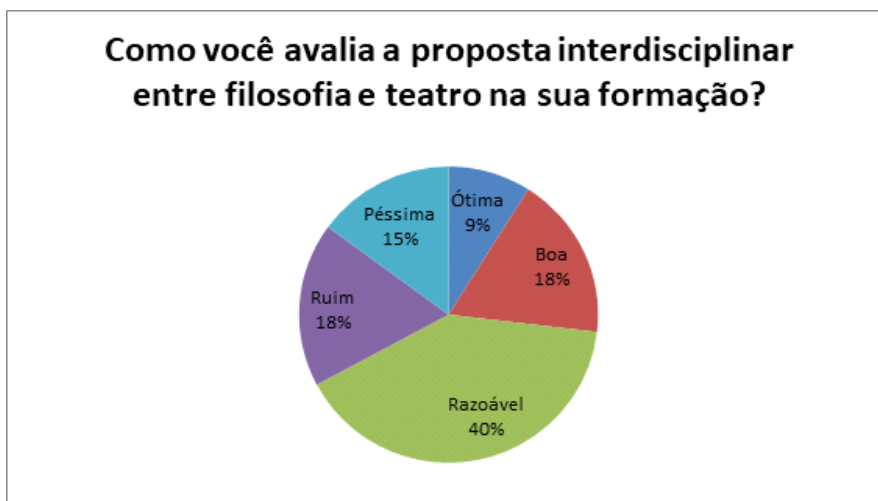
Todos os períodos do curso foram convidados a participarem. Os questionários foram aplicados por diferentes professores do curso de teatro e continham três questões para escolha da resposta, sendo que duas continham espaço para sugestões, além de um espaço aberto para falar abertamente com o núcleo ao final do questionário.

Foram tabulados os dados de todos os períodos. Ao todo foram respondidos 64 questionários por alunos do curso de teatro. A primeira questão foi a seguinte: Qual (quais) sua motivação profissional ao ingressar no curso Licenciatura em teatro? () Professor(a) de teatro em escolas () gestor(a) cultural () ter um nível superior () ator/atriz () Educador (a) em comunidades () outra - descreva



Ficou evidente um grande interesse na área de Licenciatura em teatro com foco predominante na atuação profissional em escolas, como professor/a. Em segundo lugar, aparece o interesse em gestão cultural e na sequência, a opção por ser educador/a em contextos não formais de ensino seguido da opção por ser ator/atriz. Como penúltima opção, ter um nível superior. Estes dados nos impulsionaram a enfatizar a área de prática pedagógica dentro do curso, criando um núcleo específico com disciplinas de prática pedagógica teatral voltadas a pesquisas de práticas inclusivas e interdisciplinares, bem como uma ampliação do campo de atuação do Estágio Curricular Obrigatório.

Na segunda questão, o interesse do Núcleo foi em torno de uma avaliação por parte do corpo discente em torno da proposta interdisciplinar do curso. Para tanto se questionou: Como você avalia a proposta interdisciplinar entre Filosofia e Teatro na sua formação? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Péssimo



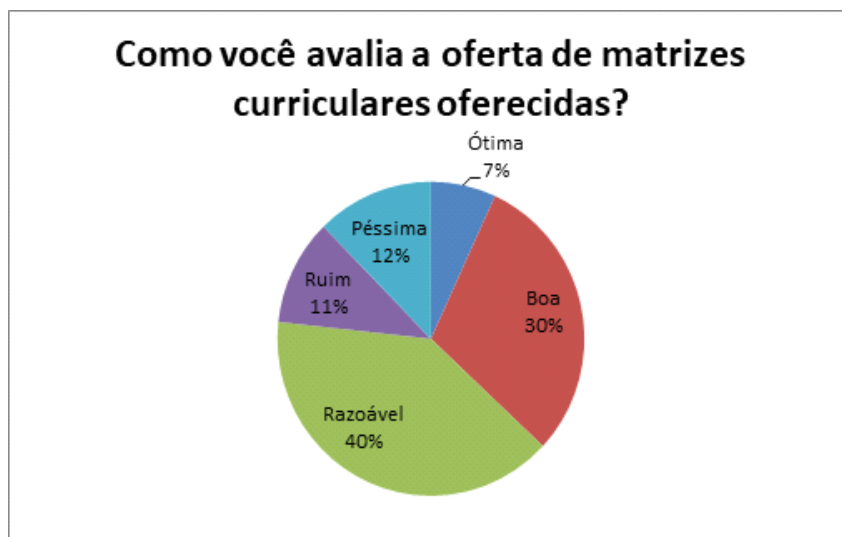
O gráfico mostra 40% dos alunos avaliando o curso de forma razoável. Acima, com uma apreciação positiva temos cerca de 26% de alunos, subdivididos em 9 % numa ótima avaliação e 18 % numa boa avaliação. Numa apreciação negativa temos um total de 33 %, sendo 18 % ruim, e 15% péssima. Estes dados nos impulsionar a manter o núcleo de formação inicial de forma interdisciplinar, mas reduzir o tempo do ciclo comum que agora terá disciplinas do núcleo de formação específica já oferecidas desde o primeiro semestre.

Os respondentes foram convidados a escreverem suas sugestões a partir da questão: E quais suas sugestões? Esta questão teve como foco uma amostra qualitativa, nela obtivemos muitas respostas incluindo textos extensos. Para tanto, optamos por trazer aqui alguns exemplos de respostas dos alunos do ciclo de formação inicial: *“Os 3 primeiros períodos assustam quem gosta de teatro, pois há muita teoria e pouca prática”*, *“Falta definição do tipo de profissional que o curso pretende formar e o entendimento de cada disciplina dentro desse universo”*, *“Embora a proposta de integração seja boa, ter tantas disciplinas filosóficas no início do curso é ruim”* e *“Acredito que a proposta de integrar os cursos é boa, mas quem entra em teatro encontra uma grade de disciplinas que não é voltada ao teatro no início do curso”*; *“Quando entrei no curso de teatro, gostei muito de saber que teríamos que estudar o curso de filosofia, pois sabemos que todo curso tem filosofia, eu só tenho a dizer que gosto muito do curso”* e *“Quando entramos para o curso de teatro pensamos que viria mais aulas, mas juntamente com o curso de filosofia, acaba que as aulas são mais voltadas a filosofia, acaba que as pessoas desiste do curso por ter de 7 matérias 4 a 5 voltadas para filosofia e não teatro, daí vem a desistência de vários alunos”*.

Destacamos também algumas respostas do ciclo de formação específica: *“Reformular as disciplinas curriculares, pois nos três primeiros períodos não temos um contato que estimule a permanência do aluno no curso”*, *“Que o foco do curso seja licenciatura e não bacharelado”*, *“Ter mais introdução ao teatro”*, *“Que exista uma conversa entre as disciplinas ou que nos primeiros períodos existam mais aulas voltadas para a prática teatral”*.

Estas respostas, somadas a outros dados nos ajuda a justificar nossas mudanças no atual projeto da seguinte forma: reduzir o núcleo de formação inicial e modificar o enfoque das disciplinas que são oferecidas garantindo que disciplinas do ciclo de formação específica já sejam oferecidas desde o primeiro período.

Na terceira questão, o interesse do Núcleo foi em torno de uma avaliação por parte do corpo discente em torno da oferta das matrizes curriculares. Para tanto se questionou: Como você avalia a oferta de matrizes curriculares oferecidas? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Péssimo



O gráfico mostra 40% dos alunos avaliando a oferta de matrizes curriculares de forma razoável. Acima, com uma apreciação positiva temos cerca de 37% de alunos subdivididos em 30 % numa boa avaliação e 7 % numa boa avaliação. Numa apreciação negativa temos um total de 23 %, sendo 11 % ruim e 12% péssima.

Os respondentes foram convidados a escreverem suas sugestões a partir da questão: E quais suas sugestões? Esta questão também teve como foco uma amostra qualitativa, nela também obtivemos muitas respostas incluindo textos extensos. Para tanto, optamos por trazer alguns exemplos das mesmas de ambos os ciclos de formação.

No primeiro ciclo: *“Começar o teatro mais cedo”, . “Queremos atuar, vivenciar as cenas, atuar sem medo e sem vergonha”, “Acho que o curso deveria começar já com as disciplinas de teatro”, “ A oferta não prioriza o fazer teatral, o aluno não aprende a fazer teatro por isso não vai saber dar aula” e “Faltam disciplinas de aprofundamento no ator, no educador e no professor”*. No segundo ciclo destacamos: *“A oferta não prioriza o fazer teatral”, “O aluno não aprende a fazer teatro por isso não vai saber dar aula”, “Algumas matérias fogem da nossa realidade e características, não há matérias que se preocupam em focalizar o que é produzido no estado”, “Precisamos de mais aulas voltadas ao Estágio”, “Ter mais disciplinas voltadas para o campo escolar”, “Já que é um curso de licenciatura, falta definição do tipo de profissional que o curso pretende formar e o entendimento de cada disciplina dentro desse universo”*.

Estas respostas, somadas a outros dados também ajudaram a fundamentar nossas proposições aumentando a carga horária de disciplinas práticas e teóricas com ênfase na área de estudos teatrais e disciplinas mais voltadas às especificidades regionais.

2.1.1.2 Dos docentes

Para o registro da avaliação dos docentes acerca do Projeto Político Pedagógico vigente, tomou-se como referência o trabalho desenvolvido pelos docentes do Núcleo

Docente Estruturante, do Curso de Artes-Teatro¹. Sendo assim, foi realizado um estudo de todas as atas de reuniões registradas, disponíveis no diário do NDE - Teatro, desde sua criação, em 2011 até o ano de 2017.

Faz-se necessário ressaltar que o Núcleo Docente Estruturante, foi formado dois anos após a criação do curso em 2009. Desde as primeiras reuniões, os professores já que debatiam reformulações necessárias ao Projeto Pedagógico do Curso. Tendo em vista o Projeto REUNI, já nesta época, evidenciava-se a necessidade de mais disciplinas específicas dos dois cursos no Ciclo Inicial.

A reformulação do Projeto Pedagógico vigente era uma discussão central do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Artes-Teatro, desde o ano de 2011. Sendo assim, levando em conta princípios fundamentais do projeto REUNI/UFT (acesso e permanência, interdisciplinaridade e flexibilidade do percurso formativo), as discussões do núcleo docente estruturante sobre o Projeto Pedagógico do Curso partiram da problematização de questões identificadas desde a implantação do curso, levando em consideração a formatura da primeira turma, no ano de 2013.

Esta avaliação foi realizada pelos membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Teatro, no ano de 2014, a fim de destacar as principais questões e propostas que norteavam o trabalho de reformulação do Projeto Político Pedagógico do curso, até aquele momento. A mesma foi apresentada à comissão do Ministério da Educação, designada para avaliar o Curso de Licenciatura em Artes-Teatro.

A partir das questões levantadas, foram construídas propostas de adequação do projeto pedagógico sintetizadas no quadro abaixo:

1ª Avaliação feita pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Artes-Teatro

	Questões		Propostas
01	<i>Distanciamento dos estudantes da linguagem Teatral:</i> <ul style="list-style-type: none">• Pouca experiência anterior ao ingresso no curso.• Ausência de conteúdos curriculares vinculados às práticas cênicas no Ciclo I (3 primeiros semestres do curso).• Baixa carga horária total destinada especificamente à formação teatral.	01	<i>Intensificar os estudos teóricos e práticos da história e prática teatral:</i> <ul style="list-style-type: none">• Propor atividades de extensão e Seminários Interdisciplinares.• Reserva de 180h do Eixo Fundamentos de Artes e Filosofia para abordagem de conteúdos curriculares teóricos e práticos introdutórios da linguagem e história teatral (essa proposta já conta com a concordância do NDE do curso De Filosofia).• Ampliar a carga-horária do Eixo Estudos Formativos em Artes de 810h para 1.080h, organizando este eixo em quatro segmentos: História e Teoria do Teatro (240h); Práticas Cênicas (480h); Montagem Teatral (180h); Estudos Artísticos Complementares (180h). (Sem ampliação da carga-horária total do curso)
02	<i>Interdisciplinaridade:</i> <ul style="list-style-type: none">• Ciclo I compartilhado com Filosofia	02	<i>Interdisciplinaridade:</i> <ul style="list-style-type: none">• Estruturar o Eixo Estudos Integradores do

¹ Em 2014, o curso passou pela primeira avaliação do MEC e, por determinação do mesmo, sua nomenclatura foi modificada para Licenciatura em Teatro.

	<p>representa contribuição positiva para a formação geral dos estudantes, mas necessita de ajustes.</p> <ul style="list-style-type: none">• A gestão acadêmica dos Seminários Interdisciplinares como componentes curriculares nos mesmos moldes das disciplinas limita sua relevância.• No Ciclo II, o espaço dos seminários foi gradativamente ocupado com atividades interdisciplinares específicas, como montagem cênica.		<p>Ciclo I a partir de Seminários temáticos, componentes curriculares integrantes designadas por nomenclatura própria.</p> <ul style="list-style-type: none">• Estruturar o Eixo Estudos Integradores do Ciclo II a partir das Atividades Complementares, tendo em vista a consolidação de projetos de Extensão tais como a Semana Acadêmica Intercursos.• Consolidar as atividades interdisciplinares desenvolvidas de forma direta entre pares específicos de componentes curriculares como Estágio e Metodologia, Direção Teatral e Interpretação, Montagem e Elementos Técnicos da Cena.• Destacar a relevância do Estágio Supervisionado e do TCC como elementos mobilizadores e aglutinadores dos saberes e competências desenvolvidos ao longo do curso e também de confluência da contribuição do corpo docente na formação dos estudantes.
03	<p><i>Flexibilidade de percurso formativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• O estudante de Filosofia tem poucos elementos para fundamentar uma eventual decisão pela re-opção de curso, principal elemento de flexibilidade do nosso currículo.• O currículo é composto de um alto índice de disciplinas obrigatórias, oferecendo ainda poucas possibilidades de aproveitamento de disciplinas ou créditos (até na própria UFT) e mobilidade acadêmica.	03	<p><i>Flexibilidade de percurso formativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Reestruturação do Eixo de Fundamentos de Artes e Filosofia favorece preparação para re-opção.• Ampliar a carga-horária de componentes curriculares optativas de 60h para, pelo menos, 240h.• Cadastrar disciplinas equivalentes ofertadas em outros cursos/câmpus da UFT, principalmente nas áreas de formação acadêmica e pedagógica.
04	<p><i>Formação de professores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• O projeto vigente contempla questões fundamentais da formação de professores (Libras, diversidade cultural, educação ambiental, etc.), entretanto há sobreposição de conteúdos em algumas áreas (diversidade cultural), enquanto outras estão pouco contempladas (ex.: inclusão).• Foram identificadas algumas lacunas na estruturação do estágio supervisionado obrigatório.	04	<p><i>Formação de professores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Ajuste da abordagem das temáticas com exigência legal para formação de professores, buscando contemplá-las não apenas com componentes curriculares específicas (obrigatórias ou optativas), mas também com inserção das temáticas em ementas onde forem relevantes (História do Teatro, etc.).• Reestruturar carga-horária e ementas dos estágios para esclarecer o escopo e consolidar ênfase nos contextos.• Desvincular o TCC do estágio.
05	<p><i>Conteúdos curriculares:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Foi identificada a necessidade de revisão e atualização das ementas e bibliografias das componentes curriculares.	05	<p><i>Conteúdos curriculares:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Promover a revisão das ementas e bibliografias, considerando a atualização das áreas de conhecimento e também os ajustes de carga-horária, principalmente nos eixos de estudos práticos e teóricos da história e linguagem teatral.

Após a avaliação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante reuniu-se para dar continuidade ao trabalho de Reformulação do Projeto Político Pedagógico, considerando os debates e recomendações realizados com a comissão avaliadora do MEC, que ressaltou a necessidade de adequação de seu projeto político pedagógico ao novo corpo docente enfatizando a área teatral.

Além disso, em 2015, por determinação da NORMATIVA Nº 2 DE 1º DE JULHO, os cursos de licenciatura deveriam adequar-se à uma carga horária de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico. Compreendendo: 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; (Redação dada pela normativa citada em seu Art. 13º, § 1).

Considerando tais aspectos e realizando novos debates, inclusive, em parceria com o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Filosofia e com o Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro, o NDE, apontou as seguintes questões e propostas de trabalho:

	Questões		Propostas
01	<i>Distanciamento dos estudantes da linguagem Teatral:</i> <ul style="list-style-type: none">• Pouca experiência anterior ao ingresso no curso.• Ausência de conteúdos curriculares vinculados às práticas cênicas no Núcleo Comum• Baixa carga horária total destinada especificamente à formação teatral.	01	<i>Intensificar os estudos teórico-práticos teatrais</i> <ul style="list-style-type: none">• Articular as atividades de Extensão e Pesquisa aos componentes curriculares.• Ampliar a carga horária de componentes curriculares específicos no Núcleo Comum, para os dos cursos – Teatro e Filosofia.• Introduzir componentes curriculares do Núcleo de Práticas da Cena já no 1º período do Curso, possibilitando o contato com as disciplinas de conteúdo específico, tanto para os cursos de Teatro, quanto para o de Filosofia
02	<i>Interdisciplinaridade:</i> <ul style="list-style-type: none">• Ciclo I compartilhado com Filosofia representa contribuição positiva para a formação geral dos estudantes, mas necessita de ajustes.• A gestão acadêmica dos Seminários Interdisciplinares como componentes curriculares nos mesmos moldes das disciplinas limita sua relevância.• No Ciclo II, o espaço dos seminários foi gradativamente ocupado com atividades interdisciplinares específicas, como montagem cênica.	02	<i>Interdisciplinaridade:</i> <ul style="list-style-type: none">• A interdisciplinaridade precisa ser compreendida e contemplada além da oferta de disciplinas conjuntas.• Os Seminários Interdisciplinares terão outro formato dentro da reformulação, uma vez que seu formato, enquanto disciplina, não se efetivava.• Consolidar as atividades interdisciplinares desenvolvidas de forma direta entre pares específicos de componentes curriculares dentro do próprio curso de Teatro. Considera-se que a formação dos Núcleos possibilitará essa articulação, uma vez que os professores trabalharão conjuntamente em suas propostas.• Destacar a relevância do Estágio Supervisionado e do TCC como elementos mobilizadores e aglutinadores dos saberes e competências desenvolvidos ao longo do curso e também de confluência da contribuição do corpo docente na formação dos estudantes.
03	<i>Flexibilidade de percurso formativo:</i> <ul style="list-style-type: none">• O estudante de Filosofia tem poucos elementos para fundamentar uma eventual decisão pela re-opção de curso, principal elemento de flexibilidade do nosso currículo.• O currículo é composto de um alto índice de disciplinas obrigatórias, oferecendo ainda poucas possibilidades de aproveitamento de	03	<i>Flexibilidade de percurso formativo:</i> <ul style="list-style-type: none">• Ampliar a carga horária de disciplinas optativas.• Apresentar a possibilidade de cadastro de atividades integrantes.• Apontar a necessidade de nomenclaturas e ementas mais abrangentes para as disciplinas, possibilitando o aproveitamento das mesmas

	disciplinas ou créditos (até na própria UFT) e mobilidade acadêmica.		em outras Universidades.
04	<i>Formação de professores:</i> <ul style="list-style-type: none">• O projeto vigente contempla questões fundamentais da formação de professores (Libras, diversidade cultural, educação ambiental, etc.), entretanto há sobreposição de conteúdos em algumas áreas (diversidade cultural), enquanto outras estão pouco contempladas (ex.: inclusão).• Adequar-se à Normativa nº 2 de 1º de Julho de 2015• Foram identificadas algumas lacunas na estruturação do estágio supervisionado obrigatório.	04	<i>Formação de professores:</i> <ul style="list-style-type: none">• Realizar as adequações necessárias, em observância às exigências feitas pela normativa, no que se refere à carga horária dos cursos de Licenciatura.• Reestruturar carga horária e ementas dos estágios para esclarecer o escopo e consolidar ênfase nos contextos.• Desvincular o TCC do estágio.
05	<i>Conteúdos curriculares:</i> <ul style="list-style-type: none">• Foi identificada a necessidade de revisão e atualização das ementas e bibliografias dos componentes curriculares.	05	<i>Conteúdos curriculares:</i> <ul style="list-style-type: none">• Promover a revisão das ementas e bibliografias, considerando a atualização das áreas de conhecimento e também os ajustes de carga horária, considerando todos os aspectos apontados nas avaliações apresentadas por este Núcleo, em resposta às Bases Legais, recomendações, avaliações e debates internos.

Portanto, este projeto, é resultado de um trabalho conjunto e fruto de muitas discussões e avaliações feitas por alguns anos, como se observa ao longo de todo o documento. Sendo assim, esta reformulação, procura contemplar todas as questões e propostas apresentadas por docentes, Bases Legais, avaliadores, alunos e pesquisas, que permearam toda a sua reconstrução ao longo deste tempo, a fim de contemplar as exigências nacionais e privilegiar a formação de professores de Teatro, considerando as especificidades do contexto em que este curso está inserido.

2.1.1.3 Da Comissão de Avaliação do MEC

A comissão de avaliação foi constituída por Ofício de Designação do MEC/INEP e Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), composta pelas professoras Vera Cecília Achatkin (coordenadora da comissão) e Solange Pimental Caldeira. A visita da comissão foi realizada de 18 a 21 de maio de 2014 tendo como resultado o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Teatro com o **CONCEITO 3 (bom)**. Utilizou-se como parâmetro o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e à Distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Abaixo segue uma síntese da avaliação qualitativa calcada em três dimensões do instrumento de avaliação, descrevendo os apontamentos realizados no relatório da comissão e também os contextos e ações dos docentes diante das situações relatadas.

Na Dimensão 1, que trata da ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, foi obtido o CONCEITO 3.1, pontuando-se aqui que “a carga

horária destinada à formação humanista apresenta-se superior àquela destinada à formação profissional” e que “a visita *in loco* permitiu observar a necessidade de se destinar uma carga horária maior para a prática teatral” (p. 6, grifo nosso). Neste sentido, também foram anotadas pela própria comissão de avaliação distorções e também as ações tomadas pelo corpo docente à época para minimizar os impactos no processo de formação: “Os conteúdos curriculares implantados possibilitam, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização dos conteúdos curriculares e das respectivas cargas horárias - e adequação da bibliografia, esta última apresentando-se defasada e desatualizada” (p. 6, grifo nosso). A comissão ainda sugere: “As atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia implantada, sugerindo-se maior atenção às práticas pedagógicas do ensino de teatro” (p. 6, grifo nosso).

Neste sentido, além das providências acima referidas, o colegiado estimulou novos projetos de pesquisa e extensão envolvendo práticas, além de destinar duas novas vagas abertas para ingresso de professores na área da pedagogia teatral, sendo uma delas uma conquista obtida em conjunto com as licenciaturas de Filosofia e Pedagogia, uma vez que a vaga do curso destinada a um profissional de Libras (e outras áreas conjugadas) foi solicitada diretamente através do Curso de Pedagogia para atender a todas as licenciaturas, liberando novo código de vaga para contratação de profissional da área da Pedagogia do Teatro. A Comissão de Avaliação pontuou de forma bastante clara questões que o Núcleo Docente Estruturante vinha discutindo desde sua formação, conforme registrado nas atas que fazem parte da história do trabalho que baliza os estudos para as modificações para reformulação do atual projeto, quais sejam: “O número de vagas implantadas corresponde, de maneira insuficiente, às condições de infraestrutura da IES, observando-se que existem duas entradas anuais, cada uma com 40 alunos e que as disciplinas teóricas do Ciclo I são ministradas em conjunto com outros 40 alunos do Curso de Filosofia, o que dá um total de 80 alunos por turma” (pp. 6,7, grifo nosso). E ainda: “Entendendo-se que 40 alunos para uma aula prática de teatro compromete a qualidade do aprendizado em si, além de que não existe espaço físico (sala) que comporte esse número de alunos e seja adequado para esse tipo de trabalho” (p. 7, grifo nosso).

De forma positiva a comissão pontuou sobre a dimensão didático-pedagógica pontos relevantes: 1) “O estágio curricular supervisionado implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, existência de convênios com escolas do Estado e do Município (e também o PARFOR), formas de apresentação, orientação, supervisão” (p. 6, grifo nosso); 2) “O apoio ao discente implantado contempla, muito bem, os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares. A UFT oferece, entre outras, bolsas Permanência, de Monitoramento, bolsas PIBID (21), auxílio para participação em atividades acadêmicas” (p. 6, grifo nosso); 3) “As ações ou convênios que promovem integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão implantados com abrangência e consolidação suficientes” (p. 7, grifo nosso). Importante mencionar que do momento da avaliação em 2014 até os dias atuais todas as políticas que referenciavam esses pontos positivos foram afetadas pelos acontecimentos do cenário político nacional, também considerados pelo colegiado nas ações práticas e discussões que levaram à formatação final do Projeto Pedagógico ora proposto, como por exemplo a diminuição de Bolsas de extensão, em especial às destinadas à área de Arte, a tentativa de extinção do PARFOR e do PIBID de Teatro em

nível institucional respondendo às pressões do contexto nacional, impactando de maneira direta no desenvolvimento das ações de formação oferecidas pelo curso.

Na Dimensão 2, que trata do CORPO DOCENTE E TUTORIAL, foi obtido o CONCEITO 4.2, destacando a comissão: 1) “Um contingente de 40% do corpo docente efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica, sendo que 93,33% do corpo docente efetivo possui experiência de magistério superior de pelo menos 3 anos” (p. 9); 2) O funcionamento do colegiado implantado está institucionalizado de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões. Pelo menos 50% têm entre 7 e 9 produções nos últimos 3 anos. Pelo menos 50% têm entre 7 e 9 produções nos últimos 3 anos” (p. 9, grifo nosso). Importante ressaltar que a avaliação levava em conta os dados referentes aos primeiros docentes do curso, à época quase todos doutores e pesquisadores exercendo a carreira de docência, de forma que com a entrada de mais nove professores, em sua maioria mestres, esses dados se modificaram.

Outra importante observação da comissão diz respeito a uma atitude do corpo docente de desenvolvimento de projetos que se firmou como *práxis* permanente até os dias atuais: “O corpo docente numa sintonia especialmente produtiva desenvolve excelentes projetos de extensão como: TEATRAR, Centopeia Voadora, Caravelas, Núcleo EnTrama, Práxis, Colóquios, Intercursos, entre outros, envolvendo professores de Teatro, Educação e Filosofia. Além de outros projetos encaminhados, como um de Inclusão, tratando de alunos com necessidades especiais, que certamente deverá ser contemplado futuramente, tendo em vista sua importância e pertinência sócio educativa” (p. 9, grifo nosso).

Na Dimensão 3, sobre INFRAESTRUTURA, foi obtido o CONCEITO 2,7, a partir da constatação da realidade institucional, assim se expressando a comissão no documento da avaliação: “As salas de aula implantadas para o curso são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade” (p. 12, grifo nosso), isso sem levar em consideração disciplinas de prática teatral, destacadas na dimensão 1, uma vez que a avaliação foi realizada de acordo com o que estava previsto no PPC então vigente, onde essas disciplinas de natureza prática não estavam contempladas. Também ressaltamos a constatação: “O acervo da bibliografia básica não apresenta um mínimo de três títulos por unidade curricular” (p. 12).

Sobre os laboratórios do curso, assim dispôs a comissão: 1) “Apesar do projeto do curso apresentar uma quantidade razoável de laboratórios, estes não estão em funcionamento efetivo, estão num processo inicial de construção” (p. 12, grifo nosso); 2) “Os laboratórios didáticos especializados de figurino e cenografia, apesar de terem um espaço físico determinado, precisam ser requalificadas em termos de estrutura física e equipamentos, para atenderem aos fins a que se destinam (pia, mesa de costura, de desenho, ventilação especial etc)” (p. 12); 3) “Os laboratórios de corpo e salas de aulas práticas de teatro apresentam piso totalmente inadequado e não existe uma sala específica para experimentação e aulas da área. Embora os laboratórios possuam adequação, acessibilidade, atendem, de maneira insuficiente, atualização de

equipamentos e disponibilidade de insumos. Assim como os serviços dos laboratórios especializados implantados atendem, de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade, pois apenas o Laboratório de Música tem um técnico responsável e atendimento à comunidade a partir de Projetos de Extensão de Música” (p.12).

Com relação a estruturação das salas e laboratórios houve a conquista de um espaço no câmpus com destinação específica para realização de atividades da prática artística, o Bloco B, no qual foram instalados 5 laboratórios (sendo um mini-auditório) que vieram a se somar ao já existente laboratório de pesquisa e extensão do grupo de pesquisa Composição Poética Cênica, Narratividade e Construção do Conhecimento (CONAC) e à Sala Qualidade de Vida da Diretoria de Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa voltada para atividades gratuitas abertas à toda comunidade interna e externa. Nesse novo espaço há ainda inadequações apontadas pela comissão de avaliação, mas seus resultados já informam maior abrangência de atividades voltadas para as práticas, em contextos de ensino, pesquisa e extensão, como, por exemplo, a parceria com a Universidade da Maturidade (UMA), com grupos artísticos locais e também a parceria com outros cursos, a exemplo do Curso de Medicina, para citar apenas algumas iniciativas. Alguns equipamentos foram adquiridos (linóleo e alguns refletores e varas). É importante registrar que houve a contratação, através de concurso público, de servidora técnica responsável pelo laboratório de Cenografia e Indumentária (LACI).

A avaliação da comissão foi finalizada a partir da constatação de que o curso atendia os **REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS** vigentes, destacando:

1) a adequação do curso com relação à carga-horária mínima determinada na legislação da época (2880 h/a, nos termos da Resolução CES/CNE nº. 3/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial), com tempo mínimo de integralização de 8 semestres e máximo de 12. Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas);

2) a presença das temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

3) a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

2.1.1.4 Análise de evasão/retenção

Em 2012 inicia o grupo de pesquisa Práxis, esse composto por professores do Curso de Licenciatura em Filosofia, Curso de Licenciatura em Pedagogia / Miracema e Curso de Licenciatura em Teatro. O grupo de pesquisa traz como proposta de projeto “POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO LIMAR DO SÉCULO XXI E AS LICENCIATURAS DA UFT: IMPACTOS PARA OS CURSOS DE FILOSOFIA, ARTES E PEDAGOGIA/MIRACEMA”. Com o desenvolvimento dos estudos e pesquisas o grupo propõe uma nova fase de estudos e pesquisas, tendo como foco a “Política e gestão da educação superior: acesso e permanência em cursos de licenciaturas da UFT”. Foram desenvolvidas pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural. O objetivo da pesquisa consistiu

em compreender a concepção de universidade e de educação/gestão da UFT e suas consequências para o trabalho educativo nas licenciaturas da UFT, bem como compreender a evasão nos cursos de Teatro. Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, buscou compreender, os fatores externos e internos da evasão, e também dados gerais sobre a evasão no Brasil e na UFT, particularmente no curso de Artes/Teatro e compreender a percepção institucional e da comunidade universitária acerca das causas da evasão no referido curso.

Buscando compreender as razões da evasão no curso de licenciatura em Teatro, foram elaborados questionários (PAVÃO, 2014) a serem aplicados com dois grupos de estudantes. O primeiro, composto por estudantes da primeira turma do curso, com ingresso em 2009/2, que evadiram. Já o segundo grupo é formado por estudantes da quinta turma do curso, com ingresso em 2011/2, que estão atualmente matriculados no 8º período.

A pesquisa de campo revelou que, entre os estudantes que abandonaram o curso, a principal motivação foi externa: dificuldade de conciliar trabalho e estudo, apesar do curso ser noturno. Já entre os estudantes vinculados, o fator que mais dificulta a permanência destes é interno: descontentamento com o curso face às expectativas criadas. Nota-se, porém, que os estudantes que evadiram apontaram também outros motivos, internos à instituição, para a desistência do curso, tais como: infraestrutura, didática dos professores, estrutura curricular e ausência de atividades de pesquisa e/ou extensão. Tal informação sugere que são diversos os fatores que levam um estudante a evadir, o que requer da universidade um olhar mais atento ao seu estudante e ações que correspondem à realidade de cada curso. O estudo da evasão é, sobretudo, minucioso e complexo, principalmente quando se trata de uma universidade nova como a UFT e de cursos com seis anos de duração, como é o caso do curso de licenciatura em Teatro. Curso este que vêm ganhando forma no decorrer dos anos e, conseqüentemente, apresentando novas necessidades. Cabe à instituição ter atenção a essas mudanças e desenvolver ações que correspondam às atuais necessidades.

Referindo-se à pesquisa de campo, embora reconhecendo a existência de vários fatores internos, as causas externas foram bastante enfatizadas pelo corpo docente, entre elas as relacionadas ao estudante trabalhador advindo da educação básica pública que necessita priorizar o salário em detrimento da vida acadêmica em cursos de licenciaturas como os de Filosofia e Artes/Teatro. Considerando as relações sociais mais amplas, o referencial teórico revelou que, para as instituições, a principal razão da evasão deve-se à falta de recursos financeiros. Assim, mesmo que haja “sobra” de bolsas na UFT, conforme mencionado, cabe questionar: será que os pré-requisitos para a política de permanência na instituição estão possibilitando o atendimento dos estudantes, suprimindo ou minimizando as necessidades, principalmente do estudante das licenciaturas noturnas? Esperamos que o estudo proposto venha contribuir para um melhor entendimento das condições do processo formativo nos cursos em estudo da UFT para que o fenômeno da evasão seja minimizado. Conforme os dados coletados até o momento é possível dizer que já ocorrem algumas ações para superar a dificuldade aventada, como colóquios e a criação do Núcleo Docente Estruturante que vem realizando diversas mudanças positivas para a melhoria da qualidade dos cursos pesquisados. As iniciativas são bem-vindas e necessárias em vista da complexidade real da questão.

Conforme já mencionado, o fenômeno da evasão não é simples e envolve diversos fatores, principalmente quando se trata de uma universidade nova como a UFT, com dificuldades ainda não compreendidas por seus gestores, situação que demanda, certamente, estudos mais aprofundados.

2.1.2 Bases Legais

Esta atualização de projeto pedagógico está devidamente fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, aprovada em dezembro de 1996 e intitulada Lei Darcy Ribeiro. Em consonância com a LDB, isto é, a lei maior da educação brasileira, o presente PPC visa estimular criticamente o conhecimento dos problemas do mundo presente, focando as questões regionais e suas especificidades. Assim, há um diálogo direto com o artigo 47, sobretudo no que se refere a um dos seus parágrafos:

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

De acordo com o artigo 26 § 2º, a LDB diz que o ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos(as) alunos(as). E ainda que, de acordo com o artigo 9º, item IV, a União ficará incumbida de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Os Parâmetros curriculares Nacionais PCN's estão organizados em dez volumes, sendo o sexto aquele que trata da Arte. O documento reconhece que esta área tem uma função importante tanto quanto as demais áreas de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. Conceitualmente, relaciona a área de Arte com os demais campos do conhecimento e distingue as suas especificidades, ou seja, Teatro, Dança, Música e Artes Visuais. Tal conquista representa um avanço na História do Ensino da Arte, já que se passou a identificar a área por "Artes", com suas linguagens específicas (teatro, dança, música, artes visuais) e não mais por Educação Artística.

Ressaltando que encontra-se em processo de implementação a substituição dos PCN's pela Base Curricular Nacional Comum. Esse novo documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base cumpre o propósito de nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O Parecer CES/CNE 0146/2002, de 03/04/2002, homologado pela Resolução n. 4, de 08 de março de 2004, relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro, estabelece, entre outros itens, que o curso superior nessa área seja denominado Curso de Graduação em Teatro (e não Artes Cênicas) e define que as instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização.

Desse modo, o presente projeto pedagógico, também em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs em questão, abrange o perfil do egresso, as formas de avaliação do ensino, os objetivos do curso nas suas relações contextuais, as cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso, as formas de realização da interdisciplinaridade, as competências e habilidades, os modos de integração entre teoria e a prática, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso, entre outros.

Ainda, de acordo com as Diretrizes curriculares de Teatro (artigos 7º, 8º e 9º) entende-se que tanto o Estágio Supervisionado, quanto as Atividades Complementares e o TCC devem possuir regulamentação própria, que no caso específico são as resoluções elaboradas e aprovadas pelo Colegiado de Curso. Para tanto temos a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002[B3] no qual destaca que os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP N. 1, de 18 de fevereiro de 2002 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena), o PPC em foco se pauta pelo ensino visando à aprendizagem do estudante, pelo acolhimento e trato da diversidade, pelo exercício de atividades de enriquecimento intercultural, pelo aprimoramento em práticas investigativas, pela elaboração e execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares, pelo uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio 17/145 inovadores e o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (cf. Art. 2º);

De fato, na formação dos professores de Teatro que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica é importante salientar alguns princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem, sobretudo, a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro e a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais

Três artigos da mesma resolução que merecem ser citados, por constituírem uma base fundamental na construção deste projeto pedagógico são:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

Art. 6º I - As competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática; II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola; III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar; IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico; V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica; VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. § 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. § 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da Educação Básica e de cada área de conhecimento a ser contemplada na formação.

Art. 12º § 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. § 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor. § 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

2.2 Objetivos do Curso

- Construir uma sólida fundamentação das linguagens artísticas com bases históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas a que se integra uma formação com base na pesquisa, na experimentação de novas práticas artísticas e na investigação do ensino.

- Tornar-se um centro gerador de desenvolvimento das Artes contribuindo para a evolução cultural, artística, social, econômica e política do país;
- Oferecer uma formação artística e humanística para que o professor (a)-artista considere seu papel de agente cultural, artístico, social e político;
- Criar, através das aulas teórico-práticas, um ponto de intersecção entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

2.3 Perfil Profissiográfico

Licenciado (a) em Teatro com ampla formação cultural, artística e pedagógica capaz de conduzir processos de criação, apreciação e valorização das artes em espaços formais e não formais de ensino, contribuindo para o desenvolvimento artístico cultural da sua região e do país.

Profissional capaz de integrar a diversidade cultural e o meio sociocultural dos grupos nos quais atua contribuindo para o seu desenvolvimento por meio da pesquisa em práticas pedagógicas teatrais inclusivas. Deverá comunicar-se e expressar-se artisticamente com competência e criatividade, na condição de professor e artista de teatro no ensino formal e/ou informal e cursos técnicos de teatro, no exercício contínuo e reflexivo entre teoria e prática teatral, articulando os conhecimentos, as práticas, as formas estéticas e os sistemas pedagógicos provenientes da tradição da cultura tocaninense com a cultura teatral geral.

Fomentando e incentivando assim a produção teatral e a apreciação de espetáculos cênicos no espaço da escola e fora dela, bem como estudos teóricos que contextualizam a arte teatral. Além de empreender investigação de novas técnicas, metodologias de trabalho, linguagens e propostas estéticas, na busca permanente da atualização profissional e da capacidade de intervir no mercado de trabalho, criando novas oportunidades de atuação intelectual e artística e dar continuidade a seus estudos e experiências em cursos de pós-graduação.

2.4 Competências, Atitudes e Habilidades

- Conhecimento dos elementos da linguagem teatral e domínio dos recursos técnicos e expressivos do corpo e da voz, assim como de outras manifestações cênicas em suas especificidades e desdobramentos.
- O conhecimento da arte do ator, exercitando sua contemporaneidade e compreendendo as especificidades (continuidades e rupturas) dessa arte no desenvolvimento de técnicas e poéticas no percurso histórico do teatro e de outras manifestações cênicas, fenômenos de grupos, construto cultural, de etnia, de classe, de contexto, voz simbólica de indivíduos e de suas subjetividades em coletividades.
- Compreensão da multiculturalidade e da diversidade do fenômeno cênico, suas mais significativas formas tradicionais, suas origens primitivas e suas variações na contemporaneidade como parte integrante da arte cênica.

- Capacidade de participar na criação e circulação de espetáculos de artes cênicas, articulando seus códigos e convenções, inclusive aqueles próprios à apresentação, programação e gestão do espetáculo ou manifestação cênica.

- Articular o processo educacional de conhecimentos teóricos e técnico-práticos da linguagem cênica, no ensino de teatro e outras manifestações cênicas, tanto no âmbito formal como em práticas não formais.

- Conhecimento de princípios gerais de educação e dos processos pedagógicos referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional

direcionado para o teatro e suas diversas manifestações.

- Capacidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sob as linguagens cênica e teatral, no exercício do ensino de Teatro, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino.

- Capacidade de auto-aprendizado contínuo, exercitando procedimentos de investigação, análise e crítica dos diversos elementos e processos estéticos da arte teatral.

2.5 Campo de Atuação Profissional

De acordo com a proposta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura em Teatro, estes cursos devem formar profissionais habilitados para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino das Artes. A vertente da formação profissional especificada neste documento contempla o ensino e se compromete, portanto, com a formação do professor de Teatro. O campo de atuação deste profissional encontra-se prioritariamente na instituição escolar, mais especificamente no contexto da educação básica, porém, não se restringe a esta, visto que as Artes, como fenômeno educativo, transcende o espaço da escola inserindo-se em outros espaços sociais no fomento da formação acadêmica, artística e cultural. O curso aglutina três etapas interligadas, da área de conhecimento em Artes: o ensino, a pesquisa, a experimentação/produção. O ensino e a pesquisa, núcleo expressivo do novo curso, perpassará as disciplinas que têm o caráter teórico metodológico. A pesquisa e o fundamento de todo o currículo desdobra o fenômeno artístico, em suas diversas discussões teóricas. E nas aulas práticas e oficinas o aluno exercitará a experimentação das diversas linguagens e meios expressivos.

O aluno formado no Curso de Licenciatura em Teatro, da Universidade Federal do Tocantins, poderá atuar na Educação Infantil, Educação Básica, e Ensino Médio, formal e informal, bem como, terá desenvolvido habilidades para a pesquisa na área de ensino de Artes, seus conteúdos, objetivos e pressupostos metodológicos e avaliação. Ainda de acordo com a proposta para as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da Graduação em Teatro, da Resolução nº 4 de 8 de março de 2004, o aluno egresso do Curso de Teatro de que trata este projeto, possuirá:

- conhecimento dos elementos das linguagens teatrais em uso, suas especificidades e seus desdobramentos a nível regional e local.

- conhecimento da história do teatro e da literatura dramática.
- conhecimento de conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica dos diferentes elementos da linguagem teatral.
- domínio dos códigos e convenções da linguagem cênica mais usados na concepção de uma encenação.
- domínio técnico e expressivo do corpo visando a direção e a interpretação de um texto dramático.
- domínio técnico-construtivo na composição dos elementos visuais da cena teatral.
- capacidade de participar da criação do espetáculo teatral, articulando códigos e convenções da linguagem cênica.
- capacidade de pesquisa e de produção crítico-teórica sobre o fazer teatral.
- capacidade de investigação, análise, crítica e discussão conceitual dos diversos elementos e processos estéticos da arte teatral.
- capacidade de articulação entre a prática da criação teatral e a reflexão crítico-teórica, visando um questionamento dos próprios meios expressivos e especulativos, bem como dos procedimentos metodológicos empregados.
- capacidade de auto-aprendizado contínuo, pela confrontação crítica de propostas estéticas contemporâneas, as formulações teóricas decorrentes e o conhecimento adquirido.

2.6 Organização Curricular

2.6.1 Conteúdos curriculares

Seguindo as diretrizes, o currículo está organizado em núcleos de estudos e suas componentes curriculares.

A justificativa central do Núcleo de estudos de formação geral é a busca por caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar que atenda às necessidades de uma formulação teórico-prática para as proposições do projeto como um todo. Construir uma percepção de mundo a partir da ótica da complexidade, em que a multiplicidade dos pontos de vista esteja a serviço de uma perspectiva relacional entre os saberes. Incorporando a diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos, privilegiando tanto a dialogicidade quanto os dispositivos comunicacionais na criação de ambientes de aprendizagem. O maior desafio à implementação desse núcleo é avançar e superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, por meio de eixos transversais e interdisciplinares, em direção à transdisciplinaridade.

A justificativa central do Núcleo de aprofundamento é a necessidade da aquisição de competências e habilidades que possibilitam o aprofundamento do saber

teórico e prático, profissional disciplinar e interdisciplinar dos requisitos estéticos e pedagógicos que o Teatro exige como área de conhecimento. A prática cênica como o exercício do saber estético vivenciado pelo “lado de dentro”, e suas implicações técnicas e processuais da criação artística. A teoria teatral como contexto histórico e conceitual das possibilidades de ação e reflexão do fazer e pensar artístico, bem como estímulo para novos debates e criações transdisciplinares. A prática pedagógica e estágios na sua potencialidade de compreender, analisar, promover e avaliar os conteúdos teóricos e práticos do Teatro como ação pedagógica de formação humanista e profissionalizante, capacitando o professor em sua construção metodológica e temática do seu fazer sócio-cultural-afetivo.

O Curso de Licenciatura em Teatro assume as orientações institucionais, estabelecidas à luz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No currículo do curso, as atividades de pesquisa perpassam todos os componentes curriculares, sendo a produção textual, incluindo artigos científicos, obrigatórias em disciplinas correlatas e na produção do TCC.

As atividades de extensão se apresentam como um momento privilegiado de inserção na comunidade e, num movimento de mão dupla, de participação da comunidade externa na vida acadêmica. Essas atividades são norteadas pela política de extensão e cultura propostas no PPI da UFT, que é baseada nos valores do compromisso social, do respeito à diversidade, da Arte e da cultura. Assim, a extensão busca atingir suas finalidades precípua de promover a cidadania plena, a formação de um *ethos* com nova atitude estética, ética e política.

O Curso fomenta o envolvimento dos docentes e estudantes nos programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, como Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, nº 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, nº 20/2007), PIBID, PIBIC, Prodocência e Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, nº 19/2007). Nesses programas o curso visa ampliar o leque de atividades de caráter didático-pedagógico desenvolvidas pelos estudantes monitores sob orientação dos professores tutores.

Assim os programas de aperfeiçoamento discentes são vistos como um *locus* privilegiado para formar profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda sua abrangência, possibilitando o convívio e o trabalho coletivo para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PIM e PIMI), e possibilitando a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), e de outras IES (MA).

Para a organização dos Núcleos de estudos de formação geral e Núcleo de aprofundamento optou-se pela organização disciplinar a partir do cadastro das seguintes modalidades de disciplinas:

Disciplinas Obrigatórias – Disciplinas que são previstas numa formação básica. Atendem as demandas das legislações; Levam em consideração a especificidade regional; Relacionam-se com outros currículos de licenciatura em teatro do país. São pensadas de forma a favorecer relações interdisciplinares e potencializadoras entre as disciplinas dos períodos, especialmente os estágios. Previstas para professores, porém tem nomes abrangentes e ementas discutidas coletivamente favorecendo trocas e

substituições sempre que se fizer necessário. Os nomes são mais abrangentes para facilitar trâmites de aproveitamento / validação / transferências / adequação a ênfase em práticas pedagógicas requerida pelo MEC.

Disciplinas Integrantes – Atividades orientadas por um docente abertas a estudantes e comunidade em geral em horários alternativos aos oferecidos regulamentemente pelo curso (Ex: Organização de eventos, grupos de estudo, oficinas) objetivam potencializar ação do professor de teatro; agregam valor as ações de espaços formativos com a comunidade. Oferecem horas em práticas de formação /atividades complementares. Ampliam espaços de atuação profissional no contexto local. Fomentam parcerias institucionais com ONGS, Escolas, Centros comunitários, Pontos de cultura, eventos etc. Articulam pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial. Incorporam como carga horária no currículo, as atividades de pesquisa e de extensão. São disciplinas, atividades previstas /regulamentadas, mas não definidas de forma fechada no PPC.

Disciplinas Optativas – Disciplinas oferecidas em formato de rodízio pelos professores colaboradores do núcleo. Nestas a ênfase é na articulação entre prática pedagógica e pesquisas docentes. Cada professor/a colaborador/a do núcleo cadastrará ao menos uma e a cada semestre um ou mais professores as oferecem no espaço previsto para optativas na matriz curricular (se houver) e/ou horários alternativos. Opção de aprofundar um estudo. Disciplinas com mais especificidade nas ementas/nomes. Articulam graduação e pós-graduação como princípio pedagógico essencial. Objetivam: Experienciar /construir saberes pedagógicos teatrais a partir das pesquisas dos docentes.

A divisão de trabalho em núcleos considerou o artigo 12 da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais.

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

2.6.1.1 Núcleo De Estudos de Formação Geral

De acordo com o artigo 12 da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação:

Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;*
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;*
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;*
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;*
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;*
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;*
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;*
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;*
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;*
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;*
- l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.*

Componentes curriculares: Leitura e Produção de Texto; História da Arte; Sociedade, Cultura e Educação*; Estudos Culturais; Filosofia da Educação*; Psicologia da Aprendizagem*; Arte Brasileira; Língua Brasileira de Sinais - Libras**; Política e Gestão da Educação Brasileira*; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Didática e Formação de Professores*.

* Disciplinas ministradas por docentes do colegiado de Filosofia.

** Disciplina ministrada por docente do colegiado de Pedagogia.

Este núcleo é composto de disciplinas em comum com o Curso de Licenciatura em Filosofia.

2.6.1.2 Núcleo de Aprofundamento de Atuação na Área Profissional - Teatro

De acordo com o artigo 12 da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação:

Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;*
- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;*
- c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.*
- d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.*

2.6.1.2a Práticas da Cena

Objetivo Geral: Oportunizar a experiência prática e a reflexão pedagógica nos processos de criação cênica, favorecendo seus múltiplos aspectos e estimulando a experimentação dos diversos elementos da encenação - atuação, direção e elementos técnicos da cena.

Objetivos Específicos:

Conhecer e vivenciar a prática dos Jogos Teatrais, Improvisação, Corpo, Voz, Atuação e Musicalidade, bem como seus desdobramentos na criação cênica e suas possíveis discussões de metodologia e prática pedagógica.

Explorar as interfaces dos distintos estilos teatrais com conceitos e práticas das demais linguagens artísticas a partir de vivências de apreciação ativa e criação.

Conhecer e experimentar os elementos da encenação tais como cenografia, figurino, iluminação, sonoplastia, maquiagem e arquitetura teatral, articulados uns com os outros em prática cênica.

Desenvolver processos criativos de montagem cênica, focando a experimentação e crítica dos elementos e procedimentos, favorecendo a formação de amplo repertório técnico e sensível.

Componentes curriculares: Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro; Jogos Teatrais e Educação do Sensível; Práticas Vocais; Improvisação, Ensino e Prática do Teatro; Oficina de Música; Dança Criação e Corporeidade; Laboratório de Formas Animadas; Atuação; Relações Étnico-raciais e Práticas Cênicas; Encenação; Laboratório de Criação Cênica para Solos; Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública; Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos

2.6.1.2b Teoria Teatral

Objetivo Geral: Possibilitar ao discente o domínio dos conteúdos introdutórios em teoria e crítica, dramaturgia, em suas especificidades histórico-culturais e em práticas interdisciplinares, de modo a favorecer a aprendizagem desses elementos como conteúdos que organizam e encaminham para dinâmicas crítico-criativas do teatro como conhecimento.

Objetivos Específicos:

Formar discentes para o ensino de teatro com domínio da linguagem teatral, da história do teatro, da crítica teatral, da leitura e análise histórico-cultural das produções artísticas relacionadas à área de Artes, sobretudo ao Teatro.

Ofertar estudos teóricos das bases conceituais clássicas e contemporâneas do teatro e de suas poéticas, atualizando a formação do discente no ambiente acadêmico, favorecendo uma produção intelectual na área e a reflexão crítica de sua prática inerente ao ensino de teatro.

Formar professores de Teatro que, munidos de conhecimentos teóricos e críticos, histórico-culturais e interdisciplinares, efetivem mudanças significativas na realidade da escola local.

Componentes curriculares: Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais; Teatro Mundial I; Teatro Mundial II; Teatro Brasileiro; Poéticas do Ator; Escrita Dramática e Crítica Teatral.

2.6.1.2c Prática Pedagógica Teatral

Objetivo Geral: Espaço de promoção, articulação e criação de modos de pesquisa a partir de práticas pedagógicas teatrais e suas relações interdisciplinares em contextos formais e não formais de ensino.

Objetivos Específicos:

Legitimar o diálogo com o espaço profissional de atuação docente em contextos formais/não formais de ensino;

Potencializar práticas interdisciplinares e de educação inclusiva;

Implicar modos de pesquisa a partir de práticas teatrais em diferentes espaços pedagógicos;

Sensibilizar diferentes formas de pertença à cultura local enfatizando a Amazônia legal e sua diversidade;

Proporcionar que todo o estudante tenha acesso ao estudo das principais referências teórico metodológica do campo da prática pedagógica teatral;

Estabelecer o diálogo entre as disciplinas de Processos Criativos em Pedagogia do Teatro e Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro.

Favorecer processos de investigação artísticos / científicos / pedagógicos a partir do teatro prevendo etapas de planejamento, experimentação, avaliação e divulgação;

Intensificar a invenção / produção / cultivo de si como artista, docente e pesquisador.

Componentes curriculares: Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I; Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II; Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso; Processos Criativos em Pedagogia do Teatro; Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro.

2.6.1.2d Estágio Supervisionado

Componentes Curriculares: Estágio Supervisionado I - Observação; Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado III - Ensino Médio; Estágio Supervisionado IV - Educação não Formal.

2.6.1.2e Trabalho de conclusão de curso

Objetivo Geral: Possibilitar a iniciação à pesquisa e o desenvolvimento de trabalho individual em que culmina o processo formativo.

Componente curricular: Trabalho de Conclusão de Curso

2.6.1.2f Disciplina(s) Optativa(s)

Objetivo Geral: Possibilitar a diversificação curricular e complementação da carga horária de atividades formativas.

Carga horária: 60h

2.6.1.3 Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular

De acordo com o artigo 12 da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação:

Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As atividades relacionadas a esse núcleo, para atividades complementares, compreendem uma carga horária de 225 horas, cujo cumprimento é distribuído ao longo do curso. As atividades complementares do curso seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT.

Algumas destas atividades poderão estar vinculadas às áreas de pesquisa e extensão, discutidas posteriormente.

2.6.2 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)

O presente PPC observa a legislação que trata das relações étnico-raciais na educação (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; Decreto 6.872/2009; Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004). Entenda-se como o argumento mais incisivo para inclusão da temática nos Cursos de Graduação em Teatro o Art. 1º da Resolução CNE/CP 01, de 17 de junho de 2004, onde diz:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

O reconhecimento efetivo da contribuição cultural dos africanos e também dos indígenas nos marcos regulamentares acima mencionados mostra-se como uma

atividade indispensável. Mas, o entendimento desta contribuição envolve uma abordagem cuidadosa que pretenda superar etnocentrismo e, sobretudo, deve ampliar seu escopo para os demais grupos étnicos, minoritários ou não, presentes em nossa sociedade, tendo-se sempre a preocupação de tratar todos como sujeitos históricos igualmente importantes para a formação de nossa sociedade. Ressalta-se que na presente proposta pedagógica esta resolução está contemplada nas disciplinas do curso, mas notadamente nas seguintes: História da Arte; Sociedade Cultura e Educação; Estudos Culturais; Psicologia do desenvolvimento e Aprendizagem; Arte Brasileira; Relações étnico-raciais e práticas cênicas; Teatro Brasileiro; Laboratório de Formas Animadas; Visualidade da Cena em Pedagogia do Teatro e Processo Criativos em Pedagogia Teatral, Estágios e grupo de disciplinas denominadas Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral.

Dessa maneira, talvez se possa, de fato, caminhar para uma percepção mais livre dos inúmeros preconceitos, discriminações e crenças infundadas que ainda grassam em muitas instâncias de nossa sociedade.

2.6.3 Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11)

Na perspectiva de inserção da Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11) o curso propõe o exercício da discussão, reflexão e compreensão, de modo crítico, das diversas dimensões da realidade da natureza, cultura e sociedade, em especial da Amazônia Legal, nas suas determinações sociais, culturais, comportamentais, ecológicas, éticas e legais. A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, visam à construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar, fomentando a discussão sobre as políticas ambientais nos contextos nacional e internacional, bem como as diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar. Focando assim a necessidade de uma ética para o futuro, uma ética ambiental, desenvolvimento tecnológico e limites éticos. Desta forma, as questões ambientais são contempladas de forma transversal na matriz curricular, e presente de forma específica na disciplina optativa Conhecimento e Realidade Socioambiental.

2.6.4 Atendimento à Resolução CNE nº02/2015

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP N. 2, de 01 de julho de 2015, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Conforme a Resolução, a carga horária dos cursos de formação de professores será efetivada mediante integralização de, no mínimo, 3200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A carga horária apresentada no curso, a fim de atender as 3.200 hs requeridas, está organizada em disciplinas de 60h e 75h, organizadas em: disciplinas de práticas artísticas (exercícios, ensaios, elaboração de cenas e apresentações); práticas de atividades pedagógicas, estágios supervisionados, e disciplinas teóricas (que podem também sugerir atividades práticas pedagógico-artísticas) e atividades que contemplam a integralização das horas.

2.6.4.1 Componentes curriculares e carga horária em cada núcleo de formação

Núcleo I: Núcleo de Estudos de Formação Geral			
Componente Curricular	Semestr e Ideal	Carga horária	
		Carga horária Total do Componente Curricular	Carga horária do Componente Curricular que pertence ao Núcleo I
Leitura e Produção de Texto	1	60h	60h
História da Arte	1	75h	60h
Sociedade, Cultura e Educação	1	60h	60h
Estudos Culturais	2	75h	60h
Filosofia da Educação	2	60h	60h
Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	2	75h	75h
Arte Brasileira	3	60h	60h
Língua Brasileira de Sinais - Libras	3	60h	60h
Política e Gestão da Educação Brasileira	5	75h	75h

Educação e Tecnologias Contemporâneas	4	60h	60h
Didática e Formação de Professores	5	75h	75h
Carga Horária Total		735h	705h

O Núcleo I: Núcleo de Estudos de Formação Geral corresponde às disciplinas em comum com o curso de Licenciatura em Filosofia, sendo sua carga horária própria de 705h correspondente a 21,5% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Teatro.

Núcleo II: Núcleo de Aprofundamento de Atuação na Área Profissional - Teatro			
Componente Curricular	Semestre Ideal	Carga horária	
		Carga horária Total do Componente Curricular	Carga horária do Componente Curricular que pertence ao Núcleo II
Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro	1	75h	60h
Jogos Teatrais e Educação do Sensível	1	60h	60h
Práticas Vocais	2	60h	60h
Improvisação, Ensino e Prática do Teatro	2	60h	60h
Oficina de Música	3	75h	60h
Dança Criação e Corporeidade	3	60h	60h
Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais	3	75h	60h
Laboratório de Formas Animadas	4	75h	60h
Atuação	4	75h	60h
Teatro Mundial I	4	60h	60h
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	5	60h	30h
Relações étnico-raciais e a construção de práticas cênicas	5	75h	60h
Teatro Mundial II	5	60h	60h

Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	6	75h	30h
Encenação	6	75h	60h
Laboratório de Criação Cênica para Solos	6	75h	60h
Teatro Brasileiro	6	75h	60h
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	7	75h	30h
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	7	75h	45h
Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública	7	75h	60h
Poéticas do Ator	7	75h	60h
Processos Criativos em Pedagogia do Teatro	8	75h	45h
Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro	8	60h	45h
Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos	8	60h	60h
Escrita Dramática e Crítica Teatral	8	60h	60h
Trabalho de Conclusão de Curso	8	105	90h
Optativa	-	60h	60h
Carga Horária Total		1.890h	1.515h

Atividades Formativas		
Componente Curricular	Carga horária	
	Carga horária Total do Núcleo	Carga horária do Núcleo que pertence às atividades formativas
Núcleo I	735h	705h
Núcleo II	1.890h	1.515h
Carga Horária Total	2.625h	2.220h

Estágio Supervisionado Curricular			
Componente Curricular	Semestre Ideal	Carga horária	
		Carga horária Total do Componente Curricular	Carga horária do Componente Curricular que pertence ao Estágio Supervisionado
Estágio Supervisionado I - Observação	5	105h	105h
Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	6	105h	105h
Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	7	105h	105h
Estágio Supervisionado IV - Educação não Formal	8	105h	105h
Carga Horária Total		420h	420h

Prática como Componente Curricular			
Componente Curricular	Semestre Ideal	Carga horária	
		Carga horária Total do Componente Curricular	Carga horária do Componente Curricular que pertence à Prática Como Componente Curricular
História da Arte	1	75h	15h
Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro	1	75h	15h
Estudos Culturais	2	75h	15h
Oficina de Música	3	75h	15h
Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais	3	75h	15h
Laboratório de Formas Animadas	4	75h	15h
Atuação	4	75h	15h
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	5	60h	30h
Relações Étnico-raciais e Práticas	5	75h	15h

Cênicas			
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	6	75h	45h
Encenação	6	75h	15h
Laboratório de Criação Cênica para Solos	6	75h	15h
Teatro Brasileiro	6	75h	15h
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	7	75h	45h
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	7	75h	30h
Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública	7	75h	15h
Poéticas do Ator	7	75h	15h
Processos Criativos em Pedagogia do Teatro	8	75h	30h
Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro	8	60h	15h
Trabalho de Conclusão de Curso	8	105h	15h
Carga Horária Total		1.500h	405h

2.6.4.2 Componentes curriculares em atendimento ao § 2º do art. 13 da Resolução CNE nº 2/2015

Em seu exercício contínuo de formação ampliada, o curso aborda questões e fomenta discussão sobre diversos aspectos sócio-educacionais, tais como fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, questões de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, atendendo ao § 2º do art. 13 da Resolução CNE nº 02 de 1º de julho de 2017. No cumprimento desta importante demanda são apresentadas as seguintes disciplinas: Filosofia da Educação; Psicologia do desenvolvimento e Aprendizagem; Sociedade e Cultura; História da Arte; Arte Brasileira; Currículo, Direitos humanos, recepção e mediação teatrais; Política Gestão Educação; Educação e Tecnologias Contemporâneas; História Mundial I, II, III; Teatro

Brasileiro; Trabalho de Conclusão de Curso; Estágios Supervisionados; Práticas Cênicas na Rua e Arte Pública e campo da Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral.

O curso de Licenciatura em Teatro, por entender que a Educação só se torna efetiva quando promove mudança e transformação social, também considera a Resolução n.1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O curso de Licenciatura em Teatro fundamenta-se, dessa forma, nos princípios citados no Artigo 3º da referida resolução, a saber:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na Educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No documento “Subsídios para a elaboração de proposta de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas”, que atende à solicitação da Secretaria de Ensino Superior - SESu - e se insere no conjunto das ações de articulação demandadas pelo Projeto Estratégico Integrador “Flexibilização Curricular no Ensino Superior/99”, coordenado pela SESu, encontram-se pressupostos fundamentais para atuação profissional do licenciado. Entre eles, o de que o professor deverá exercer uma atividade profissional de natureza pública (que diz respeito a toda a sociedade), uma prática compartilhada que terá dimensão coletiva e pessoal e que implicará simultaneamente em autonomia e responsabilidade. Isto é o que se espera do profissional formado em Licenciatura em Teatro. Para tal o perfil do egresso encontra-se em consonância com Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo. O parecer CNE/CES nº 195/2003, aprovado em 5 de agosto de 2003 que aprova as diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design e a Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.

Estes temas associam-se à abordagem de diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; e da política nacional de Educação Ambiental, conforme discutido acima.

As componentes curriculares que contemplem essas questões estão descritas abaixo.

Componente Curricular	Carga Horária	Optativa / Obrigatório	Período Ideal	Observações (caso seja necessário)
História da Arte	75h	Obrigatório	1	Diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional
Sociedade, Cultura e História da Educação	60h	Obrigatório	1	Multiculturalismo e políticas educacionais de

				ação afirmativa
Estudos Culturais	75h	Obrigatório	2	Diversidades étnico-raciais
Arte Brasileira	60h	Obrigatório	3	Diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional
Língua Brasileira de sinais - Libras	60h	Obrigatório	3	Língua Brasileira de sinais - Libras
Direitos humanos, recepção e mediação teatrais	75h	Obrigatório	3	Direitos humanos
Laboratório de Formas Animadas	75h	Obrigatório	4	Diversidades étnico-raciais, de gênero
Relações étnico-raciais e práticas cênicas	75h	Obrigatório	5	Diversidades étnico-raciais
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	75h	Obrigatório	6	Direitos humanos; diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	105h	Obrigatório	7	Direitos humanos; diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Matrizes Culturais da Amazônia	30h	Optativo	-	Diversidades étnico-raciais
Conhecimento e Realidade Socioambiental	30h	Optativo	-	Educação ambiental
Patrimônio, Memória e Identidade	60h	Optativo	-	Diversidades étnico-raciais
Estética e Prática do Teatro do Oprimido	60h	Optativo	-	Direitos humanos
Arte e Educação	60h	Optativo	-	Educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

2.6.4.3 Componentes curriculares e carga horária em atendimento ao § 5º do art. 13 da Resolução CNE nº 2/2015

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado **às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.**

Dimensão Pedagógica		
Componente Curricular	Carga Horária	Período ideal
Sociedade, Cultura e Educação*	60h	1
Filosofia da Educação*	60h	2
Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*	75h	2
Língua Brasileira de sinais - Libras	60h	3
Política e Gestão da Educação Brasileira*	75h	4
Educação e Tecnologias Contemporâneas*	60h	4
Didática e Formação de Professores*	75h	5
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	60h	5
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	75h	6
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	75h	7
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	75h	7
Carga Horária Total	750h	

2.6.5 Atividades semipresenciais e disciplinas em caráter modular (presencial; semipresencial; tutorial).

Os cursos de graduação em ensino superior poderão estabelecer em suas respectivas estruturas curriculares o oferecimento de disciplinas na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas no Art. 81 da Lei 9.394 de 1.996, deste que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. No Curso de Licenciatura em Teatro, esta possibilidade será implementada a cada semestre letivo com uso de salas de aula virtuais no Ambiente

Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Palmas, disponível em <<https://ava.uft.edu.br/palmas/login/index.php>>.

Para a oferta de disciplinas em caráter modular será observada a normativa interna da UFT Consepe Nº12/2013:

Art. 1º Regulamentar a política de oferta de disciplinas na forma modular (no período de férias/recesso acadêmico) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Entende-se por disciplina modular todo componente curricular oferecido em regime condensado, em turma especial, no período compreendido entre o encerramento de um semestre letivo e o início do semestre subsequente.

§ 1º. Em caráter excepcional poderá ser admitido oferta nesta modalidade dentro do período letivo regular.

§ 2º. Só serão aceitas ofertas nesta modalidade desde que cumprida toda a carga horária da disciplina de forma presencial.

§ 3º. Quando a disciplina em módulo for ofertada dentro do período letivo regular, o horário das aulas, em hipótese alguma, poderá coincidir com o das disciplinas regulares em que o(s) acadêmico(s) estiver (em) matriculado (s).

Art. 3º A oferta de disciplinas nesta modalidade tem caráter excepcional e pressupõe análise e aprovação do Colegiado do Curso.

Art. 4º A carga horária diária não deve ultrapassar 08 (oito) horas e a carga horária semanal fica limitada a 40 (quarenta) horas.

Art. 5º A prioridade de inscrição para matrícula em disciplinas na forma modular será para acadêmicos prováveis formandos e reprovados, exceto quando o Colegiado do Curso aprovar a oferta para atender demandas específicas de alunos do curso/período.

Parágrafo único - Após a definição das prioridades, desde que existam vagas excedentes, os demais acadêmicos poderão se inscrever na disciplina modular.

Art. 6º A oferta de disciplina em módulo deverá seguir os seguintes procedimentos administrativos:

- I - Comprovação efetiva da coordenação do curso da necessidade de oferta de disciplinas;
- II - Documento de aceite do professor;
- III- Plano de disciplina;
- IV- Cronograma de execução, datas e horário das aulas;
- V – Relação de alunos inscritos que estão aptos a cursar na disciplina.

Art. 7º As solicitações de oferta de disciplina na forma em questão deverão seguir o seguinte fluxo:

- I - A Coordenação do Curso encaminha ao Colegiado do Curso a solicitação de oferta da(s) disciplina(s) modular(es), atendendo ao exposto no Art. 6º.

II - O Colegiado do Curso analisa o requerimento e emite parecer.

III- A Coordenação do Curso encaminha a Pró-Reitoria de Graduação/Prograd o processo contendo os documentos descritos no Art. 6º acompanhado do parecer do Colegiado do Curso.

IV - A PROGRAD analisa o processo e, em caso de deferimento, tramita-o para a Coordenação de Curso/Secretaria Acadêmica para a efetivação das matrículas.

Art. 8º O professor responsável por ministrar a disciplina modular deve ser professor efetivo do quadro da Universidade Federal do Tocantins/UFT ou já contratado com vínculo ativo.

Art. 9º Para atendimento aos alunos matriculados na disciplina modular, o professor responsável deverá cumprir os procedimentos abaixo:

I - Cumprir a ementa da disciplina de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso;

II- Estabelecer uma metodologia de estudos adequada à natureza da disciplina;

III- Registrar em diário de classe, a frequência e o aproveitamento do acadêmico, imediatamente ao término da disciplina;

IV- Proceder com a frequência e a avaliação do rendimento conforme prevê o Regimento Acadêmico/UFT;

IV- Anexar o plano de disciplina no diário de classe, o qual deverá ser datado e assinado.

Art. 10. Os casos omissos nesta resolução deverão ser encaminhados à Pró-Reitoria de Graduação que os analisará e providenciará os encaminhamentos necessários.

O colegiado apresentará anualmente edital interno para os candidatos interessados nessa modalidade de disciplina. Os alunos formandos que estiverem cumprindo sua integralização, terão prioridade no referido edital.

2.6.6 Matriz Curricular

1º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Leitura e Produção de Textos	4	60h	-	-	60h	-
História da Arte	5	60h	-	15h	75h	-
Sociedade, Cultura e Educação	4	60h	-	-	60h	-
Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro	5	15h	45h	15h	75h	-
Jogos Teatrais e Educação do Sensível	4	15h	45h	-	60h	-
Total por semestre	22	210h	90h	30h	330h	

2º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Estudos Culturais	5	60h	-	15h	75h	-
Filosofia da Educação	4	60h	-	-	60h	-
Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	5	60h	15h	-	75h	-
Práticas Vocais	4	15h	45h	-	60h	-
Improvisação, Ensino e Prática do Teatro	4	15h	45h	-	60h	-
Total por semestre	22	210h	105h	15h	330h	

3º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Arte Brasileira	4	60h	-	-	60h	-
Língua Brasileira de sinais - Libras	4	60h	-	-	60h	-
Oficina de Música	5	15h	45h	15h	75h	-
Dança, Criação e Corporeidade	4	15h	45h	-	60h	-
Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais	5	30h	30h	15h	75h	-
Total por semestre	22	180h	120h	30h	330h	

4º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Política e Gestão da Educação Brasileira	5	60h	15h	-	75h	-
Educação e Tecnologias Contemporâneas	4	60h	-	-	60h	-
Laboratório de Formas Animadas	5	15h	45h	15h	75h	-
Atuação	5	15h	45h	15h	75h	-
Teatro Mundial I	4	60h	-	-	60h	-
Disciplina(s) optativa(s)	4	30h	30h	-	60h	-
Total por semestre	27	240h	135h	30h	405h	

5º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Didática e Formação de Professores	5	60h	15h	-	75h	-
Estágio Supervisionado I - Observação	7	30h	75h	-	105h	-
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	4	15h	15h	30h	60h	-
Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas	5	15h	45h	15h	75h	-
Teatro Mundial II	4	60h	-	-	60h	-
Total por semestre	25	180h	150h	45h	375h	

6º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	7	30h	75h	-	105h	Estágio Supervisionado I - Observação
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	5	15h	15h	45h	75h	-
Encenação	5	15h	45h	15h	75h	-
Laboratório de Criação Cênica para Solos	5	15h	45h	15h	75h	-
Teatro Brasileiro	5	60h	-	15h	75h	-
Total por semestre	27	135h	180h	90h	405h	

7º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	7	30h	75h	-	105h	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental
Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	5	15h	15h	45h	75h	-
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	5	30h	15h	30h	75h	-
Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública	5	15h	45h	15h	75h	-
Poéticas do Ator	5	60h	-	15h	75h	-
Total por semestre	27	150h	150h	105h	405h	

8º Semestre

DISCIPLINA	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHPCC	CHTotal	Pré-Req.
Estágio Supervisionado IV - Educação não Formal	7	30h	75h	-	105h	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio
Processos Criativos em Pedagogia do Teatro	5	30h	15h	30h	75h	-
Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro	4	30h	15h	15h	60h	-
Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos	4	15h	45h	-	60h	-
Escrita Dramática e Crítica Teatral	4	60h	-	-	60h	-
Trabalho de Conclusão de Curso	7	30h	60h	15h	105h	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Total por semestre	31	195h	210h	60h	465h	

Além da carga horária obrigatória listada na matriz acima, o estudante deverá obter:

- 15 créditos (225h) em atividades complementares.

Integralização curricular

	Créditos	Carga Horária
Componentes Curriculares Obrigatórios	199	2.985h
Componentes Curriculares Optativos	4	60h
Atividade Complementar	15	225h
TOTAL	218	3.270h

Carga horária dividida pelas áreas						
Núcleos e demais atividades	Nº de	Créditos	Carga	Carga Horária	Carga	Carga horária

curriculares	disciplinas		Horária Teórica	Prática	Horária Estágio	de Prática como Componente Curricular	Horária Total
Núcleo de Estudos de Formação Geral	11	49	660h	45h	-	30h	735h
Práticas da cena	13	59	195h	585h	-	120h	900h
Teoria Teatral	6	27	330h	30h	-	45h	405h
Prática Pedagógica Teatral	6	29	135h	90h	-	195h	420h
Estágio Supervisionado	4	28	-	-	420h	-	420h
Trabalho de Conclusão de Curso	1	7	30h	60h	-	15h	105h
Disciplina(s) optativa(s)	1	4	30h	30h	-	-	60h
Atividades Complementares	-	15	-	-	-	-	225h
Total	42	218	1.380h	840h	420h	405h	3.270h

Observe-se que os Cursos de Teatro e Filosofia estão juntos em sua elaboração via REUNI, tendo, desta forma, disciplinas em comum em seus ciclos básicos. Deste modo, faz-se imprescindível que sempre seja considerado este fato em qualquer tipo de alteração do ciclo básico, que deve ser realizada em conjunto e ter aquiescência dos dois cursos, mantendo-se o ciclo básico comum para atendimento ao projeto institucional do REUNI.

2.6.7 Língua Brasileira de Sinais (Libras): disciplina obrigatória (Decreto nº 5.626/2005)

Outro aspecto legal que não pode ser esquecido refere-se à inclusão de LIBRAS como disciplina curricular obrigatória para a Licenciatura e optativa para o Bacharelado. Na perspectiva de adequar-se ao Decreto que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Nesse sentido, de acordo com o decreto:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

No Curso de Licenciatura em Teatro, a Língua Brasileira de Sinais - Libras está, portanto, ofertada como disciplina obrigatória, com carga horária de 60h, devendo ser cursada preferencialmente no 3º semestre.

Esta inclusão evidentemente não é suficiente para conhecer a LIBRAS na sua estrutura linguística como um todo e, muito menos, em suas especificidades enquanto língua de uma comunidade. No entanto, parece ser um primeiro passo para que saibamos que a LIBRAS é uma língua com toda complexidade dos sistemas linguísticos

que servem à comunicação, socialização e ao suporte do pensamento de muitos grupos sociais.

2.6.8 Adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas)

O quadro abaixo registra as equivalências entre disciplinas das versões anteriores do PPC e a versão atual. Observe-se que há disciplinas cuja carga horária modificou-se, situação que demanda complementação de carga horária quando da realização do aproveitamento na reintegração ou migração. Essas disciplinas aparecem destacadas por grifos. A condução de casos nessa situação será detalhada após o quadro.

Versão Anterior do PPC			Versão Nova do PPC		
Período	Disciplina	Carga Horária	Período	Disciplina	Carga Horária
1	Leitura e Produção de Textos	60h	1	Leitura e Produção de Textos	60h
2	História da Arte	<u>60h</u>	1	História da Arte*	<u>75h</u>
1	Sociedade, Cultura e História da Educação	60h	1	Sociedade, Cultura e Educação	60h
5	Corpo, Expressão e Criatividade	<u>60h</u>	1	Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro*	<u>75h</u>
5	Jogos Teatrais	30h	1	Jogos Teatrais e Educação do Sensível	60h
1	Seminário Interdisciplinar I	30h			
3	Antropologia Cultural	<u>60h</u>	2	Estudos Culturais*	<u>75h</u>
2	Filosofia da Educação	60h	2	Filosofia da Educação	60h
3	Psicologia da Aprendizagem	<u>60h</u>	2	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*	<u>75h</u>
7	Técnicas de Expressão Vocal e Canto	60h	2	Práticas Vocais	60h
6	Improvisação	30h	2	Improvisação, Ensino e Prática do Teatro	60h
2	Seminário Interdisciplinar II	30h			
3	Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil	60h	3	Arte Brasileira	60h
4	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h	3	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h
6	Linguagem Musical	<u>60h</u>	3	Oficina de Música*	<u>75h</u>
5	Técnicas de Teatro e Dança na Educação	60h	3	Dança, Criação e Corporeidade	60h
4	Fundamentos da Linguagem Teatral	<u>60h</u>	3	Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais*	<u>75h</u>
6	Currículo, Política e Gestão Educacional	<u>60h</u>	4	Política e Gestão da Educação Brasileira*	<u>75h</u>
4	Educação e Tecnologias Contemporâneas	60h	4	Educação e Tecnologias Contemporâneas	60h

4	Interpretação	<u>60h</u>	4	Atuação*	<u>75h</u>
4	História e Evolução do Teatro	60h	4	Teatro Mundial I	60h
4	Didática e Formação de Professores	<u>60h</u>	5	Didática e Formação de Professores*	<u>75h</u>
5	Estágio Supervisionado I	<u>90h</u>	5	Estágio Supervisionado I - Observação*	<u>105h</u>
6	Metodologia e Prática do Ensino do Teatro I	60h	5	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	60h
1	Conhecimento e Realidade Socioambiental	<u>30h</u>	5	Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas*	<u>75h</u>
3	Matrizes Culturais da Amazônia	<u>30h</u>			
4	Literatura Dramática I	30h			
3	Seminário Interdisciplinar III	30h	5	Teatro Mundial II	60h
6	Estágio Supervisionado II	<u>120h*</u>	6	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	<u>105h*</u>
7	Metodologia e Prática do Ensino do Teatro II	<u>60h</u>	6	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II*	<u>75h</u>
7	Direção (optativa)	<u>30h</u>	6	Encenação*	<u>75h</u>
4	Seminário Interdisciplinar IV	<u>30h</u>			
7	Performance	<u>30h</u>	6	Laboratório de Criação Cênica para Solos*	<u>75h</u>
6	Seminário Interdisciplinar V	<u>30h</u>			
5	Literatura Dramática II	<u>60h</u>	6	Teatro Brasileiro*	<u>75h</u>
7	Estágio Supervisionado III	105h	7	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	105h
8	Teatro de Rua e Carnavalização	<u>30h</u>	7	Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública*	<u>75h</u>
8	Identidade e Narrativa Oral	<u>30h</u>			
8	Estágio Supervisionado IV	105h	8	Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal	105h
7	Percepção e Arte na Linguagem Visual	60h	8	Visualidades da Cena em Pedagogia do Teatro	60h
4	Poéticas Teatrais (optativa)	30h	8	Escrita Dramática e Crítica Teatral	60h
8	Seminário Interdisciplinar VI	30h			

Disciplinas com equivalência total e com equivalência de conteúdo mas sem equivalência total de carga horária e a necessidade de articular duas disciplinas para totalizar uma equivalência.

As disciplinas dos PPCs anteriores (2009 e 2014) que constam como equivalentes às disciplinas do novo PPC no quadro designado a essa finalidade receberão a equivalência total ou parcial (condicionada), conforme previsto no Regimento Acadêmico, considerada a semelhança ou diferença entre cargas horárias. Com isso, disciplinas cursadas nas versões anteriores do PPC que tenham carga horária inferior àquela praticada em sua equivalente versão atual deverão ter

(Atualizada pela Resolução Consepe nº 60-2022, de 06.12.2022)

sua carga horária completada pela matrícula e participação com aproveitamento em componentes curriculares que o curso de Teatro criou especificamente para esse fim.

Exceção a esses casos é a previsão de equivalência constante do PPC atual, que contempla uma composição de duas disciplinas específicas dos PPCs antigos para a totalização de programa e de carga horária de uma disciplina do novo PPC.

As tabelas abaixo apresentam excertos do quadro de equivalência, destacando as disciplinas do PPC anterior que, agrupadas, correspondem à uma disciplina do PPC atual:

Jogos Teatrais	Jogos Teatrais e Educação do Sensível
Seminário Interdisciplinar I	

Improvisação	Improvisação, Ensino e Prática do Teatro
Seminário Interdisciplinar II	

Conhecimento e Realidade Socioambiental	Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas
Matrizes Culturais da Amazônia	

Direção (optativa)	Encenação
Seminário Interdisciplinar IV	

Performance	Laboratório de Criação Cênica para Solos
Seminário Interdisciplinar V	

Teatro de Rua e Carnavalização	Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública
Identidade e Narrativa Oral	

Literatura Dramática I	Escrita Dramática e Crítica Teatral
Seminário Interdisciplinar VI	

As disciplinas criadas **pelo curso de Teatro cuja finalidade é complementar carga horária comum ou carga horária de práticas como componente curricular** são:

1. Seminário de Prática Pedagógica I (15h)
2. Seminário de Prática Pedagógica II (30h)
3. Seminário de Prática Pedagógica III (60h)

4. Seminário de Prática Pedagógica IV (60h)
5. Seminário de Prática Pedagógica V (90h)

Na aprovação do pedido de aproveitamento por parte do estudante, deverá ser anotada, por parte do responsável pela aprovação, o aproveitamento condicionado. A oferta dos componentes de complementação deverá ser **solicitada pelo estudante** à coordenação **após realizada a solicitação e autorização de aproveitamento da disciplina que gera aquele ônus**. A solicitação deve ser realizada quando do lançamento, pelo curso, do edital de solicitação de disciplinas tutoriais ou personalizadas, regido por normativa interna, ou a qualquer tempo quando este edital não for lançado ou não estiver previsto. O colegiado de curso tem a obrigação de ofertar a disciplina ao estudante respeitando seu prazo previsto de integralização, que é computado tendo em vista seu mais recente ingresso (e não seu ingresso original).

Os planos de curso das disciplinas complementares serão elaborados de modo individualizado, considerando a relação entre a ementa da disciplina complementar e a ementa da disciplina original cujo aproveitamento se solicita.

Com relação às disciplinas *Estágio Supervisionado II* e *Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental*, em que se observa uma **redução** de carga horária da versão anterior (120h) para a atual (105h), o estudante que migre de versões anteriores do PPC para esta poderá aproveitar as horas excedentes como Atividades Complementares - o que deve ser solicitado pelo estudante após a aprovação do aproveitamento quando do momento do pedido de reconhecimento das Atividades Complementares, não ocorrendo de modo automático no ato mesmo do aproveitamento.

Disciplinas cursadas em PPC anterior sem equivalência no PPC atual

Algumas disciplinas da versão anterior foram excluídas e não têm equivalência na versão atual. Elas poderão ser aproveitadas como **Optativa(s)** ou **Atividades Complementares**, até o limite estabelecido em regulamento próprio. O estudante que migre de versões anteriores do PPC para esta poderá realizar a solicitação no momento em que julgar oportuno, respeitado o calendário acadêmico. São elas:

- 1) Introdução à Filosofia (60h);
- 2) Introdução à Estética (60h);
- 3) Antropologia Filosófica (60h);
- 4) Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira (60h);
- 5) Ética e Cidadania (60h);
- 6) História e Teoria da Ciência (30h);
- 7) Filosofia da Linguagem (60h);
- 8) Cenografia (30h);
- 9) Folclore Brasileiro (60h).

Disciplinas do novo PPC que inexistem nas versões anteriores

Existem disciplinas criadas para o novo PPC que não existiam no PPC de 2014 e 2009 e, portanto, não têm equivalência neles. Elas materializam a inserção de conteúdos que

não eram abordados anteriormente. Elas deverão ser integralmente cursadas pelo estudante que migre de versões anteriores do PPC para esta, a fim de que integralize seu curso atual. São elas:

- 1) Laboratório de Formas Animadas - 75h
- 2) Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III - 75h
- 3) Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - 75h
- 4) Processos Criativos em Pedagogia do Teatro - 75h
- 5) Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos - 60h
- 6) Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal - 105h
- 7) Trabalho de Conclusão de Curso - 105h

Inserção da prática como componente curricular

Tendo em vista a exigência legal da inserção de 400h de prática como componente curricular no atual Projeto Pedagógico, adicionadas a elas 5 horas em decorrência da estrutura de créditos em operação na universidade, e cientes que essas práticas eram comuns em disciplinas dos PPCs anteriores mas não foram registradas documentalmente de modo discriminado e específico seja no PPC, seja nos Planos de Curso, dado não haver exigência legal naquele momento, o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante avaliaram essa presença no conjunto de Planos de Curso de cada uma delas e listaram aquelas em que compreendeu-se que tais práticas já estariam presentes.

Dessa maneira, para fins de cômputo da carga horária mínima legal por um estudante que migre de versões anteriores do PPC para a versão atual, compreendeu-se que as disciplinas indicadas abaixo incluíram 15 horas cada de tais práticas, o que será computado no currículo do estudante assim que ele venha a solicitar o aproveitamento desses componentes:

- 1) Corpo, Expressão e Criatividade
- 2) Antropologia Cultural
- 3) Linguagem Musical
- 4) Conhecimento e realidade socioambiental
- 5) Matrizes culturais da Amazônia
- 6) Metodologia e prática do ensino de teatro 2
- 7) Direção teatral
- 8) Seminário Interdisciplinar IV
- 9) Performance
- 10) Seminário Interdisciplinar V
- 11) Teatro de rua e narrativa oral
- 12) Interpretação
- 13) Fundamentos da linguagem teatral

Considerando o exposto, compreendemos que o estudante que cursou as disciplinas das versões anteriores do currículo anteriormente elencadas já completou 195 horas das práticas como componente curricular dentre as 405 exigidas. Além disso, 120 horas estão inclusas nas disciplinas novas (sem equivalência) que o estudante deverá cursar, restando a ele a necessidade de integralizar, portanto, mais 90 horas de prática como componente curricular que deverá cursar nos componentes curriculares que o curso de Teatro criou para fins de complementação (Seminário de Prática Pedagógica I [15h]; Seminário de Prática Pedagógica II [30h]; Seminário

de Prática Pedagógica III [60h]); Seminário de Prática Pedagógica IV [60h]; Seminário de Prática Pedagógica V [90h]).

Na aprovação do pedido de aproveitamento por parte do estudante, deverá ser anotada, por parte do responsável pela aprovação, o aproveitamento condicionado, destacando a necessidade de complementação de carga horária de Prática Como Componente Curricular. A oferta dos componentes de complementação deverá ser **solicitada pelo estudante** à coordenação **após realizada a solicitação e autorização de aproveitamento de todas as disciplinas que o estudante pretende aproveitar**. Feito isso, o estudante deverá procurar a coordenação de curso para a elaboração orientada de um Plano de Complementação de Práticas Como Componente Curricular. Registrado o Plano, caberá ao estudante solicitar a oferta dos componentes de complementação, quando do lançamento, pelo curso, do edital de solicitação de disciplinas tutoriais ou personalizadas, regido por normativa interna, ou a qualquer tempo quando este edital não for lançado ou não estiver previsto. O colegiado de curso tem a obrigação de ofertar a(s) disciplina(s) ao estudante respeitando seu prazo previsto de integralização, que é computado tendo em vista seu mais recente ingresso (e não seu ingresso original).

Os planos de curso das disciplinas complementares serão elaborados de modo individualizado, considerando a relação entre a ementa da disciplina complementar e a ementa da disciplina original cujo aproveitamento se solicita.

2.6.9 Migração para a nova estrutura

Os estudantes ingressantes serão vinculados à nova versão do PPC a partir do semestre letivo 2019/2.

A migração parcial de estudantes veteranos ocorrerá no semestre letivo 2020/1 de acordo com plano de migração aprovado pelo Colegiado de Curso em acordo com a Pró-Reitoria de Graduação.

2.6.10 Ementário

Primeiro semestre

DISCIPLINA	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
1	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Linguagem, texto e discurso. Tipos de textos e gêneros textuais. Estratégias de leitura e interpretação. Práticas de leitura e de produção textual.							
Bibliografia Básica ABREU, Antônio Soares. <i>A arte de argumentar. Gerenciando razão e emoção</i> . São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . São Paulo: Editora Ática, 2004. MARCUSCHI, Luiz Antônio. <i>Da fala para a Escrita: atividades de retextualização</i> . São Paulo: Cortez, 2003.							
Bibliografia Complementar CRISTÓVÃO, Vera Lúcia e NASCIMENTO, Elvira Lopes. (Orgs.) <i>Gêneros textuais: teoria e prática</i> . Londrina: Moriá, 2004.							

FIORIN José Luiz. Lições de Texto. *Leitura e redação*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
KOCH, Ingedore. *Coerência/Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2007.
POLITO, Reinaldo. *Superdicas para falar bem em conversas e apresentações*. São Paulo: Saraiva 2005.

DISCIPLINA	HISTÓRIA DA ARTE						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
1	5	60h	-	-	15h	75h	-
Ementa: Teoria, História e Crítica de Arte, com ênfase em Arte Moderna e Contemporânea. Reflexão sobre as diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional na sociedade. Prática como componente curricular em história da arte.							
Bibliografia Básica BAZIN, Germain. <i>História da História da Arte</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2000. JANSON, Horst Woldemar. <i>História Geral da Arte</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1989. STANGOS, Nikos. <i>Conceitos da Arte Moderna</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.							
Bibliografia Complementar CHIPP, Herschel Browning. <i>Teorias da Arte Moderna</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1993. CRISPOLTI, Henrico. <i>Como estudar arte contemporânea</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. DE FUSCO, Renato. <i>História da Arte Contemporânea</i> . Lisboa: Presença, 1988. GOMBRICH, Ernst. <i>História da Arte</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1985. READ, Herbert. <i>História da Pintura Moderna</i> . São Paulo: Zahar / Círculo do Livro, 1980. SCHAMA, Simon. <i>O poder da arte</i> . São Paulo: Companhia das letras, 2010 ZIMMERMANN, Silvana e FABRIS, Annateresa. <i>Arte Moderna</i> . São Paulo: Experimento, 2001.							

DISCIPLINA	SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
1	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Relação entre sociedade, cultura e educação em geral. Contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e o processo de formação do educador na contemporaneidade. Cultura como produção humana. A educação como prática social. Sociedade, cultura e educação brasileira no contexto histórico. Diversidade cultural e política educacional de ação afirmativa. Esfera privado-mercantil, ideologia liberal/neoliberal e a educação pública brasileira.							
Bibliografia Básica BRANDÃO, C. R. A. <i>Educação como Cultura</i> . Campinas/SP: Mercado de Letras, 2002. GOMES, A. C. A. <i>Educação em perspectiva sociológica</i> . 3. ed. São Paulo: EPU, 1994. MANACORDA, M. A. <i>História da educação: da antiguidade aos nossos dias</i> . Trad. de Gaetano Lo Monaco; revisão da trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella, 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.							
Bibliografia Complementar BERMAN, M. <i>Tudo que é sólido desmancha no ar: aventura da sociedade moderna</i> . Trad.: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. GADOTTI, M. <i>Histórias das ideias pedagógicas</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999. GUARESCHI, P. <i>Sociologia crítica; alternativas de mudança</i> . 45. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs). <i>Marxismo e Educação: debates contemporâneos</i> . Campinas/SP: Autores Associados/Histedbr, 2005. NORONHA, O. M. <i>Políticas neoliberais, conhecimento e educação</i> . Campinas/SP: Alínea, 2001. PONCE, A. <i>Educação e luta de classes</i> . Trad. de José Severo de Camargo Pereira. 3. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. RODRIGUES, A. T. <i>Sociologia da educação</i> . 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. <i>Política Educacional no Brasil: introdução histórica</i> . Brasília: Plano Editora, 2003. COUTINHO, C. N. <i>Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas</i> . 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. COELHO, I. (Org.). <i>Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia</i> . Goiânia: Editora PUC Goiás, 2009. SANTOS, R. C. G. (Org.). <i>Sociologia da Educação: debates clássicos na formação de professor</i> . Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2013. GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i> . Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8.ed. Rio de							

Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

DISCIPLINA		JOGOS TEATRAIS E EDUCAÇÃO DO SENSÍVEL					
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
1	4	15h	45h	-	-	60h	-
<p>Ementa: Jogos teatrais e outras modalidades de Jogos. Sistemas de Jogos e utilização em diferentes contextos na Educação Formal e Informal. Improvisação, Presença, Efemeridade, Imaginação, Raciocínio Cênico, Performatividade. Indutores de jogo. Os sentidos do jogo. O Teatro como jogo. Os Jogos e a Educação do Sensível: Experiência, Sensibilidade, Memória e Afeto na Arte e na Educação. Performatividades e Poéticas. Jogo e Teatro Pós-Dramático. Pedagogia do Jogo Teatral. As Dimensões Lúdica, Estética, Ética e Política dos Jogos na perspectiva de uma Educação do Sensível para o Teatro e para a Vida.</p>							
<p>Bibliografia Básica</p> <p>KOUDELA, I.D. <i>Jogos Teatrais</i>. São Paulo: Perspectiva, 1998.</p> <p>MEIRA, Marly Ribeiro. PILLOTO, Silvia. <i>Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagogia</i>. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>REVERBEL, Olga Garcia. <i>Jogos Teatrais na Escola: atividades globais de expressão</i>. São Paulo: Scipione, 2009.</p>							
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ALVES, Rubem. <i>Educação dos Sentidos e mais...</i> Campinas: Verus Editora, 2010.</p> <p>FARIA, Alessandra Ancona de. <i>Contar histórias com o jogo teatral</i>. Perspectiva, 2011.</p> <p>PUPO, Maria Lucia de Souza Barros. <i>Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral</i>. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. <i>A partilha do sensível: estética e política</i>. 2 ed. Tradução Mônica Costa Neto. São Paulo: Ed. 34, 2009.</p> <p>SPOLIN, Viola. <i>Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin</i>. São Paulo: Perspectiva, 2001.</p>							

DISCIPLINA	ESTUDOS CORPORAIS, ENSINO E PRÁTICA DO TEATRO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
1	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Estudo dos diferentes elementos que compõem a ação humana: níveis, planos, apoios, bases, vetores da ação, direções, sentidos, velocidades, espacialidade da ação, frequência de movimentos, energia articulatória, equilíbrio/desequilíbrio, impulso, oposição, simetria. Organização/composição anatômica do corpo. Experimentações práticas da criação corporal. A experiência com elementos técnico-poéticos da criação corporal no contexto do ensino de teatro e dos processos de construção de conhecimento.							
Bibliografia Básica FERNANDES, Ciane. <i>O Corpo em Movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em Artes Cênicas</i> . São Paulo: Anablume, 2006. SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo (Org.). <i>Teatralidades: da pedagogia da imagem ao sujeito biopolítico</i> . Palmas-TO: EDUFT, 2014. STRAZZACAPPA HERNANDEZ, Márcia Maria. <i>Educação somática e artes cênicas: princípios e aplicações</i> . Campinas: Papirus, 2012.							
Bibliografia Complementar ALMEIDA, José Miranda de. <i>Memória, subjetividade, corporeidade</i> . São Paulo: LiberArs, 2015. BACHELARD Gaston. <i>A poética do devaneio</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1988. FELDENKRAIS, Moshe. <i>Consciência pelo movimento</i> . São Paulo: Summus, 1977. GREINER, Christine. <i>O Corpo: Pistas para estudos indisciplinares</i> . São Paulo, Anablume, 2005. ROMANO, Lucia. <i>O teatro do corpo manifesto</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005.							

Segundo semestre

DISCIPLINA	ESTUDOS CULTURAIS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
2	05	60h	-	-	15h	75h	-
Ementa: Os múltiplos espaços e sentidos do termo “cultura”. O multiculturalismo e as políticas de reconhecimento. Pós-Modernidade e Pós-colonialismo e os estudos culturais. Os estudos culturais e a questão racial no Brasil. Povos tradicionais do Tocantins, identidade e cultura.							
Bibliografia Básica							

CANCLINI, Nestor Garcia. <i>Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização</i> . Rio: Edit. UFRJ, 1999.
HALL, Stuart. <i>Da diáspora: identidades e mediações culturais</i> . Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2006.
SILVA, T. T. (Org.) <i>O que é, afinal, Estudos Culturais?</i> Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
Bibliografia Complementar
ANDRADE, K.; FLORES, K. M.; BODNAR, R. <i>Populações Tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas</i> . Goiânia: UFT, 2013.
GEERTZ, Clifford. <i>A interpretação das culturas</i> . Rio: Zahar Edit., 1978.
MATTA, roberto. <i>O que faz do Brasil, Brasil?</i> Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
GOMES, Mércio Pereira. <i>Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura</i> . São Paulo: Contexto, 2010.
SANTOS, José Luiz dos. <i>O que é Cultura</i> . São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

DISCIPLINA	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
2	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: A educação como problema filosófico. Filosofia da Filosofia da educação. Correntes da Filosofia da educação. Teóricos da Filosofia da educação.							
Bibliografia Básica							
ARANHA, M. L. A. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: Moderna, 2012.							
FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2011							
GHIRALDELLI JR., P. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: Ática, 2006.							
Bibliografia Complementar							
CURY, C. J. <i>Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo</i> . São Paulo: Cortez, 1989.							
FULAT, O. <i>Filosofias da Educação</i> . Petrópolis: Vozes, 1994.							
GHIRALDELLI JR., P. (Org.) <i>O que é Filosofia da Educação?</i> Rio de Janeiro: DP&A, 2003.							
GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.							
KONDER, L. <i>Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas</i> . São Paulo: Forma e Ação, 2006.							
MORIN, E. <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i> . 12. ed. Eleonora F da Silva e Jeane Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.							
PUCCI, B. (org.). <i>Teoria crítica e educação</i> . 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFSCAR, 1998.							
RANCIÈRE, J. <i>O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual</i> . Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.							
SUCHODOLSKI, B. <i>A pedagogia e as grandes correntes filosóficas</i> . Lisboa: Horizonte, 1978.							

DISCIPLINA	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
2	5	60h	15h	-	-	75h	-
Ementa: Concepções epistemológicas do desenvolvimento e aprendizagem. Estudo do desenvolvimento biopsicossocial na infância, adolescência e vida adulta. As principais teorias no processo de desenvolvimento e aprendizagem, suas implicações e desdobramentos para a ação pedagógica no contexto escolar.							
Bibliografia Básica							
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. <i>Psicologias: uma introdução aos estudos de Psicologia</i> . 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.							
CAMPOS, D. M. S. <i>Psicologia e desenvolvimento humano</i> . 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.							
CAMPOS, D. M. S. <i>Psicologia da aprendizagem</i> . 37 ed. RJ: Vozes, 2008.							
Bibliografia Complementar							
BERGER, K. S. <i>O desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade</i> . 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 2003.							
CASTORINA, J. A. et al. <i>Piaget – Vygotsky: novas contribuições para o debate</i> . São Paulo, Ática, 1995.							
DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. <i>Psicologia na educação</i> . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.							
LA TAILLE, Y. et al. <i>Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão</i> . São Paulo, Summus, 1992.							
MOREIRA, M. A. <i>Teorias de aprendizagem</i> . 2. ed. ampl. São Paulo: EPU, 2011.							

DISCIPLINA	PRÁTICAS VOCAIS
------------	-----------------

Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
2	4	15h	45h	-	-	60h	-
Ementa: Estudo das possibilidades vocais na construção cênica. Desenvolvimento do conceito de corpo como instrumento vocal. Orientação à construção de hábitos favoráveis à preservação da saúde vocal. Trabalho sobre os fundamentos técnicos da expressão vocal: postura e relaxamento, respiração, articulação/dicção e ressonância. Percepção e exploração de parâmetros vocais como altura, intensidade e registro. Incorporação das qualidades técnicas às práticas vocais faladas e cantadas. Criação de exercício cênico coletivo.							
Bibliografia Básica CARRARA, Paula. <i>Corpo Voz Escuta: reflexões sobre a prática do ator</i> . São Bernardo do Campo, SP: Lamparina Luminosa, 2016. PACHECO, Claudia; BAÊ, Tutti. <i>Canto: equilíbrio entre corpo e som</i> . Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2006. SUNDBERG, Johan. <i>Ciência da voz: fatos sobre a voz na fala e no canto</i> . São Paulo: EDUSP, 2015.							
Bibliografia Complementar ARAÚJO, Marconi. <i>Belting contemporâneo: aspectos técnico-vocais para Teatro Musical e Música Pop</i> . Brasília: MusiMed, 2013. BOGART, Anne; LANDAU, Tina. <i>O Livro dos ViewPoints: um guia prática para viewpoints e composição</i> . São Paulo: Perspectiva, 2017. FERREIRA, Leslie Piccolotto (Org.). <i>Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia</i> . 4a. edição. São Paulo, SP: Summus, 1988. GAYOTTO, Lucia Helena. <i>Voz: partitura da ação</i> . 4a. edição. São Paulo: Plexus, 1998. QUINTEIRO, Eudisia Acuña. <i>Estética da voz: uma voz para o ator</i> . 7a. edição. São Paulo: Plexus, 2007.							

DISCIPLINA	IMPROVISACÃO, ENSINO E PRÁTICA DO TEATRO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
2	4	15h	45h	-	-	60h	-
Ementa: Elementos geradores e naturezas da improvisação. Improvisação em diferentes estéticas teatrais. Improvisação, teatro e diálogo com outras linguagens artísticas. Improvisação e experiência de temas geradores da cena. Improvisação, ludicidade, jogo, imaginário e construção de conhecimento. Improvisação, alteridade, (auto)poética, subjetividade e educação. Improvisação e criatividade. Improvisação e metodologias do ensino de teatro. Improvisação, experiência e (des)metodologia no ensino de teatro.							
Bibliografia Básica BOAL, Augusto. <i>200 exercícios e jogos</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. BOGART, Anne; LANDAU, Tina. <i>O Livro dos ViewPoints: um guia prática para viewpoints e composição</i> . São Paulo: Perspectiva, 2017. SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. <i>A constituição do ser(ator) entre as artes cênicas e a cotidianidade</i> . Palmas-TO: EDUFT, 2017.							
Bibliografia Complementar CHACRA, Sandra. <i>Natureza e sentido da improvisação teatral</i> . São Paulo: Perspectiva, 1991. COURTNEY, Richard. <i>Jogo, teatro e pensamento</i> . São Paulo: Perspectiva, 1980. FERRACINI, Renato. <i>A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator</i> . Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. SPOLIN, Viola. <i>Improvisação para teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 1992. SAMPAIO, Juliano de Camargo. <i>Teatralidade e Narrativa - conhecimento e construção de sentido da experiência criativa</i> . 01. ed. Palmas: EDUFT, 2016. v. 01.							

Terceiro semestre

DISCIPLINA	ARTE BRASILEIRA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
3	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Análise crítica e interpretativa da arte brasileira e suas implicações culturais nos vários períodos históricos e nos vários espaços geográficos que integram o país. Reflexão sobre as diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional na sociedade brasileira. Reflexão sobre os impactos da realidade socioambiental nas temáticas e práticas artísticas.							
Bibliografia Básica ADES, Dawn. <i>Arte na América Latina. A Era Moderna 1820-1980</i> . São Paulo: Cosac & Naify Edições,							

1997.

CRULS, Gastão. *As artes plásticas no Brasil: arte indígena*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.

TOLIPAN, Sérgio e outros. *Sete ensaios sobre o modernismo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN; Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996-1999.

VALENÇA, José Rolim. *Herança*. São Paulo: Empresas Dow, 1964.

VIDAL, Lux. (org.). *Grafismo indígena; estudos de antropologia estática*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, EDUSP, 2000.

ZANINI, Walter. (org.). *História geral da arte no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

DISCIPLINA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
3	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Concepções de sujeito, língua e cultura e a comunidade surda. Modelos educacionais para surdos. Legislação e surdez. Ensino e aprendizagem de Libras e Português para surdos. A tradução e a interpretação entre Português e Libras. Prática de descrição básica de cenários e pessoas. Introdução prática aos recursos gramaticais da Libras. Prática introdutória dos elementos organizacionais da conversação em Libras.							
Bibliografia Básica							
GESSER, A. <i>LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais</i> . São Paulo: Parábola, 2009							
PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Org.). <i>Um olhar sobre nós surdos: Leituras contemporâneas</i> . Curitiba: Crv, 2012.							
STROBEL, Karin. <i>As imagens do outro sobre a cultura surda</i> . Florianópolis: UFSC, 2008.							
Bibliografia Complementar							
BRITO, L. F. <i>Por uma gramática da língua de sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.							
GESSER, Audrei. <i>O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender LIBRAS</i> . São Paulo: Parábola Editora, 2012.							
GERALDI, João Wanderley. <i>Ancoragens: estudos bakhtinianos</i> . São Carlos/SP: Pedro e João, 2010.							
PETRILLI, Susan. <i>Em outro lugar e de outro modo</i> . São Carlos/SP: Pedro7João, 2013.							
MCCLEARY, Leland. (2003) O orgulho de ser surdo. In: <i>ENCONTRO PAULISTA ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS</i> , 1, (17 de maio) 2003, São Paulo: FENEIS-SP [Local: Faculdade Sant'Anna].							

DISCIPLINA	OFICINA DE MÚSICA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
3	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Estudo das possibilidades sonoras e musicais na criação cênica. Desenvolver o conceito de musicalidade em suas relações com o teatro: musicalidade como via na preparação do ator (escuta ativa, ritmo, articulação, dinâmica); musicalidade como materialidade cênica (música de cena, sonoplastia); musicalidade como metáfora da encenação (durações, contrapontos, texturas, orquestração). Compreensão e apropriação de parâmetros sonoros e princípios estruturais da música. Criação de exercício cênico coletivo. Prática como componente curricular relacionando musicalidade e ensino de teatro.							
Bibliografia Básica							
AMALFI, Maestro Marcelo. <i>A macro-harmonia da música do teatro</i> . São Paulo: Giostri, 2015.							
MALETTA, Ernani. <i>Atuação polifônica: princípios e práticas</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.							
TRAGTENBERG, Lívio. <i>Música de cena</i> . São Paulo: Perspectiva, 2008.							
Bibliografia Complementar							
BOLÃO, Oscar. <i>Batuque é um privilégio: a percussão na música do Rio de Janeiro para músicos, arranjadores e compositores</i> . 3a. edição. Rio de Janeiro: Lumiar editora, 2003.							
BOULEZ, Pierre. <i>A música hoje</i> . 3a. edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.							
GRIFFITHS, Paul. <i>A música moderna: uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez</i> . 2a. edição. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2011.							
GROUT, Donald J. <i>História da música ocidental</i> . 4a. edição. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2007.							
SWANWICK, Keith. <i>Ensinando música musicalmente</i> . Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.							

DISCIPLINA	DANÇA, CRIAÇÃO E CORPOREIDADE
------------	-------------------------------

Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
3	4	15h	45h	-	-	60h	-
Ementa: Consciência do corpo em diferentes dinâmicas de movimento. Condição corporal relacionada à dança. Técnicas de dança moderna e Contemporânea. Improvisação. Coreografia. Reconhecimento do Espaço Movimento: próprio e em relação ao ambiente. Ritmo. Expressividade. Comunicabilidade. Interação corpo/espaco/movimento. Estudo e treinamento dos elementos corporais e expressivos como fomentadores de ensino do movimento para as artes da cena. O ensino da dança.							
Bibliografia Básica AZEVEDO, Sônia Machado de. <i>O papel do corpo no corpo do ator</i> . São Paulo: Perspectiva, 2002. GREINER, Christine. <i>O Corpo, pistas para estudos indisciplinados</i> . São Paulo: Anna Blume, 2005. LABAN, Rudolf. <i>O Domínio do Movimento</i> . São Paulo: Summus, 1978.							
Bibliografia Complementar BOLSANELLO, Débora Pereira. <i>Em pleno Corpo. Educação Somática, Movimento e Saúde</i> . Curitiba: Juruá, 2010. COHEN, Renato. <i>Performance como Linguagem: Criação de um tempo-espaco de criação</i> . São Paulo: Perspectiva, 1980. GARAUDY, Roger. <i>Dançar a vida</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. GIL, José. <i>Movimento Total o corpo e a dança</i> . Lisboa: Relógio d'água, 2001. KATZ, Helena. <i>Um, dois, três: A dança é o pensamento do corpo</i> . Belo Horizonte: FID Editorial, 2005. OIDA, Yoshi. <i>O Ator Invisível</i> . Ed. Via Lettera. 2010. PORPINO, Karenine de Oliveira. <i>Dança é educação: Interfaces entre corporeidade e estética</i> . Natal: Editora EDUFRRN, 2006. ROMANO, Lucia. <i>O teatro do corpo manifesto</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005.							

DISCIPLINA	DIREITOS HUMANOS, RECEPÇÃO E MEDIAÇÃO TEATRAIS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
3	5	30h	30h	-	15h	75h	-
Ementa: O espectador teatral e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Teatro e as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos humanos. Qualidades de experiência da cena e/ou performance pelo espectador em seu contexto. Operações da análise do espetáculo e possibilidades frutivas não-analíticas, visitas in loco a eventos de caráter teatral numa perspectiva situada. Semiologia, semiótica, fenomenologia e teoria dos afetos na recepção. Mediação de recepção em sala, no espaço público e em comunidades. Prática como componente curricular: audiência de obras e mediação em sala de espetáculo ou em comunidade.							
Bibliografia Básica BRASIL. <i>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos</i> . Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO. Brasília: 2018 DESLANDES, K.; LOURENÇO, É. <i>Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins</i> . Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. ROUBINE, Jean-Jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.							
Bibliografia Complementar BRASIL. <i>Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade</i> . Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica. Brasília – DF, 2007. CARLSON, M. <i>Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade</i> . São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. CARVALHO, J. S. (org.). <i>Educação, Cidadania e Direitos humanos</i> . Petrópolis: Vozes, 2004. GUINSBURG, J.; FARIA, J. R.; LIMA, M. A. de (org.). <i>Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos</i> . São Paulo: Perspectiva, 2006. PAVIS, P. <i>Dicionário de teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 1999.							

Quarto semestre

DISCIPLINA	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
4	4	60h	-	-	-	60h	-

Ementa: Contemporaneidade e presentividade: ciberespaço; cibercultura; tecnologias intelectuais; aprendizagem colaborativa em rede; inclusão digital; as tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades nas novas relações com o saber e as mutações na educação presencial, ensino online, educação à distância, e-learning, a partir das políticas de incorporação das tecnologias na escola. Tecnologias e suas implicações na educação; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Bibliografia Básica

ALAVA, Séraphin. *Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais*. Porto Alegre: Editora ArtMed, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. São Paulo: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Editora Papirus, 2003.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço*. São Paulo: Paulus, 2004.

DISCIPLINA		POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA					
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
4	5	60h	15h	-	-	75h	-
Ementa: Estado, políticas públicas e educação. Política educacional e escolar brasileira no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade contemporânea. Organização e funcionamento da educação no Brasil e no Tocantins. Planejamento, gestão e currículo educacional/escolar. Financiamento da educação e o processo formativo. Os trabalhadores em educação: formação, carreira e organização político-sindical.							
Bibliografia Básica							
AZEVEDO, J. M. L. <i>A educação como política pública</i> . 2. ed. Campinas/SP: Autores associados, 2001.							
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i> . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.							
SILVA, T. T. <i>Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo</i> . 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.							
Bibliografia Complementar							
ALMEIDA, M. (Org.). <i>Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mecanização do conhecimento</i> . Campinas/SP: Alínea, 2005.							
FERRETTI, C. J.; SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). <i>Trabalho Formação e Currículo: para onde vai a escola?</i> São Paulo: Xamã, 1999.							
NEVES, L. M. W. <i>A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso</i> . São Paulo: Xamã, 2005.							
PADILHA, P. R. <i>Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola</i> . São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.							
PIRES, V. <i>Economia da educação</i> . São Paulo: Cortez, 2005.							
SANDER, B. <i>Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento</i> . Campinas: Autores Associados, 1995.							
SHIROMA, E.; MORAES, Maria C.; EVANGELISTA, O. <i>Política educacional</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.							
SILVA, A.; MARIA M.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs). <i>Retrato da escola no Brasil</i> . Brasília: CNTE, 20004.							

DISCIPLINA		ATUAÇÃO					
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
4	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Conceito e experimentação de ação física e suas possibilidades expressivas. Corpo-voz no diálogo com a imaginação. Treinamento de ator. O ator-criador e seus processos de investigação cênica. Conceitos e experimentações de interpretação dramática, épica e pós-dramática. Atuação em obras dramáticas. Atuação como expressão de si no mundo. O ator como interventor nas realidades subjetiva e objetiva. Procedimentos e dinâmicas da cena. A cena como exercício de leitura de mundo.							
Bibliografia Básica							

ARTAUD, Antonin. <i>O Teatro e seu duplo</i> . Ed. Martins Fontes. 2006.
BURNIER, Luís Otávio. <i>A Arte do Ator: da técnica à representação</i> . Ed. Unicamp. 2009.
ROSENFELD, Anatol. <i>O teatro épico</i> . São Paulo: Perspectiva, 2008.
Bibliografia Complementar
AZEVEDO, Sônia Machado. <i>O papel do corpo no corpo do ator</i> . Perspectiva, 2014.
FO, Dario. <i>Manual Mínimo do Ator</i> . Senac, 2009.
LEHMANN, Hans-Ties. <i>Teatro pós-dramático</i> . São Paulo: Cosacnaify, 2010.
PAVIS, Patrice. <i>Dicionário de Teatro</i> . Perspectiva, 2001.
SPOLIN, Viola. <i>Improvisação para o teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 2015.

DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE FORMAS ANIMADAS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
4	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Panorama do teatro de formas animadas no mundo. Genealogias do teatro de animação e suas tendências. Pesquisa, criação, confecção e construção de formas e objetos para o teatro de animação. Texto dramático para o teatro de animação. O imaginário local, global, suas diversidades étnico-raciais, educação ambiental e suas relações com as formas animadas, a animação, a manipulação e a interpretação. Processos de criação a partir da máscara, bonecos e sombras na cena e o ensino do teatro.							
Bibliografia Básica							
AMARAL, Ana Maria. <i>O ator e seus duplos: Máscaras, Bonecos e Objetos</i> . São Paulo: Senac, 2002.							
ALBERTINE, Carmelo; PIZZI, Paola. <i>A arte mágica de Amleto e Donato Sartori</i> . Tradução Maria de Lourdes Rabetti. São Paulo, SP. Realizações Editora, 2013.							
COSTELLA, Antonio F. <i>Para apreciar a arte</i> : 4. ed. SENAC. São Paulo, 2010.							
Bibliografia Complementar							
AMARAL, Ana Maria. <i>Teatro de Animação</i> . 3a Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.							
ROUBINE, Jean-Jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . 2. ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.							
ROSSI, Maria Helena Wagner. <i>Imagens que falam</i> : 4. ed. Mediação. Porto Alegre. 2009.							
LECOQ, Jacques. <i>O corpo poético: Uma pedagogia de criação teatral</i> . Tradução Marcelo Gomes. São Paulo, SP, Editora Sesc, 2010.							
GOMES Filho, João. <i>Gestalt do Objeto: Sistema de Leitura Visual da Forma</i> . São Paulo, Escrituras Editora, 2000.							

DISCIPLINA	TEATRO MUNDIAL I						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
4	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Das origens do Teatro até o teatro renascentista, perpassando encenações do que se pode considerar como uma perspectiva mundial do teatro, destacando seus elementos característicos, a leitura de textos teatrais, suas relações sociais e considerando o processo de evolução da linguagem teatral.							
Bibliografia Básica							
BERTHOLD, Margot. <i>História Mundial do Teatro</i> . São Paulo, Perspectiva, 2001.							
CARLSON, Marvin. <i>Teorias do Teatro - Estudo Histórico-crítico dos gregos à atualidade</i> . São Paulo, UNESP. 1997.							
HUBERT, Marie-Claude. <i>As Grandes teorias do Teatro</i> . São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013.							
Bibliografia Complementar							
BARBOSA, Sidney e MORETTO, Fulvia. <i>Aspectos do Teatro Ocidental</i> . São Paulo: UNESP, 2006.							
BERRETINI, Célia. <i>O teatro ontem e hoje</i> . São Paulo, Perspectiva, 1980.							
HELIODORA, Bárbara. <i>Caminhos do Teatro Ocidental</i> . São Paulo, Perspectiva, 2013.							
LEÃO, Raimundo Matos de. <i>História do Teatro</i> . Salvador: EDUFBA, 2014							
ROUBINE, Jean-Jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Apresentação e tradução Yan Michalski. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.							

Quinto semestre

DISCIPLINA	DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
5	5	60h	15h	-	-	75h	-

Ementa: Concepções pedagógicas e teórico-metodológicas de ensino, aprendizagem e a didática. Formação do educador na perspectiva multidimensional: relação teoria-prática, conteúdo-forma, interação professor-aluno, planejamento da ação didática. Planejamento escolar: currículo, conteúdo, objetivo, metodologia e avaliação.
Bibliografia Básica HAYDT, R. C. <i>Curso de Didática Geral</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. LIBÂNEO, J. C. <i>Didática</i> . 31ª reimpressão, SP: Cortez, 2010. TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
Bibliografia Complementar CHARLOT, B. <i>Da relação com o saber: elementos para uma teoria</i> . Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000. CORDEIRO, J. <i>Didática</i> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. PIMENTA, S. G. (Org.). <i>Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal</i> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. VASCONCELLOS, C. S. <i>Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula</i> . São Paulo, Libertad, 2002. VASCONCELLOS, C. S. <i>Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização</i> . 10. ed. São Paulo, Libertad, 2002. VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs). <i>As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2001. VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs). <i>Repensando a Didática</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.

DISCIPLINA	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PRÁTICAS CÊNICAS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
5	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Um estudo sobre as possibilidades teóricas e práticas e o pensar da realidade social a partir da ideia de raça. Experimentação e criação de práticas cênicas que se relacionem com elementos culturais afrodescendentes, performáticos, tradicionais e contemporâneos. O negro no teatro brasileiro. As ideias de raça, relações étnico-raciais na concepção e realização cênica, como processo educativo, em articulação com os diversos elementos da cena.							
Bibliografia Básica ABRAMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. <i>Educação e raça - Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas</i> . Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. MUNANGA, Kabengele. <i>Negritude - Usos e sentidos</i> . Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009. SANTOS, Joel Rufino dos. <i>A história do negro no teatro brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Novas Direções, 2014.							
Bibliografia Complementar BOAL, Augusto. <i>Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas</i> . Ed. Revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. BRASIL, Ministério da Cultura. <i>A cor da cultura</i> . / Brasília, DF : FNDE, 2004. 5 v. HALL, Stuart. <i>Da diáspora: identidades e mediações culturais</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. HERNANDEZ, Leila Leite. <i>A África na sala de aula – Visita à história contemporânea</i> . São Paulo: Selo Negro, 2005. 679 p. : SCHWARCZ, Lília Moritz. <i>O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.							

DISCIPLINA	TEATRO MUNDIAL II						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
5	4	60h	-	-	-	60h	-
Ementa: Do teatro no realismo à contemporaneidade, perpassando encenações do que se pode considerar como uma perspectiva mundial do teatro, ocidental assim como oriental, destacando seus elementos e dinâmicas característicos. Relação texto-cena, articulações estético-históricas e político-sociais, considerando o processo de evolução da linguagem teatral.							
Bibliografia Básica BERTHOLD, Margot. <i>História Mundial do Teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 2001. CARLSON, Marvin. <i>Teorias do Teatro - Estudo Histórico-crítico dos gregos à atualidade</i> . UNESP, São Paulo, 1997. PISCATOR, Erwin. <i>Teatro político</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.							
Bibliografia Complementar CAMARGO, Iná. <i>Sinta o Drama</i> . Petrópolis: Vozes, 1998.COSTA.							

GARCIA, Silvana. *Teatro da Militância: a intenção do popular no engajamento político*. São Paulo, Perspectiva, 2004.
GASSNER, John. *Mestres do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2002 e 2003. Volume I e II.
ROUBINE, Jean-Jacques. *As grandes teorias do teatro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
HELIODORA, Bárbara. *Caminhos do Teatro Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DISCIPLINA	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA TEATRAL I						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
5	4	15h	15h	-	30h	60h	-
Ementa: O conceito de infância e suas variações na relação com o ensino. Parâmetros curriculares e bases nacionais comuns para o ensino de teatro. Aprendizagem do teatro na escola: conceitos e possibilidades contemporâneas. Articulações entre narrativa, ficção, acontecimento, poesia e ensino. O teatro como jogo e sua inserção no processo educativo inclusivo na infância.							
Bibliografia Básica ARIÈS, P. <i>História social da infância e da família</i> . Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978. FRIEDMANN, Adriana. <i>A arte de brincar :brincadeiras e jogos tradicionais</i> . Petrópolis: Vozes, 2004. SLADE, Peter. <i>O Jogo Dramático Infantil</i> . São Paulo. Summus, 1987.							
Bibliografia Complementar BARBOSA, Ana Mae (Org.) <i>Ensino da arte: memória e história</i> . Direção da Série Estudos : J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008. CHÂTEAU, Jean. <i>O jogo e a criança</i> . São Paulo: Summus, 1987. OSTETTO, Luciana E. <i>Arte, infância e formação de professores: As competências para ensinar no século XXI</i> . Porto Alegre, RS : Artmed, 2002. REVERBEL, Olga. <i>Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão</i> /Olga Garcia Reverbel. Sao Paulo : Scipione,2006. SPOLIN, Viola. <i>Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin</i> . Tradução de Ingrid Dormien Koudela. 2.ed.São Paulo, SP: Perspectiva, 2006.							

DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – OBSERVAÇÃO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
5	7	(30h)	(75h)	105h	-	105h	-
Ementa: Observação e pesquisa no contexto da Educação Formal. Análise da estrutura da rotina escolar, do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Projeto de Desenvolvimento Escolar – PDE. Mapeamento e análise da prática artístico-pedagógica em Teatro no espaço da Educação Formal. Pesquisa de alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Teatro. Elaboração e execução de projeto de intervenção pedagógica. Elaboração do relatório de Estágio.							
Bibliografia Básica BRASIL. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i> . Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. PIMENTA, S. G. <i>O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática</i> . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. JAPIASSU, Ricardo. <i>Metodologia do Ensino de Teatro</i> . 8ª ed. Campinas: Papirus, 2001.							
Bibliografia Complementar BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: arte</i> / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. HOFFMANN, Jussara. <i>Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação</i> . 10. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2007. MOREIRA, A. F. B. (Org.). <i>Currículo: políticas educativas</i> . 13. ed. Campinas: Papirus, 2011. TELLES, Narciso (org). <i>Pedagogia do Teatro: Práticas Contemporâneas na Sala de Aula</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2013. OSTETTO, Luciana E. <i>Arte, infância e formação de professores: As competências para ensinar no século XXI</i> . Porto Alegre, RS : Artmed, 2002.							

DISCIPLINA	ENCENAÇÃO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
6	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: O conceito da encenação em seus aspectos históricos, técnicos e estéticos que possibilitaram o aparecimento do encenador no final do século XIX e início do século XX. O papel do encenador na contemporaneidade. O professor-encenador na escola. O encenador como pedagogo. Relações entre encenação, ritual e performance. Projeto de encenação contemplando elementos da atuação, cenografia, figurino, maquiagem, sonoplastia e iluminação. Composição cênica e apresentação pública dos resultados. Prática como componente curricular: produção e a realização de mostra (produção local) com ênfase em encenação.							
Bibliografia Básica PAIVA, Sônia. <i>Encenação: percurso pela criação, planejamento e produção teatral</i> . Ed: Um, 2011. PAVIS, Patrice. <i>A encenação contemporânea: origens, tendências e perspectivas</i> . São Paulo: Perspectiva, 2013. ROUBINE, Jean-jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.							
Bibliografia Complementar BARBA, Eugenio. <i>A canoa de papel: tratado de Antropologia Teatral</i> . Brasília: Teatro Caledoscópio & Editora Dulcina, 2012. BOGART, Anne. <i>A preparação do diretor: sete ensaios sobre arte e teatro</i> . São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. FERÁL, Josetté. <i>Além dos Limites: Teoria e prática do teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 2015. SANTOS, Maria Thais Lima. <i>O encenador como pedagogo</i> . (Tese de Doutorado em Teatro/2002. 159 f.). Escola de Comunicação e Artes-USP, 2002. SPOLIN, Viola. <i>O jogo teatral no livro do diretor</i> . São Paulo: Perspectiva, 1999.							

DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE CRIAÇÃO CÊNICA PARA SOLOS						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
6	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Introdução aos princípios norteadores para o processo criativo em teatro. Relação tema e linguagem exercitada na prática cênica. Possibilidades de métodos criativos e suas especificidades. Experimentação inicial dos elementos da linguagem teatral como fomento da relação discussão/materialidade. Desenvolvimento e compreensão das relações intersubjetivas na turma e sua ligação intrínseca com as escolhas éticas e estéticas do fazer teatral. Prática como componente curricular em criação de exercício cênico, apresentações e debates.							
Bibliografia Básica BONFITTO, Matteo. <i>O ator compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislávski a Barba</i> . São Paulo: Perspectiva, 2013. BROOK, Peter. <i>A porta aberta</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999. GUSKIN, Harold. <i>Como parar de atuar</i> . São Paulo: Perspectiva, 2012.							
Bibliografia Complementar ALSCHITZ, Jurij. <i>40 questões para um papel – um método para a autopreparação do ator</i> . São Paulo: Perspectiva, 2012. AMARAL, Ana Maria. <i>O ator e seus duplos: Máscaras, Bonecos e Objetos</i> . São Paulo: Senac, 2002. GUINSBURG, Jacob. <i>Da cena em cena</i> . São Paulo. Perspectiva, 2001. OIDA, Yoshi. <i>O Ator Invisível</i> . Ed. Via Lettera, 2010 STANISLAVSKI, Constantin. <i>A criação de um papel</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. ROMANO, Lucia. <i>O teatro do corpo manifesto</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005.							

DISCIPLINA	TEATRO BRASILEIRO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
6	5	60h	-	-	15h	75h	-
Ementa: Estudos de história do teatro brasileiro e análises de obras teatrais e de sua recepção, incluindo produções dramatúrgicas e cênicas. Das origens do teatro brasileiro até a vida teatral no século XX e XXI, destacando seus elementos característicos, suas relações sociais e considerando o processo de evolução da linguagem teatral.							
Bibliografia Básica FARIA, João Roberto (org). <i>História do teatro brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX</i> (volume I e II). São Paulo, Perspectiva, 2012/2013. GUINSBURG, J. e PATRIOTA, R. <i>Teatro brasileiro: ideias de uma história</i> . Coleção Debates. São Paulo:							

Perspectiva, 2012. PRADO, Décio de Almeida. <i>História concisa do Teatro Brasileiro (1570-1908)</i> . São Paulo, Edusp, 1999.
Bibliografia Complementar BERRETTINI, Celia. <i>Teatro Ontem e Hoje</i> . São Paulo: Perspectiva, 1980. FARIA, João Roberto. <i>O teatro na estante</i> . São Paulo: Ateliê, 1998. FERNANDES, Silvia. <i>Teatralidades contemporâneas</i> . São Paulo, Perspectiva, 2010. FERNANDES, Silvia. <i>Grupos teatrais. Anos 70</i> . Campinas, Editora da UNICAMP, 2000. MAGALDI. Sábato. <i>Iniciação ao teatro</i> . São Paulo: Ática, 1998.

DISCIPLINA	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA TEATRAL II						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
6	5	15h	15h	-	45h	75h	-
Ementa: Abordagens metodológicas diversificadas para aprendizagem em Teatro com jovens e adolescentes e educação inclusiva. Interdisciplinaridade. Interculturalidade. Discussões e práticas educativas sobre os direitos humanos, diversidades étnico-raciais, cultura afro-brasileira, cultura indígenas, questões de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Parâmetros curriculares para o Ensino médio. Pesquisa, docência e planejamento voltados para o ensino de teatro nessa faixa etárias.							
Bibliografia Básica KOUDELA, Ingrid. <i>Jogos teatrais</i> . São Paulo: Perspectiva, 1992. SPOLIN, Viola. <i>Improvisação para o Teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. MENEGAZ, Wellington. <i>Teatro com adolescentes: dentro e fora da escola</i> . Curitiba: Editora Prismas, 2016.							
Bibliografia Complementar BOAL, Augusto. <i>Jogos para atores e não-atores</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOUDELA, Ingrid D. <i>Texto e jogo</i> . São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 1996. PUPO, Maria Lúcia S. B. <i>Entre o mediterrâneo e o atlântico</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005. TELLES, Narciso. <i>Pedagogia do teatro práticas contemporâneas na sala de aula</i> . São Paulo: Papirus Editora, SANTOS, V. L. B. (Org.); SPRITZER, Mirna (Org.). <i>Teatro com jovens e adultos: princípios e práticas</i> . 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.							

DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO FUNDAMENTAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
6	7	(30h)	(75h)	105h	-	105h	Estágio Supervisionado I - Observação
Ementa: Prática pedagógica teatral no contexto da Educação Formal, tendo como campo de atuação o Ensino fundamental. Observação e prática pedagógica, – ação e reflexão da prática educativa – do ensino de teatro. Práticas de caráter investigativo, o professor pesquisador. Elaboração do projeto em parceria – escola e comunidade – na viabilização e desenvolvimento de materiais e recursos a serem utilizados no projeto de intervenção pedagógica. Elaboração descritiva e analítica do relatório.							
Bibliografia Básica BRASIL. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i> . Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. PIMENTA, Selma G. <i>Estágio e Docência</i> . 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. SANTANA, Arão Paranaguá. <i>Teatro e formação de professores</i> . São Luís: EDUFMA, 2000.							
Bibliografia Complementar ANA CLÁUDIA MEI ALVES DE OLIVEIRA (Autor), ANA MAE BARBOSA. <i>A educação do olhar no ensino das artes</i> . 5.ed. Porto Alegre : Mediação, 2009. FAZENDA, I. et al. (orgs.) <i>A prática de ensino e o estágio supervisionado</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. FRIGOTTO, G e CIAVATA. M. (orgs). <i>A experiência do trabalho e a educação básica</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. MERÍSIO, Paulo. CAMPOS, Vilma (Org.). <i>Teatro: ensino, teoria e prática – vol. 02</i> . Uberlândia: EDUFU, 2011. TELLES, Narciso (org). <i>Pedagogia do Teatro: Práticas Contemporâneas na Sala de Aula</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.							

Sétimo semestre

DISCIPLINA	PRÁTICAS CÊNICAS DE RUA E ARTE PÚBLICA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
7	5	15h	45h	-	15h	75h	-
Ementa: Teatro de Rua, Intervenções Urbanas, Ativismo, Performances, Liminalidades e outras Poéticas Políticas na Educação Formal e Informal. As práticas cênicas de rua e na rua e suas relações com Teatro Político, Artes Circenses, Teatro Popular, Teatro do Oprimido e Manifestações das culturas populares (folguedos, danças, literatura de cordel, oralidade, cortejos e procissões, ritmos e musicalidades, canção popular, etc.). A promoção da Arte Pública, a transgressão, o enfrentamento simbólico, a ocupação cultural, a luta pelo espaço público, a (r)existência cultural e a ativação de estratégias para democratização das artes cênicas como princípios e atitudes do artista-educador em Teatro. A cidade como lugar da cena. O Teatro como prática de convívio e ação política.							
Bibliografia Básica BRITO, Marcelo Sousa. <i>O teatro invadindo a cidade</i> . Salvador: EDUFBA, 2012. TELLES, Narciso; CARNEIRO, Ana (org). <i>Teatro de Rua: olhares e perspectivas</i> . Rio de Janeiro: E-papers, 2005. TURLLE, Licko; TRINDADE Jussara. <i>Teatro de Rua no Brasil: a primeira década do terceiro milênio</i> . Rio de Janeiro: E-papers, 2010.							
Bibliografia Complementar BOAL, Augusto. <i>A estética do oprimido</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. BOAL, Augusto. <i>Técnicas latino-americanas de teatro popular: uma revolução copernicana ao contrário</i> . São Paulo: Hucitec, 1979. BORTOLINI, Neide das Graças de Souza. <i>Recriações: A trajetória Mambembe - Música e Teatro Itinerante</i> . Ouro Preto: Editora UFOP, 2009. CABALLERO, Ileana Diéguez. <i>Cenários liminares: teatralidades, performances e política</i> . Tradução Luis Alberto Alonso e Ângela Reis. Uberlândia: EDUFU, 2011. TELLES, Narciso. <i>Pedagogia do Teatro e o Teatro de Rua</i> . Porto Alegre: Mediação, 2008.							

DISCIPLINA	POÉTICAS DO ATOR						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
7	5	60h	-	-	15h	75h	-
Ementa: Abordagem, a diferenciação e a reflexão de diferentes poéticas teatrais voltadas para a formação do ator que auxiliem a prática pedagógica. A evolução da poética do ator pela perspectiva da encenação moderna e contemporânea. O trabalho do ator sobre si mesmo: memória, ação, imaginação e silêncio. Polo artificial e polo orgânico: os principais diretores-pedagogos do século XX e seus esforços para a formação do aluno-ator. Prática como componente curricular: apresentações públicas de exercício cênico e mediação em sala de espetáculo.							
Bibliografia Básica BONFITTO, Matteo. <i>O ator compositor</i> . São Paulo: Perspectiva, 2007. ROUBINE, Jean Jacques. <i>A arte do ator</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1995. STANISLAVSKI, C. <i>O trabalho do ator – diário de um aluno</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2017.							
Bibliografia Complementar BARBA, Eugênio & SAVARESE, Nicola. <i>A arte secreta do ator – dicionário de antropologia teatral</i> . São Paulo: editora Hucitec e Editora da Unicamp, 1995. CARLSON, Marvin. <i>Teorias do Teatro</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 1997. COPEAU, J. <i>Apelos</i> . Tradução de José Ronaldo Faleiro. São Paulo: Perspectiva, 2013. PAVIS, P. <i>Dicionário de Teatro</i> . Tradução: Jacó Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1996. ROUBINE, Jean Jacques. <i>A Linguagem da Encenação Teatral</i> . São Paulo: Zahar Editores, 1998.							

DISCIPLINA	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA TEATRAL III						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
7	5	15h	15h	-	45h	75h	-

Ementa: Estudo e pesquisa de abordagens metodológicas para a prática do Teatro nos espaços de educação não-formal, contexto local e cultural. Perspectiva histórica deste campo de atuação artístico-pedagógica. Interações entre teatro e comunidade: o pessoal e o social. O teatro como ato político e sua inserção no processo educativo. Projetos teatrais para espaços de educação não-formal. Pesquisa, docência e planejamento.
Bibliografia Básica BOAL, Augusto. <i>Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. BRECHT, Bertold. <i>Estudos sobre teatro</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . Rio: Paz e Terra, 1977.
Bibliografia Complementar BOAL, Augusto. <i>Jogos para atores e não-atores</i> . 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. CONCÍLIO, Vicente. <i>Teatro e Prisão: Dilemas da Liberdade Artística</i> . São Paulo: Hucitec, 2008. COUTINHO, Marina Henriques. <i>A favela como palco e personagem</i> . Petrópolis, RJ: DP et Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. NOGUEIRA, Márcia Pompeo. <i>Vento Forte no Teatro em Comunidades</i> . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2015. PEREIRA, Victor Hugo Adler; LIGIÉRO, Zeca; TELLES, Narciso (org.). <i>Teatro e dança como experiência comunitária</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

DISCIPLINA	PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
7	5	30h	15h	-	30h	75h	-
Ementa: Os procedimentos investigativos na articulação de pesquisa, docência e criação. Singularidades epistêmicas da pesquisa em artes da cena e performativas e suas implicações pedagógicas. Abordagens pós-qualitativas das pesquisas baseadas em artes e das pesquisas em educação baseadas em artes. A cena e a aula como processos e produtos da pesquisa e sua relação com as práticas de escrita acadêmica. Prática como componente curricular: desenvolvimento, finalização e apresentação de projeto de trabalho de conclusão de curso; designação de professor orientador de trabalho de conclusão de curso.							
Bibliografia Básica DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (org.). <i>O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens</i> . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. DIAS, B.; IRWIN, R. (org.). <i>Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/R/Tografia</i> . Santa Maria: Editora UFSM, 2013. COSTA, M. V. (org.). <i>Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.							
Bibliografia Complementar BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). <i>Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. <i>Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos</i> . Porto – Portugal. Porto Editora, 2010. GERALDI, C.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (org.). <i>Cartografias do trabalho docente. Professor(a) – pesquisador(a)</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. TEIXEIRA, E. <i>As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa</i> . 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. ZAMBONI, S. <i>A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência</i> . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.							

DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ENSINO MÉDIO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
7	7	(30h)	(75h)	105h	-	105h	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental
Ementa: Observação e prática pedagógica teatral no contexto da Educação Formal, tendo como campo de atuação o Ensino Médio. Análise da prática pedagógica em Teatro no espaço da escola. Pesquisa de alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem do Teatro neste contexto. Discussões e práticas educativas sobre os direitos humanos, diversidades étnico-raciais,							

cultura afro-brasileira, cultura indígenas, questões de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Orientação e discussões acerca de questões decorridas do campo de Estágio. Planejamento e Prática pedagógica supervisionada. Elaboração execução de projeto de Estágio. Trabalho final de Estágio.
Bibliografia Básica BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: arte</i> / Secretaria de Educação Ensino Médio. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. KUENZER, A. Z. <i>Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal</i> . São Paulo. Cortez, 1997. TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
Bibliografia Complementar GIROUX, Henri. <i>Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. HERNANDEZ, F. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. LIMA, Maria Socorro Lucena. <i>A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente</i> . Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. MENEGAZ, Wellington. <i>Teatro com adolescentes: dentro e fora da escola</i> . Curitiba: Editora Prismas, 2016. MENEZES, J. G. C. <i>Estrutura e funcionamento da Educação Básica</i> . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

Oitavo semestre

DISCIPLINA	LABORATÓRIO DE CRIAÇÃO CÊNICA PARA PROCESSOS COLABORATIVOS						
	Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total
	8	4	15h	45h	-	-	60h
Ementa: Aprofundamento das questões relativas ao processo criativo em teatro. Desenvolvimento das potencialidades criativas do educando e suas possíveis contribuições específicas no processo colaborativo. Domínio dos gêneros teatrais escolhidos como forma de atuação de si e do grupo no mundo. Ampliação da experimentação dos elementos teatrais no exercício da relação filosofia/teatro e seus diálogos múltiplos. Relações intersubjetivas no processo colaborativo e suas dinâmicas para o pensar e o fazer teatral. Prática como componente curricular em criação de exercício cênico, temporada de apresentações e debates.							
Bibliografia Básica ABREU, Luis Alberto. <i>Processo colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação</i> . Cadernos da ELT - número 2. Escola Livre de Teatro de Santo André. 2004. FERNANDES, Sílvia. <i>Teatralidades Contemporâneas</i> . São Paulo: Editora Perspectiva, 2010. FISCHER, Stela. <i>Processo colaborativo e experiências de companhias teatrais brasileiras</i> . São Paulo: Hucitec, 2010.							
Bibliografia Complementar ARAÚJO, Antônio. <i>O processo colaborativo como modo de criação</i> . Revista da Escola Superior de Artes Célia Helena. 2009. ARTAUD, Antonin. <i>O Teatro e seu duplo</i> . Ed. Martins Fontes. 2006. BONFITTO, Matteo. <i>O ator compositor</i> . São Paulo: Perspectiva, 2009. CARVALHO, Sérgio de. <i>Introdução ao teatro dialético: experimentos da Companhia do Latão</i> . São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. FERNANDES, Sílvia. <i>Grupos teatrais: anos 70</i> . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. OLIVEIRA, Aline Seabra. <i>Processo colaborativo: diálogo e autonomia no ensinar e aprender teatro</i> . Universidade de Brasília. 2016. PAVIS, Patrice. <i>A encenação contemporânea: origens, tendências e perspectivas</i> . São Paulo: Perspectiva, 2013. ROUBINE. Jean-jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.							
DISCIPLINA	ESCRITA DRAMÁTICA E CRÍTICA TEATRAL						
	Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total
	8	4	60h	-	-	-	60h
Ementa: A prática da escrita dramática e os gêneros dramáticos. Conceitos básicos aplicados ao drama e							

estudo de seus elementos estruturais. Estatuto e teoria da crítica teatral. Ética e o lugar do crítico na cena contemporânea.
Bibliografia Básica CAMPOS, Flavio de. <i>Roteiro de cinema e televisão – a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma história</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. SARRAZAC, Jean-Pierre. <i>Poética do drama moderno de Ibsen a Koltès</i> . São Paulo: Perspectiva, 2017. SOURIAU, Etienne. <i>As duzentas mil situações dramáticas</i> . São Paulo: Editora Ática, 1993.
Bibliografia Complementar BALL, David. <i>Para trás e para frente: um guia para leitura de peças teatrais</i> . Tradução de Leila Coury. São Paulo: Perspectiva, 2005. CARRERO, Raimundo. <i>Os segredos da ficção – um guia da arte de escrever narrativas</i> . São Paulo: Agir, 2005. FARIA, João Roberto. <i>O teatro na estante</i> . São Paulo: Ateliê, 1998. PALLOTTINI, Renata. <i>Introdução a dramaturgia</i> . São Paulo: Ática, 1988. RYNGAERT, Jean-Pierre. <i>Introdução à análise do teatro</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DISCIPLINA	PROCESSOS CRIATIVOS EM PEDAGOGIA DO TEATRO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
8	5	30h	15h	-	30h	75h	-
Ementa: Estudo de percursos metodológicos aplicados à invenção de modos de aprendizagem em artes numa perspectiva interdisciplinar. Contribuições de práticas teatrais e suas contribuições para a pedagogia inclusiva do teatro. Prática como componente curricular em processos criativos em pedagogia do teatro: produção, circulação e divulgação.							
Bibliografia Básica BURNIER, Luís Otávio. <i>A arte do ator. Da técnica a representação</i> . Campinas, São Paulo. Editora Unicamp, 2009. DIAS, Belidson e IRWIN, Rita. (orgs.) <i>Pesquisa Educacional baseada em Artes: A/r/tografia</i> . Editora UFSM, Santa Maria, 2013. LECOQ, Jacques. <i>O corpo poético: Uma pedagogia de criação teatral</i> . Tradução Marcelo Gomes. São Paulo, Editora Sesc São Paulo, 2010.							
Bibliografia Complementar COURTNEY, Richard. <i>Jogo, teatro e pensamento</i> . São Paulo: Perspectiva. 1980. HERNÁNDEZ, Fernando. <i>Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho</i> . Porto Alegre: Artmed, 1998. KOUDELA, Ingrid Dormien. <i>Texto e jogo: uma didática Brechtiana</i> . São Paulo: Perspectiva, 1996. MORIN, Edgar. <i>Sete saberes necessários à educação do futuro</i> . São Paulo: Cortez, 2000. OSTROWER, Fayga. <i>Criatividade e processos de criação</i> . Rio de Janeiro: Vozes, 1997.							

DISCIPLINA	VISUALIDADES DA CENA EM PEDAGOGIA DO TEATRO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
8	4	30h	15h	-	15h	60h	-
Ementa: Processos de criação no ensino do teatro a partir de materiais plásticos e suas possibilidades expressivas. Elementos visuais aplicados a visualidade da cena e ao ensino do teatro. As contribuições da pesquisa, criação e confecção de materiais expressivos enquanto operadores formativos na pedagogia do teatro e suas possibilidades de educação inclusiva. Prática como componente curricular: Desenvolvimento de ação interventiva em ambiente de educação não-formal com os fundamentos das práticas das visualidades e do desenho da cena. Prática pedagógica como componente em processos criativos para a visual da cena em pedagogia do teatro. Estudos do imaginário em diálogo com as discussões sobre as relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira, cultura indígena, culturas tradicionais brasileiras, questões de gênero e minorias sociais.							
Bibliografia Básica ARNHEIM, Rudolf. <i>Arte e percepção visual: Uma Psicologia da visão criadora</i> . Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. Cengage Learning, São Paulo, 2015. NERO, Ciro Del. <i>Máquina para os deuses: anotações de um cenógrafo e o discurso da cenografia</i> . São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. OSTROWER, Fayga. <i>Criatividade e processos de criação</i> . 30a Edição, ed. Vozes. Petrópolis, 2014.							
Bibliografia Complementar AMARAL, Ana Maria. <i>Teatro de Animação</i> . 3a Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. DOMÈNECH, Josep M. Català. <i>A forma do real: Introdução aos estudos visuais</i> . Tradução Lizandra							

Magon de Almeida. Summus, São Paulo, 2011.
MANTOVANI, Anna. *Cenografia*. Séries Princípios. Ática São Paulo, 1989.
MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed., rev. UNESCO. São Paulo, 2011.
ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. 2. ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

DISCIPLINA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
8	7	(30h)	(75h)	105h	-	105h	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio

Ementa: Observação e prática pedagógica em Teatro em contextos de Educação Não-Formal e/ou Extra-Escolar e Comunidades Diversas. Mapeamento e análise da prática pedagógica. Estudo da Cultura local e questões sócio-políticas. Pesquisa de metodologias, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem do Teatro neste contexto. Elaboração e execução de Projetos Pedagógicos em Teatro. Orientação e discussões acerca de questões decorridas do campo de Estágio. Elaboração de trabalho final.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.
BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos*. Rio: Paz e Terra, 1982.

Bibliografia Complementar

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 1995.
FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.
SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009.
TEIXEIRA COELHO, J. *O Que é Ação Cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DISCIPLINA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
8	7	30h	60h	-	15h	105h	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa: Pesquisa, redação, editoração e apresentação pública de trabalho monográfico de conclusão de curso, a partir do projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e em consonância com o Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso anexo a este Projeto Pedagógico.

Bibliografia Básica

CARREIRA, André; et alt. (orgs.) *Metodologias de pesquisa em Artes Cênicas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana M. N. (orgs.) *A bússola do escrever*. Florianópolis: Editora da UFSC/São Paulo: Cortez, 2002.
CHARMAZ Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. & HIKIJI, Rose S. G. (orgs). *Imagem-conhecimento*. Campinas: Papius Editora, 2009.
COSTA, Jurandir Freire. *O ponto de vista do outro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
FLUSSER, Vilém. *A dúvida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
GAMBOA, Sílvia Sanches. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2012.
MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira, 2002.

Disciplinas Optativas

DISCIPLINA	PRODUÇÃO TEATRAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Fundamentos da produção teatral e conhecimentos básicos da organização e normas legais.							
Bibliografia Básica RUBIM, Linda. <i>Organização e Produção da Cultura</i> . Salvador: EDUFBA, 2007. CESNIK, Fabio de Sá. <i>Guia do Incentivo à Cultura</i> . São Paulo: Manole, 2007. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. <i>Projetos Culturais: Técnicas de Modelagem</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2006.							
Bibliografia Complementar CAULLIRAUX, H; CLEMENTE, R e PAIM, R. <i>Gestão de Processos: Pensar, Agir e Aprender</i> . Bookman, 2009. NATALE, Edson e OLIVIERI, Cristiane. <i>Guia Brasileiro de Produção Cultural 2010/2011</i> . São Paulo: SESC / Terceiro Setor, 2010. AVELAR, Rômulo. <i>O Averso da Cena</i> . Belo Horizonte: DUO, 2008. BOTELHO, Isaura. <i>Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios</i> . São Paulo: Sesc Culturas, 2016. FERREIRA, Lier Pires. <i>Políticas públicas de cultura e o trabalho técnico no campo da produção cultural</i> . Curitiba: Ed. Appris, 2012.							

DISCIPLINA	CONHECIMENTO E REALIDADE SOCIOAMBIENTAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, a construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar. Política ambiental nos âmbitos nacional e internacional. Diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar.							
Bibliografia Básica COELHO, Maria Célia N., SIMONIAN, Lígia e FENZL, Norbert (Org.). <i>Estado e Políticas Públicas na Amazônia gestão de recursos naturais</i> . Belém: NAEA/UFPA, 2000. LEFF, Henrique. <i>Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder</i> . Petrópolis: Vozes, 2001. VIEIRA, Paulo F. e MAIMON, Dália (Org.). <i>As Ciências Sociais e a Questão Ambiental rumo à interdisciplinaridade</i> . Belém: NAEA/UFPA, 1993.							
Bibliografia Complementar BACKER, Paul de. <i>Gestão Ambiental: a Administração do Verde</i> . Rio de Janeiro: Quality Mark, 1995. BECKER, Dinizar F. (Org.). <i>Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?</i> 4a. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. CUNHA, Euclides da. <i>Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos</i> . Brasília: Senado Federal, 2000. MONTBELLER-FILHO, Gilberto. <i>O Mito do Desenvolvimento Sustentável</i> . Florianópolis: UFSC, 2001. SACHS, Ignacy. <i>Estratégias de Transição para o Século XXI desenvolvimento e meio ambiente</i> . São Paulo: Stúdio Nobel/FUNDAP, 1993.							

DISCIPLINA	LEITURA DE TEXTOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Introdução e prática das estratégias de compreensão escrita que favorecem uma leitura mais eficiente e independente de textos variados. Desenvolvimento da competência comunicativa em contextos elementares e específicos. Aspectos gramaticais. Vocabulário básico. Produção de textos.							
Bibliografia Básica HARDISTY, D., WINDEATT, S. CALL. <i>Resource Books for Teachers</i> . Oxford English. 1994. HUTCHINSON, T.; WATERS, A. <i>English for Specific Purposes: a learning centered approach</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 1987. MCKAY, S. Lee. <i>Teaching English as an International Language</i> . Oxford, 2002. RICHARDS, J. C. & NUNAN, D. (eds.) <i>Second Language Teacher Education</i> . New York : Cambridge							

University Press, 1990.
ROBINSON, P. <i>ESP - English for Specific Purposes</i> . Oxford: Pergamon Press, 1980.
Bibliografia Complementar
DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. <i>Developments in ESP: a multi-disciplinary approach</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
GULEFF, V.L., SOKOLIK, M.E., LOWTHER, C. <i>Tapestry Reading 1</i> . Heinle&Heinle Thomson Learning, 2000.
NUTTAL, C. <i>Teaching reading skills in a foreign language</i> . London: Heinemann, 1999.
ROBINSON, P. <i>ESP Today: a practitioner's guide</i> . Hertfordshire: Prentice Hall, 1991.

DISCIPLINA	PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO BRASIL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Análise das formulações do conceito de patrimônio cultural e a relação com o conceito de memória a partir do estudo de políticas culturais, usos sociais e das diversas maneiras com que cada sociedade se apropria de sua história. Tipologia (material, imaterial). Reflexão conceitual sobre a diversidade do patrimônio cultural brasileiro a partir de tradições culturais que contribuíram para formação do povo brasileiro: comunidades afro-brasileiras, comunidades indígenas e grupos imigrantes, entre outros.							
Bibliografia Básica							
ARGAN, G. C. <i>A história da arte como história da cidade</i> . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.							
FONSECA, M. C. L. <i>O patrimônio em processo: trajetória federal de preservação no Brasil</i> . Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.							
MARTINS, C. <i>Patrimônio cultural. Da memória ao sentido do lugar</i> . São Paulo, SP: Roca, 2006.							
Bibliografia Complementar							
LEMO, C.A.O. <i>O que é patrimônio histórico</i> . São Paulo, Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).							
BOSI, A. <i>Dialética da colonização</i> . São Paulo, Cia. das Letras, 1993.							
BOSI, E. <i>Memória e sociedade</i> . São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.							
CASTRO, S.R. de. <i>O Estado na preservação de bens culturais</i> . Rio de Janeiro, Renovar, 1991.							
BERNARDET, J. C. <i>O nacional e popular na cultura brasileira</i> . Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1987							
FONSECA, M. C. L. A noção de referência cultural nos trabalhos de Inventário. In: <i>Inventário de Identificação um panorama da experiência brasileira</i> . Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1998.							
PIRES, M. J. <i>Lazer e turismo cultural</i> . 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2002.							
VASCONCELLOS, C. M. <i>Turismo e Museus</i> . São Paulo, SP: Aleph, 2006.							
BOURDIEU, P. (1997) <i>O poder simbólico</i> . Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.							
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1976) <i>Identidade, Etnia e Estrutura Social</i> . São Paulo, Pioneira.							

DISCIPLINA	ANTROPOLOGIA CULTURAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Introdução ao estudo da antropologia no seu sentido mais abrangente e a relação ser humano/biologia/cultura. Conceitos básicos e metodologia própria a antropologia. Observação de padrões culturais em sua diversidade, explorando os valores do comportamento social e cultural sob uma visão antropológica – hábitos, costumes, condutas e preconceitos ditados pela formação dos grupos. Percepções culturais dos fatos sociais. Antropologia Urbana, gênero e linguagem e diversidade cultural.							
Bibliografia Básica							
DA MATA, R. <i>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</i> . Petrópolis: Vozes, 1981.							
DUARTE, C. L. et al.(orgs.). <i>Gênero e representação: teoria, história e crítica</i> . Belo Horizonte: FALE, UFMG, 2002.							
LAPLANTINE, F. <i>Aprender Antropologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984.							
Bibliografia Complementar							
GEERTZ, Clifford. <i>Interpretação das culturas</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1989.							
MORIN, E. <i>Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: FU, 2001.							
ROCHA, E. <i>O que é etnocentrismo</i> . São Paulo, Brasiliense, 1987.							

DISCIPLINA	MATRIZES CULTURAIS DA AMAZÔNIA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: Estudos sobre o contexto histórico, marco conceitual e pesquisas sobre construções imaginárias e identidades culturais brasileiras, focando interfaces com os saberes e as práticas culturais na Amazônia.							

Estudo das populações tradicionais em regiões tropicais e a importância das populações para a conservação de florestas tropicais e a preservação da Amazônia.
Bibliografia Básica BATISTA, Djalma. <i>O complexo da Amazônia</i> . Rio de Janeiro: Conquista, 1976. SOUZA, Marcio. <i>Breve história da Amazônia</i> . Rio de Janeiro: Agir, 2001. MEIRELLES FILHO, João. <i>O livro de Ouro da Amazônia</i> . 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
Bibliografia Complementar BHABHA, Homi. <i>O local da Cultura</i> . 3a reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. CANCLINI, Néstor Garcia. <i>Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização</i> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. SODRÉ, Muniz. <i>Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil</i> . Petrópolis: Vozes, 1999. Cunha, Manuela Cordeiro (org.). <i>História dos índios do Brasil</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1992. ANDERSON, Anthony (orgs). <i>Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas e negócios sustentáveis</i> . Brasília e São Paulo: Instituto internacional de Educação no Brasil, 2002.

DISCIPLINA	SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.							
Bibliografia indicada pelo docente							

DISCIPLINA	LITERATURA DRAMÁTICA						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: O fazer poético e a questão dos gêneros, sua gênese e posterior hibridização. Análise histórica e de textos representativos da literatura dramática universal, da estrutura da obra dramática e da composição de textos. Relação literatura-teatro. Crítica e instrumentalização para a leitura e a análise de textos.							
Bibliografia Básica MAGALDI, Sábato. <i>O texto no teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 1989. NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate et al. <i>O teatro através da história – O Teatro Ocidental</i> . (Volume 1). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. ROUBINE, Jean-Jacques. <i>Introdução às grandes teorias do teatro</i> . (Tradução, André Telles). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.							
Bibliografia Complementar BRANDÃO, Junito de Souza. <i>Teatro Grego: Origem e Evolução</i> . S. Paulo: Ars Poética, 1992. GASSNER, John. <i>Mestres do teatro I</i> . (Tradução, Alberto Guzik; J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 1974. HAUSER, Arnold. <i>História social da arte e da literatura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1995. KITTO, H.D.F. <i>A tragédia grega – Estudo literário</i> . (volumes I e II) Coimbra: Arménio Amado, 1972. NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate e PEREIRA, Victor Hugo Adler. O Teatro e o Gênero Dramático. In: JOBIM, José Luis (Org). <i>Introdução aos Termos Literários</i> . PAVIS, Patrice. <i>Dicionário de Teatro</i> . São Paulo: Perspectiva, 1999.							

DISCIPLINA	PERFORMANCE						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: O corpo como objeto e suporte de representação na cultura artística. A performance como linguagem híbrida e suas manifestações cênicas, musicais e visuais. Desenvolvimento de pesquisa e de prática experimental individual apoiada nos estudos da performance contemporânea. As linguagens corporais como recursos-eixo do processo criativo.							
Bibliografia Básica GREINER, Christine. <i>O Corpo</i> . São Paulo: Annablume, 2005. JEUDY, Henri-Pierre. <i>O Corpo como objeto de Arte</i> . São Paulo: Estação Liberdade, 2002. PIRES, Beatriz Ferreira. <i>O corpo como suporte da arte</i> . São Paulo: Senac, 2005.							
Bibliografia Complementar ARCHER, Michael. <i>Arte contemporânea, uma história concisa</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. GOLDBERG, Roselee. <i>Performance art</i> . New York: Harry N. Abrams, 1998.							

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

DISCIPLINA	PERCEPÇÃO E ARTE NA LINGUAGEM VISUAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Os fundamentos teóricos e práticos para a compreensão da linguagem visual. Conceitos básicos sobre os processos de captação e leitura da imagem pelo homem. Análise e estudo da programação visual na sociedade contemporânea. A evolução das técnicas e dos meios de produção gráfica. As novas tecnologias e os meios de veiculação da informação.							
Bibliografia Básica COSTELLA, A. <i>Para apreciar a arte: roteiro didático</i> . São Paulo: SENAC, 1997. DOMINGUES, D. <i>A arte no século XXI. A humanização das tecnologias</i> . São Paulo: Unesp, 1997. DONDIS, D. <i>Sintaxe da linguagem visual</i> . Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.							
Bibliografia Complementar ZAMBONI, S. <i>A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência</i> . Campinas: Autores Associados, 1998. BOSI, A. <i>Reflexões sobre a Arte</i> . Porto Alegre: UFRGS, ANPAP, São Paulo: Ática, 2000. KANDINSKY, Wassily. <i>Ponto e linha sobre plano</i> . Lisboa. 12a edição. Edições 70, 1992. ORTEGA Y GASSET, J. <i>A desumanização da arte</i> . São Paulo: Cortez. 1991. OSTROWER, Fayga. <i>Universos da arte</i> . Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.							

DISCIPLINA	TEATRO DE RUA E CARNAVALIZAÇÃO						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: Exploração e experimentação do Teatro de Rua, através de práticas cênicas, visando o domínio gradativo dos princípios básicos do Teatro de Rua e da Performance.							
Bibliografia Básica COHEN, Renato. <i>Performance Como Linguagem</i> . São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989. CRUCIANI, Fabrício/ FALLETI, Cleli. <i>Teatro de Rua</i> . São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999 GLUSBERG, Jorge. <i>A Arte da Performance</i> . São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.							
Bibliografia Complementar BERTHOLD, Margot. <i>História Mundial do Teatro</i> . São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000. BOAL, Augusto. <i>Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular</i> . São Paulo: Editora Hucitec, 1979. BORNHEIM, Gerd A. <i>Teatro: A Cena Dividida</i> . São Paulo: Ed.: L&PM editores., 1983. CARREIRA, André. <i>Teatro de Rua Depois dos Anos do Autoritarismo. Revista cadernos de Classe</i> . – Ed. Universidade de Brasília. N.º 0. 1988. GARCIA, Silvana. <i>Teatro de Militância</i> . São Paulo: Editora Perspectiva, 1990. MAGALDI, Sábato. <i>Iniciação ao Teatro</i> . São Paulo: Ed. Ática, 2000.							

DISCIPLINA	IDENTIDADE E NARRATIVA ORAL						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	15h	15h	-	-	30h	-
Ementa: História oral na escola. O ensino baseado em fontes históricas alternativas. Oralidade, memória, identidade e cultura. Modalidades de história oral: histórias de vida, entrevistas temáticas, biografias e outras. Usos da história oral: análise e destinos dos documentos. Formatos de arquivamento na escola. Identidade e memória de populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas do estado e região norte.							
Bibliografia Básica BARTHES, Roland. <i>Análise estrutural da narração</i> . Petrópolis: Vozes, 1976. BENJAMIM, Walter. <i>Magia e técnica, arte e política</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988. CALDAS, Alberto. <i>Oralidade, texto e história: para Ler a história oral</i> . São Paulo: Loyola, 1999. MEIHY, José C. <i>Manual de história oral</i> . 5a ed. São Paulo: Loyola, 2005. MONTENEGRO, Antonio Torres. <i>História oral e memória</i> . São Paulo: contexto, 2001.							
Bibliografia Complementar ARANTES, Antonio Augusto. <i>O que é cultura popular</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988. BAKTIN, Mikhail. <i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i> . São Paulo: Hucitec, 1987. HALBWACHS, Maurice. <i>A memória coletiva</i> . São Paulo: Vértice, 1990. THOMSON, Alistair. "Aos 50 anos: uma perspectiva internacional da história oral". IN: FERREIRA, M.; FERNANDES, T.; ALBERTI, V. <i>História oral: desafios para o século XXI</i> . Rio de Janeiro: FGV/CPDOC,							

2000.

DISCIPLINA		FOLCLORE BRASILEIRO					
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	4	30h	30h	-	-	60h	-
Ementa: Contexto histórico-social da arte popular brasileira. Artesanato, teatro e música popular. Teorias e métodos de pesquisa empírica na cultura popular. Culturas que contribuíram para a formação do folclore brasileiro. Literatura folclórica: prosa e poesia. Religião, rodas, danças e músicas folclóricas, folguedos e festas populares do estado e região norte.							
Bibliografia Básica BRANDÃO, C. R. <i>O que é folclore</i> . Rio de Janeiro:Brasiliense, 1984 CASCUDO, L.C. <i>Dicionário do folclore brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 1972. RIBEIRO, D. <i>O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras. 1995.							
Bibliografia Complementar BURKE, P. <i>Cultura popular na idade moderna: 1500-1800</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LOPES, N. <i>O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical</i> . Rio de Janeiro: Pallas, 1992. NASCIMENTO, A. E.; BULHÕES NETTO, P. J.; BULHÕES, S. F. <i>Vamos indo na ciranda – Mestre Chiquinho de Tarituba de bailes e histórias</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2004. VILHENA, L. R. <i>Projeto e Missão – o movimento folclórico Brasileiro (1948 a 1964)</i> . Rio de Janeiro. Editora: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.							

Disciplinas Optativas para Complementação de Carga Horária de Prática Pedagógica como Componente Curricular

DISCIPLINA		SEMINÁRIO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA I					
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	1	-	-	-	15h	15h	-
Ementa: Seminário dedicado ao exercício da prática pedagógica como componente curricular no ensino de teatro. Ênfase em educação formal e docência na escola pública.							
Bibliografia Básica BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1991. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do Ensino do Teatro. Campinas: Papirus, 2003 KOUDELA, Ingrid; ALMEIDA JR., José Simões (Orgs.). Léxico de pedagogia do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2015. SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. Trad. de Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Perspectiva, 2006.							
Bibliografia Complementar FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. GOHN, Maria da Glória (org.). Educação não formal no campo das artes. São Paulo: Cortez, 2015. p.45-65. MORAIS, Regis de (org.) Sala de aula: que espaço é esse? 6. Ed. Campinas: Papirus, 1993. PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. RIBAS, Mariná Holzmann. Construindo a competência: processo de formação de professores. São Paulo: Olho D'Água, 2000 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de Didática. 2. Ed. Campinas, Papirus, 1992.							

DISCIPLINA	SEMINÁRIO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA II						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	2	-	-	-	30h	30h	-
Ementa: Seminário dedicado ao exercício da prática pedagógica como componente curricular no ensino de teatro. Ênfase nas pedagogias do espectador, no teatro como ação cultural, na mediação teatral e na produção cultural como prática pedagógica.							

Bibliografia Básica

BRASIL. Decreto nº 5.520 de 24 de agosto de 2005, Institui o Sistema Federal de Cultura (SNC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: o direito à cultura. Fundação Perseu Abramo, 2006.

FERRAZ, Maria H. & FUSARI, Maria F. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA COELHO, José. O Que é Ação Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: Unesco, Educarte, 2008. 199 p. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884por.pdf>.

DESGRANGES, Flávio. Teatralidade tática: alterações no ato do espectador. Sala Preta, 8, 11-19, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v8i0p11-19>.

DESGRANGES, Flávio. Mediação Teatral: anotações sobre o projeto formação de público. Urdimento, v. 10, p. 79-88, 2008. Disponível em:

http://www2.eca.usp.br/inerte/sites/default/files/media/paper/urdimento_10_especial.pdf.

SIMÕES, Giuliana; DESGRANGES, Flávio. (2017). Foliás Galileu: o espectador em ato performativo. Sala Preta, 17(1), 340-352. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v17i1p331-343>.

RUBIM, Linda (org.) Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.

DISCIPLINA	SEMINÁRIO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA III						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	3	-	-	-	60h	60h	-

Ementa: Seminário dedicado ao exercício da prática pedagógica como componente curricular no ensino de teatro. Ênfase no teatro como ação cultural orientada às diversidades e diferenças, promoção de direitos humanos e inclusão.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.

DORNELLES, João Ricardo. O que são direitos humanos? São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo,

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, pág. 15-40, abril de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. (org). Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. Educação, v. 36, n. 1, 15 fev. 2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>.

DOURADO, Rodrigo Carvalho Marques. Bonecas Falando Para o Mundo: Identidades sexuais “Desviantes” e teatro contemporâneo. 2014. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16487>

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TELLES, Narciso. Pedagogia do teatro e o teatro de rua. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

DISCIPLINA	SEMINÁRIO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA IV						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	3	-	-	-	60h	60h	-

Ementa: Seminário dedicado ao exercício da prática pedagógica como componente curricular no ensino de teatro. Ênfase em educação não-formal e teatro em comunidades.

Bibliografia Básica BAKTHIN, Mikhail. Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: Editora da UnB, 1993. BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. TURNER, Victor W. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
Bibliografia Complementar FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. REINER, Christine e BIAO, Armindo (organizadores). Etnocritologia: textos selecionados. São Paulo: Annablume, 1998. TELLES, Narciso. Pedagogia do teatro e o teatro de rua. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. SOLER, Marcelo. Teatro Documentário: a Pedagogia da Não-Ficção. São Paulo: Hucitec, 2010. SOUZA, Marcelo Brito. O teatro invadindo a cidade. Campinas, SP: UFBA, 2013

DISCIPLINA	SEMINÁRIO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA V						
Período ideal	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CH PCC	CH Total	Pré-Req.
-	3	-	-	-	60h	60h	-
Ementa: Seminário dedicado ao exercício da prática pedagógica como componente curricular no ensino de teatro. Ênfase em orientação de processos criativos, (criação, ensaios, apresentação e circulação) como prática pedagógica.							
Bibliografia Básica BRECHT, Bertolt. Estudos sobre teatro. Tradução de Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. KOUDELA, Ingrid Dormien. Texto e jogo. São Paulo: Perspectiva, 1996 ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. RYNGAERT, Jean-Pierre. O jogo dramático no meio escolar. Coimbra: Centelha, 1981. STANISLAVSKI, Konstantin. A preparação do ator. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.							
Bibliografia Complementar MORAIS, Regis de (org.) Sala de aula: que espaço é esse? 6. Ed. Campinas: Papirus, 1993. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2006. PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. revisão técnica José Cerchi Fusari. 7. Ed- São Paulo: Cortez 2012. – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos) RIBAS, Maríná Holzmann. Construindo a competência: processo de formação de professores. São Paulo: Olho D'Água, 2000 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Aula: Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas. Campinas, SP: Papirus, 2008 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de Didática. 2. Ed. Campinas, Papirus, 1992.							

Disciplinas optativas poderão ser adicionadas a qualquer tempo, sem necessidade de alteração do Projeto Pedagógico de Curso, desde que sua criação seja aprovada em Colegiado e respeite os prazos previstos pela Pró-Reitoria de Graduação para cadastro e oferta.

2.6.11 Interface pesquisa e extensão

O Curso de Teatro assume as orientações institucionais, estabelecidas à luz da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, presentes nos documentos emanados pelos órgãos superiores da UFT, em especial Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e documento de referência REUNI APROVADO.

No currículo do curso as atividades de pesquisa perpassam todos os componentes curriculares, sendo a produção textual, incluindo artigos científicos, obrigatória em algumas disciplinas, como nos seminários interdisciplinares, no estágio supervisionado IV quando se produz o TCC.

2.6.11.1 Áreas prioritárias

Em consonância com o PPI, o curso adota como área prioritária de pesquisa a Educação, nas seguintes linhas de pesquisa:

I - Pesquisas em Sociedade, Culturas e saberes no contexto da Amazônia com interface com o Teatro, das outras Artes Cênicas (dança circo, desempenho etc.).

II - Pesquisas em Práticas da Cena, e/ou Teorias do Teatro.

III - Pesquisas em Prática Pedagógica Teatral, e/ou Estágio Supervisionado.

O curso de Teatro cria condições de integração da comunidade universitária com a sociedade em geral ao proporcionar o acesso desta ao conhecimento artístico transmitido e construído na universidade. As atividades de extensão se apresentam, no Curso, como momento de privilegiado de inserção na comunidade e, num movimento de mão dupla, de participação da comunidade externa na vida acadêmica.

Essas atividades são norteadas pela política de extensão e cultura propostas no PPI da UFT, que é baseada nos valores do compromisso social, do respeito à diversidade e da Arte e cultura.

2.6.11.2. Núcleo de Estudos Avançados - Pós-Graduação

Como área de conhecimento, o Teatro possui muitas faces que se articulam e se complementam, estando elas relacionadas a diversos outros campos do saber como a Música, a Dança, as Artes Visuais, a História, a Letras, a Psicologia, a Antropologia, a Comunicação, a Filosofia, a Pedagogia, entre tantos outros.

A partir disso, pretende-se formar um profissional que, além do domínio dos conhecimentos específicos da área de Teatro, seja capaz de promover a articulação dos múltiplos saberes necessários à demanda do seu exercício profissional e interagir e cooperar com a comunidade escolar, na elaboração de projetos sociais, de arte e de cultura.

Além disso, o futuro docente da área de Teatro deverá estar preparado para uma educação voltada para a diversidade étnica/racial, já que ainda predomina uma educação eurocêntrica em detrimento, de saberes étnico-culturais das populações negra e indígena. Também, o egresso deverá estar comprometido com a Educação Especial, incorporando os princípios de uma pedagogia inclusiva, o que lhe exige a capacidade de estabelecer interfaces com profissionais de outras áreas do conhecimento.

Na presente atualização do curso consideramos relevante destacar a importância do tratamento que se tem dado a pesquisa, à formação continuada de nossos egressos, sobretudo seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Teatro, que aconselha que os cursos sejam capazes de promover uma “sólida formação ética, teórica, artística, técnica e cultural que capacitará discentes, tanto para uma atuação qualificada nos processos de educação (formais e não formais), quanto à investigação de novas técnicas, metodologias de trabalho, linguagens e propostas estéticas” em Teatro. Assim, a formação continuada pauta-se pelo respeito às matrizes socioculturais, às diversidades e às diferenças, na criação de um pensamento crítico e reflexivo sobre o homem e os problemas contemporâneos.

Na mesma direção, tem sido nossa preocupação o fortalecimento da pós-graduação, tanto *lato sensu* e *stricto sensu*, como parte integrante do perfil do graduado, criando uma conexão de sua graduação com estudos de pós-graduação e pesquisa, para que, assim, possa acrescentar novas práticas à constituição de repertórios e saberes na sua contínua atualização profissional.

Para tal, busca-se harmonizar as práticas de pesquisa da Licenciatura em Teatro com as pensadas no Programa de Pós-Graduação em Artes – PPGA. O curso de pós-graduação, em nível de mestrado se propõe formar artistas, pesquisadores e professores, especialmente para a educação básica, numa perspectiva interdisciplinar, capazes de interagir com o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia, com projetos e pesquisas que impulsionam a produção artística/cultural e a reflexão teórico/crítica e tecnocientífica, a partir de duas linhas de pesquisa/atuação: Poéticas e Processos criativos em Artes; e, Educação, Cultura e imaginário.

Desta forma, o PPGA propõe-se a fomentar a perspectiva interdisciplinar de seus pesquisadores, docentes e alunos, que se encontram nas fronteiras da tríade artes, educação e culturas. A partir disso, o programa se abre para profissionais oriundos desses - entre outros - campos dos saberes, valorizando suas conexões nas proposições de pesquisas. A proposta resulta dessa pluralidade no campo de atuação de profissionais oriundos de áreas cujas pesquisas encontram-se nessas fronteiras e que reconhecem a importância desse entre-lugar da interdisciplinaridade. Nesta perspectiva acreditamos que o PQFD e a implementação do PPGA sejam a base para a preparação e planejamento para o doutorado do curso de Licenciatura em Teatro da UFT/Palmas, bem como fortalecimento da área e a implantação das linguagens de Música, Dança e Artes Visuais.

2.6.12 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET, etc.

Para atingir seus objetivos principais, o Curso fomenta o envolvimento dos professores e dos alunos nos programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, como Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, nº 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, nº 20/2007), PET, PIBID, Prodocência e Programa ANDIFE de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, nº 19/2007).

Nesses programas o curso de Licenciatura em Teatro visa ampliar o leque de atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos monitores sob orientação dos professores tutores. Ademais, a visão articulada entre a iniciação à

pesquisa, a preparação para a docência e o diálogo com a comunidade e uma meta a ser buscada por professores-tutores e alunos-monitores em cada programa, respeitando a especificidade de cada um destes.

Assim, os programas de aperfeiçoamento discentes são vistos como um lócus privilegiado para formar profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda a sua abrangência, possibilitando o convívio e o trabalho coletivo para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PIM e PIMI) e possibilitando a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), Residência Pedagógica e de outras IES (MA).

2.6.13 Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares compõem o currículo flexível do curso de Licenciatura em Teatro. As atividades complementares do curso seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT.

As extensões do curso são de dois tipos, os permanentes e as esporádicas, ambas voltadas para atividades de pesquisa de caráter pedagógico e estético e que procuram fomentar a cultura tocantinense através do resgate e difusão de suas expressões artísticas e narrativas e de suas práticas pedagógicas tradicionais

O curso estrutura seu funcionamento em dois princípios pedagógicos: a busca continuada da articulação entre teoria e prática dos três pilares de atividades da educação universitária, o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da participação dos corpos docente e discente como fomentadores de ações artístico-pedagógicas; e o funcionamento em bases democráticas nas instâncias decisórias do curso, onde todos os envolvidos nos processos pedagógicos.

As extensões do curso são de dois tipos, os permanentes e as esporádicas, ambas voltadas para atividades de pesquisa de caráter pedagógico e estético e que procuram fomentar a cultura tocantinense e nacional através do resgate e difusão de suas expressões artísticas e narrativas e de suas práticas pedagógicas tradicionais.

A Extensão da Licenciatura em Teatro conta com os seguintes projetos em andamento: *Núcleo Em Trama e Grupo Xanarai- Treinamento 2017* coordenado pela docente Karina Ribeiro Yamamoto.

Cartão Postal: Ensaios de experiências em ensino de artes coordenado pelo grupo de pesquisa Transver: Estudos de fronteira entre Arte, educação e comunicação. Binqú: grupo de contadores de histórias da UFT e NEM - Núcleo de estudos mímicos e teatro gestual coordenado pela professora Renata Ferreira da Silva. *Coro de Câmara Da UFT* coordenado pelo Técnico administrativo Bruno Barreto Amorim. *CONAC e Amanda - uma composição Cênico- Cotidiana, Encontros Ludicidade, Infância, Cine CONAC, A oralidade no espetáculo “Festa de Eu Profundo” :pesquisando espaços de recordação e construção identitária* coordenado pelo docente Juliano Casimiro de Camargo Sampaio. *UMA vez TEATRO* coordenado pela Professora Renata Patrícia da Silva e Técnica Administrativa Fernanda Moreira Rodrigues. Já na pesquisa podemos elencar as seguintes temáticas:

Teatralidades Diálogos entre Estudos Teatrais em Poéticas Híbridas, a Arte do Ator e as Teatralidades Populares Originárias ou Tradicionais do docente Ricardo Ribeiro Malveira. *Texturas De Corpo-Escrita em Pesquisa – Docência- Criação* Thaise Luciane Nardim. *Grupo Xanarai de Pesquisa Cênica Corpo Espaço e (Des) construção* da docente Karina Ribeiro Yamamoto. *A Folia do Divino Espírito do Monte do Carmo: Signo e Símbolos nas Festas populares Tradicionais do Tocantins; I Colóquio Festas e Devoção, As Festas Populares Tradicionais do Tocantins; Interculturalidade, Identidade e Memória: Desafios sócio Culturais, Midiáticos e Educacionais nas Aldeias Riozinho e salto, Povo Xerente no estado do Tocantins e Joaquim Teotônio Segurado e a Justiça Ibero- Americana no Século XIX. Espaços de Poder nos Sertões do Brasil* da docente Kátia Maia Flores Barros. *Teatro de Idosos: Investigações no Projeto UMA vez TEATRO* da docente Renata Patrícia. *Teatro de Mimagens: A mímica da criação na formação* da docente Renata Ferreira da Silva.

As atividades esporádicas de extensão estão voltadas a cursos e projetos oferecidos à comunidade cujas ações façam parte das necessidades de aprendizagem do corpo discente, como montagem de espetáculos teatrais através de editais do Programa de Iniciação Artística (Proinart) da Pró-reitoria de Extensão (Proex) e ações voltadas às fases iniciais de potenciais grupos de pesquisa no futuro.

2.6.14 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

Objetivo Geral: Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos em educação formal, não-formal e nível técnico pesquisando alternativas metodológicas e problematizando o processo de ensino-aprendizagem em Teatro.

Objetivos Específicos:

Favorecer a articulação entre teoria e prática dentro do Estágio Supervisionado.

Possibilitar a realização de observações e práticas pedagógicas em Teatro no cotidiano de Escolas de Educação Básica das Redes Pública e Privada.

Possibilitar a realização de observações e práticas pedagógicas em Teatro direcionados a grupos comunitários, como: ONGS, Pontos de Cultura, Fundações, Projetos de Extensão e Pesquisa, Grupos de Teatro, etc.

Incentivar a prática de estágio como pesquisa e extensão.

Possibilitar a imersão do estagiário em diferentes espaços de ensino de Teatro.

Favorecer a construção e realização dos projetos artísticos e pedagógicos desenvolvidos em campo.

Oportunizar a pesquisa de metodologias para o ensino de Teatro.

2.6.15 Prática Profissional - Prática como Componente Curricular

Conforme Resolução CNE/CP n.º 2/2015, em articulação com o Estágio Supervisionado e com as Atividades Complementares de natureza acadêmica, cabe ao projeto pedagógico de curso prever 400 horas de prática como componente curricular a se realizar desde o início do Curso, o que pressupõe relacionamento próximo com o sistema de educação escolar. O Parecer CNE/CP n.º 9, de 8 de maio de 2001 ressalta que “uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento (...) presente nos cursos de formação no momento em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional” (p. 23).

O CNE se manifesta por meio do Parecer CNE/CES n.º 15, de 2 de fevereiro de 2005, e assim se expressa:

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (CNE, 2005, p. 3).

Desse modo, a prática como componente curricular, em seu sentido amplo – que não se confunde com a antiga disciplina “Prática de Ensino”, então ligada aos estágios – deve ser entendida como um conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive de natureza acadêmica. Assim, a prática como componente curricular se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições educacionais e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico.

O curso de Licenciatura em Teatro da UFT entende que as atividades caracterizadas como Prática Pedagógica como Componente Curricular estarão adequadas ao contexto e próprias ao perfil profissiográfico almejado se constando como carga horária específica acrescida a determinadas disciplinas. As disciplinas em questão, todas devidamente em consonância com o caráter previsto na supracitada Resolução, totalizam 75 horas de carga horária, das quais 15h ou 30h são reservadas à Prática Pedagógica Como Componente Curricular, elaborada, proposta e orientada pelo professor responsável, caso a caso.

Portanto, a realização da Prática Pedagógica como Componente Curricular ocorrerá durante o semestre letivo, ao longo de todo o curso. Dessa forma, os discentes contam, dentro do contexto das disciplinas, com um tempo específico para transcender a aula tradicional, buscando uma articulação com os órgãos normativos e executivos do sistema, ou contatando com agências educacionais não escolares, como entidades de representação profissional, famílias de estudantes cujo conhecimento propicia uma melhor compreensão do ethos dos discentes (BRASIL, 2001b, p. 9), comunidades tradicionais processos pedagógicos em companhias teatrais ou experiências de pedagogia teatral em equipamentos culturais.

No início de cada semestre, o professor responsável pela disciplina que contempla a carga horária de Prática Pedagógica Como Componente Curricular orientará os estudantes na realização dessa prática, entendida como a inter-relação da teoria com a realidade social, levando o discente a aprender, desde o início do curso, a pesquisar conteúdos teóricos e pedagógicos, assim como a implementar progressivamente sua prática. Os docentes devem preparar os conteúdos, estratégias e atividades semestralmente para as atividades a serem realizadas durante o semestre que corre, tendo sempre em mente as contribuições possíveis da troca efetiva entre discentes e comunidade.

As atividades darão ênfase à execução e à observação de experimentos, visando à atuação em situações contextualizadas de maneira que promovam tarefas envolvendo os acadêmicos no cotidiano das unidades escolares, a saber: análise de livros didáticos de ensino fundamental e médio, materiais paradidáticos e de divulgação (coleção de lâminas, modelos, jogos, coleções temáticas, material preservado, guias, mapas, dentre outros); atividades de laboratório; mini aulas; constituição de grupos de estudos próprios do ambiente da educação escolar; debates sobre temas relacionados com a educação; desenvolvimento de projetos temáticos envolvendo a escola/docentes da comunidade; estudos de caso; grupos de trabalho envolvendo a comunidade escolar; palestras com estudantes que realizaram pesquisas em educação relacionadas com o ensino ou difusão do conhecimento na escola ou em espaços não escolares; palestras de professores da educação básica sobre questões importantes relativas ao conteúdo da disciplina em tela no ambiente escolar; pesquisa de campo e pesquisa de sala de aula participativas e colaborativas (com ou sem intervenção no cotidiano escolar); produção de materiais didáticos, paradidáticos e de divulgação para espaços escolares e não escolares de educação; produção técnica dos estudantes; projetos práticos envolvendo os diferentes componentes curriculares do currículo escolar; resolução de situações-problema; situações simuladoras; visitas técnicas nas escolas e entidades de classes objetivando a observação detalhada do seu funcionamento e manipulação dos assuntos relacionados à gestão e à administração escolar e verificação das condições socioeconômicas da comunidade na qual a escola se insere. A carga horária da Prática Como Componente Curricular jamais será utilizada como complemento à carga horária prática em sala do componente ao qual vincula-se, e não será direcionada exclusivamente como uma ampliação de sua carga horária em contexto extra-classe, mas sim será pensada, planejada, executada e avaliada em sua especificidade, ainda que em íntima relação com os conteúdos do componente curricular ao qual vincula-se.

Ao final da participação nas Práticas como Componente Curricular de componentes que contemplem com elas articulação, os estudantes registram sua participação em um Relatório Final de Prática Como Componente Curricular. Todos os componentes curriculares que contemplam essa articulação consideraram a nota final atribuída a esses relatórios como a parcela mínima de 30% da nota final do componente. Ao final de cada semestre letivo, o professor responsável pela disciplina que contempla a carga-horária de Prática Pedagógica como Componente Curricular, deverá receber, ler, avaliar e oferecer retorno aos estudantes acerca de tais relatórios, atribuindo-lhes nota que será integrada à Nota Final da disciplina.

2.6.16 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui item de realização obrigatória para a integralização curricular do curso de Licenciatura em Teatro da UFT. Visa a possibilitar a integração reflexiva dos conhecimentos em teatro, artes cênicas e suas pedagogias, experimentados e apreendidos ao longo do curso. Também objetiva propiciar ao discente uma iniciação íntegra no contexto da pesquisa científico-artística.

O trabalho compõe-se por duas etapas: a primeira, redação de projeto de pesquisa e atribuição de professor orientador, acontece no contexto do componente curricular “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso”. Para matricular-se em tal componente, o discente deve ter cumprido carga horária mínima de 80% do total do curso. Já para a segunda etapa, desenvolvimento de pesquisa, redação e edição de texto final e apresentação pública, o discente deverá matricular-se em “Trabalho de Conclusão de Curso – TCC”, para o que o deve ter previamente sido aprovado em “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso”. O texto final pretendido terá o formato de monografia, excetuando-se casos especiais a serem julgados pela Coordenação de TCC. A nota mínima de aprovação após defesa pública é sete (7,0). A execução do Trabalho de Conclusão de curso (TCC) é regida por regulamento próprio, anexo a este Projeto Pedagógico de Curso.

2.6.17 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Conforme Resolução CNE/CES 04/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Teatro, Art. 2º alínea e, o Projeto Pedagógico deverá explicitar a forma de avaliação dos discentes. Os processos avaliativos do curso de Licenciatura em Teatro organizam-se de acordo com os Regimentos Geral e Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, em especial ao Capítulo IV do Regimento Acadêmico, referente ao rendimento escolar, seção 1, “da verificação de aproveitamento”.

Adicionalmente ao que instrui a referida seção, ao estudante do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins será solicitada a composição de portfólio e/ou memorial formativo durante todo o seu processo de formação, tendo em vista a avaliação continuada e a contribuição discente também sequencial e progressiva na avaliação periódica do projeto pedagógico.

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldade encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstas atividades diversas durante a oferta nos núcleos, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo ocorrerá de forma processual e continuada abrangendo o conjunto dos componentes curriculares. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental e inovador do processo de ensino aprendizagem. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem, pautado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino-aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/comportamentos.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões “como”, “o quê” e “por quê”, “para quem” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades, competências, valores e atitudes exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005, art. 4º, inciso II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

2.6.18 Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação global e periódica do Projeto Pedagógico de Curso é aqui considerada como um dispositivo que proporciona indicadores para a superação das deficiências que se apresentem de modo massivo ou coletivo ao longo dos processos de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma prática de reflexão conjunta entre docentes, com particular participação daqueles integrantes do Núcleo Docente Estruturante, discentes e técnicos, com convite estendido também aos egressos. Em articulação, essa

comunidade refletirá sobre os conhecimentos, as habilidades, valores, atitudes e modos de fazer implicados em suas relações, assim como naquelas que estabelecem com a sociedade como um todo.

Tendo em vista a legislação vigente no que refere às Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, propõe-se que a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e a revisão periódica do projeto pedagógico de curso integrem o currículo do licenciando, ao qual será solicitada participação ativa no processo.

A avaliação do Projeto Político-Pedagógico

Nesta avaliação espera-se que a comunidade reflita acerca dos princípios norteadores do PPC estabelecidos no marco referencial, estendendo-se aos objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades, estrutura curricular, corpo docente, discentes e infra-estrutura e outros. São visados o redimensionamento do processo ensino-aprendizagem, o desenvolvimento e a flexibilização do currículo e a sólida formação do licenciado, observando-se os princípios de inovação em coerência com os princípios da universidade e seu Projeto Político Institucional, de modo a contribuir para a formação de profissionais competentes, críticos, éticos e motivados com a escolha do curso e carreira.

A partir de tais reflexões, espera-se que sejam deliberadas pelo colegiado de curso alterações no projeto pedagógico que visem a adequações identificadas como necessárias. Para que tal avaliação ocorra a contento, estabelecem-se os parâmetros que seguem:

Periodicidade: a cada 3 anos (6 semestres letivos).

Duração: 1 semana letiva.

Organização e realização: Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Artes - Teatro

Formato: Seminário Interdisciplinar de Avaliação

Horário de realização: horário letivo, visando à integração discente no processo.

Programação: Dia 01 – reunião de docentes, técnicos e licenciandos cursando 1º a 4º semestre do curso, com vistas à avaliação dos estudantes e recepção de suas demandas em relação à matriz curricular. Dia 02 – reunião entre docentes, técnicos e licenciandos cursando a partir do 5º semestre do curso, com vistas à avaliação dos estudantes e recepção de suas demandas em relação à matriz curricular. Dia 03 – reunião pública entre docentes, técnicos e comunidade em geral, com vistas à avaliação da inserção e atuação dos egressos; Dia 04 – reunião entre docentes, técnicos e estudantes, visando à avaliação do corpo docente. Dia 05 - Encaminhamentos, conclusão e avaliação do processo.

Encaminhamento: Após elaboração de propostas desenvolvidas no contexto do Seminário Interdisciplinar de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante do curso deve elaborar as propostas e apresentá-las para deliberação pelo órgão colegiado.

Avaliação discente: para que a avaliação discente a ser realizada nos dois primeiros dias do Seminário possa acontecer, o corpo docente deverá, com auxílio dos procedimentos avaliativos utilizados no decorrer dos componentes curriculares, estimular a composição de um portfólio, diário artístico ou memorial por parte dos estudantes, arquivo que reúna a totalidade dos trabalhos escritos e registros de trabalhos práticos realizados ao longo do curso. Todos os estudantes deverão apresentar seus portfólios aos docentes em formato físico nas reuniões de avaliação. Com essa medida, este Projeto Pedagógico de Curso pretende contemplar uma abordagem continuada e integrada da avaliação discente que possa, além de fundamentar ações pontuais e particulares no que refere aos processos de ensino e aprendizagem, subsidiar uma análise progressiva e de conjuntura. Para que isso alcance o sucesso pretendido, os diferentes métodos de avaliação recorridos no interior dos componentes curriculares devem garantir a autorreflexão e autoavaliação, bem como uma perspectiva global da carreira do professor-artista.

3.6.19 Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 99 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por câmpus, representantes discentes, do corpo técnico administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PPI, 2007; 2015). Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

- **Missão:** identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

- **Corpo de professores/pesquisadores:** formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento

profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

- **Corpo discente:** integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno.

- **Corpo de servidores técnico-administrativos:** integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

- **Currículos e programas:** concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

- **Produção acadêmico-científica:** análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

- **Atividades de extensão e ações de intervenção social:** integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

- **Infraestrutura:** análise da infraestrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

- **Gestão:** administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

- **Convênios e parcerias:** análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

3. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

3.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Titulação e Produção Científica do Corpo Docente a Área de Licenciatura em Teatro e filosofia:

Docente	Formação Acadêmica e Titulação	Publicação e experiência profissional
Adriana dos Reis Martins	Graduação em Educação Artística – UFG Mestre em Música – UFG	http://lattes.cnpq.br/4795382232840623
Bárbara Tavares dos Santos	Graduação em Artes Cênicas – UnB Mestre em Artes Cênicas – UNIRIO	http://lattes.cnpq.br/7961447295287081
Daniela Rosante Gomes	Graduação em Imagem e Som – UFSCAR Mestre em Teatro – UFU	http://lattes.cnpq.br/4132442446023643
Gustavo Henrique Lima Ferreira	Graduação em Artes Cênicas/Habilitação em Direção Teatral – UFRJ Mestre em Artes Cênicas – UFRN	http://lattes.cnpq.br/7417670796202428
Heitor Martins Oliveira	Licenciatura em Educação Artística/Habilitação em Música – UnB Mestre em Música – TSU Doutor em Música – UFRGS	http://lattes.cnpq.br/2105146691371116
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio	Graduação em Artes Cênicas – UniCamp Mestre em Psicologia – USP Doutor em Psicologia – USP Pós-doutor em Educação - UNICAMP Pós-doutor em Psicologia Cultural - PUC-Chile Pós-doutor em Psicologia - USP	http://lattes.cnpq.br/3311297887691146
Karina Ribeiro Yamamoto	Graduação em Artes Cênicas – USP Mestre em Artes Cênicas – USP	http://lattes.cnpq.br/8224727509470953
Karylleila dos Santos Andrade Klinger	Graduação em Letras – Unitins Mestre em Linguística – USP Doutora em Linguística – USP Pós-doutora em Linguística - Universidade de Coimbra	http://lattes.cnpq.br/9072728015685288
Kátia Maia Flores Barros	Graduação em Biblioteconomia – UFG Mestre em História – UFPE Doutora em História – UFMG Pós doutora em História - UFMG	http://lattes.cnpq.br/0706564533129920
Marcial de Asevedo	Graduação em Artes Cênicas – UniCamp Mestre em Artes – UFU	http://lattes.cnpq.br/0231564680818648
Mateus Schimith Batista	Graduação em Artes Cênicas – UFOP Mestre em Artes Cênicas – UFBA Doutor em Artes Cênicas – UFBA	http://lattes.cnpq.br/1441082760207271
Renata Ferreira da Silva	Graduação em Artes Cênicas – UDESC Mestre em Educação – UFSC Doutora em Educação – UFSC Pós-Doutora em Teatro – UFU	http://lattes.cnpq.br/2266344825235482
Renata Patricia da Silva	Graduação em Artes Cênicas – UFOP	http://lattes.cnpq.br/80653

	Mestre em Artes – UFMG	95488657963
Ricardo Ribeiro Malveira	Graduação em Educação Artística/ Habilitação em Artes Cênicas – UNIMONTES Mestre em Artes Cênicas – UFBA Doutor em Mestre em Artes Cênicas – UFBA	http://lattes.cnpq.br/8743286250513451
Rosa Ana Gubert	Graduação em Educação Artística/ Habilitação em Artes Cênicas – UDESC Mestre em Artes Cênicas – UDESC	http://lattes.cnpq.br/8258821463713976
Roseli Bodnar	Graduação em Letras – UNESPAR Mestre em Literatura – UFSC Doutora em Letras – PUC/RS	http://lattes.cnpq.br/6794129931963124
Thaíse Luciane Nardim	Graduação em Artes Cênicas – UniCamp Mestre em Artes da Cena – UniCamp Doutora em Artes da Cena – UniCamp	http://lattes.cnpq.br/5606280316666982
José Soares*	Graduação em Filosofia – UVA Mestre em Filosofia – UECE Doutor em Artes - UNESP	http://lattes.cnpq.br/9881921211715297
Raquel Castilho*	Graduação em Psicologia – PUC/GO Mestre em Educação – UnB	http://lattes.cnpq.br/3356457304123848
Roberto Francisco de Carvalho*	Graduação Pedagogia – Unitins Mestre em Educação – UFG Doutor em Educação – UFG	http://lattes.cnpq.br/5571746546717368

* Professores do Colegiado de Filosofia que lecionam disciplinas no Curso de Licenciatura em Teatro.

Quantitativo de professores

Professores vinculados diretamente ao Colegiado de Teatro	17
Professores vinculados ao Colegiado de Filosofia	03
TOTAL GERAL	20

3.2 Regime de trabalho

Docente	Atividades no Curso	Regime de Trabalho
Adriana dos Reis Martins	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Bárbara Tavares dos Santos	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Daniela Rosante Gomes	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Gustavo Henrique Lima Ferreira	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Heitor Martins Oliveira	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Karina Ribeiro Yamamoto	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Karylleila dos Santos Andrade Klinger	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Kátia Maia Flores Barros	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Marcial de Azevedo	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva

Mateus Schimith Batista	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Renata Ferreira da Silva	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Renata Patricia da Silva	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Ricardo Ribeiro Malveira	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Rosa Ana Gubert	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Roseli Bodnar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Thaíse Luciane Nardim	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
José Soares*	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Raquel Castilho*	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva
Roberto Francisco de Carvalho*	Ensino, Pesquisa e Extensão	Dedicação Exclusiva

* Professores do Colegiado de Filosofia que lecionam disciplinas no Curso de Licenciatura em Teatro.

3.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Teatro está em acordo com a Nota Técnica de 13 de setembro de 2016, emitida pela Pró-Reitoria de Graduação da UFT, que visa a normatização do órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Teatro.

O NDE do curso de Teatro é composto por 5 membros do corpo docente, incluindo o coordenador do curso, tornando-se responsáveis pela construção da identidade do curso, pela garantia de qualidade e de cumprimento das diretrizes do perfil de egresso. Trata-se de uma organização pedagógica, renovada a cada triênio, que compreende e compromete-se com a importância da constante manutenção e adequação do projeto político pedagógico do curso. A nomeação dos membros deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Teatro, mediante pedido de publicação de portaria à Pró-reitoria de Graduação –PROGRAD.

Configurando-se como um núcleo pedagógico representativo do corpo docente do curso de Licenciatura em Teatro, O NDE se torna responsável por discutir os problemas e desafios enfrentados pelo departamento no cumprimento do Projeto Pedagógico do curso, bem como reconhecer possíveis caminhos de atualização periódica do projeto, ajudando professores, técnicos e alunos na construção e desenvolvimento pedagógico do curso.

Para tanto, compreende-se que a qualidade executiva do projeto pedagógico do curso necessita ser permanentemente debatida e garantida por esse grupo de professores que se organizam no NDE, com o compromisso de ser uma instância isenta no permanente exercício crítico e reflexivo do curso.

O NDE tem como atribuições: Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso; Prezar pela

atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata; Encaminhar ao Colegiado do curso todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação; Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso; Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso; Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso; Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE do curso de Teatro será constituído por, no mínimo 5 membros, que serão eleitos pelo Colegiado do Curso, para o exercício de até três anos (prorrogáveis por igual período). O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação –PROGRAD.

Os membros do NDE elegerão um Presidente da Comissão. Ao Presidente se compete: Convocar os membros para reuniões regulares (com 48h de antecedência) e extraordinárias; Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas; Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros; Representar o NDE institucionalmente quando solicitado; Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo; Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso, Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

As reuniões do NDE deverão acontecer no intervalo máximo de dois meses, sendo necessária a presença de, no mínimo, metade mais um dos membros, para fins de votação. Além disso, todas as reuniões deverão ser documentadas em Ata.

Composição atual do NDE da Licenciatura em Teatro - UFT:

Docente	Formação Acadêmica e Titulação
Gustavo Henrique Lima Ferreira	Graduação em Artes Cênicas/Habilitação em Direção Teatral – UFRJ Mestre em Artes Cênicas – UFRN
Marcial de Asevedo	Graduação em Artes Cênicas – UniCamp Mestre em Artes – UFU
Heitor Martins Oliveira	Licenciatura em Educação Artística/Habilitação em Música – UnB Mestre em Música – TSU Doutor em Música – UFRGS

Kátia Maia Flores	Graduação em Biblioteconomia – UFG Mestre em História – UFPE Doutora em História – UFMG Pós Doutora em História - UFMG
Renata Ferreira da Silva	Graduação em Artes Cênicas – UDESC Mestre em Educação – UFSC Doutora em Educação – UFSC Pós-Doutora em Teatro – UFU
Renata Patricia da Silva	Graduação em Artes Cênicas – UFOP Mestre em Artes – UFMG
Ricardo Ribeiro Malveira	Graduação em Educação Artística/ Habilitação em Artes Cênicas – UNIMONTES Mestre em Artes Cênicas – UFBA Doutor em Mestre em Artes Cênicas – UFBA
Rosa Ana Gubert	Graduação em Educação Artística/ Habilitação em Artes Cênicas – UDESC Mestre em Artes Cênicas – UDESC

3.4 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso de Licenciatura em Teatro

Nome do técnico	Regime de trabalho	Formação acadêmica	Área de atuação profissional
Adeliane Sá da Silva Dias	40h	Graduação em Geografia – UEMA	Assistente em Administração
Bruno Barreto Amorim	40h	Graduação em Música/Composição – UFG Mestre em Música – UFG	Técnico de Música
Fernanda Moreira Rodrigues	40h	Graduação em Artes Cênicas – IFTO	Técnica de Cenografia e Indumentária

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS

4.1 Infraestrutura Básica do câmpus Palmas

Quadro de espaços do câmpus Palmas	
Salas de Aula	93
Biblioteca	01
Salas Administrativas	14
Coordenações de Cursos	21
Salas de Apoio Acadêmico	09
Salas para Docentes	74
Salas de Reunião	02
Auditórios	06
Instalações Sanitárias	124
Vestiário	16
Laboratórios de Informática	03
Laboratórios Específicos	71
Restaurante Universitário	01
Cantinas	02

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT, 2016-2020.

4.2 Biblioteca do câmpus

A biblioteca do câmpus Universitário de Palmas que atende aos 17 cursos de graduação oferecidos, ao corpo docente, funcionários técnicos administrativos e a 11 programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suportes informacionais para o ensino, a pesquisa e extensão. A biblioteca como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, dissertações e teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionado às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do câmpus de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, dissertações e teses) existentes na biblioteca, estão cadastrados (no SIE/biblioteca), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas. A UFT disponibiliza várias bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, com acesso em qualquer computador da instituição.

Seguindo a política de modernização e aquisição de acervo nas bibliotecas do Sistema de Biblioteca da Universidade, frequentemente executa-se a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para compor as bibliografias básicas e complementares de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação no câmpus de Palmas.

4.2.1 Infraestrutura da Biblioteca

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente.

Área total – Área Construída – 3.158,23 m² divididos em térreo, 1º Andar e 2º Andar. Dividida em:

- 69 módulos de estudo individual;
- 189 mesas para estudo de grupo e 181 acentos;
- Sala da coordenação;
- Sala de processamento técnico;
- Setor de circulação e atendimento;
- 10 cabines de pesquisa na Internet.

4.2.2 Recursos tecnológicos

Com a transferência da biblioteca, em 2011, para o novo prédio, foram adquiridos e instalados os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca, leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além disso, foi adquirido o mobiliário necessário para o bom funcionamento e atendimento aos usuários (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.).

Como suporte para acessar estes recursos contamos com:

- 03 computadores para o atendimento ao usuário;
- 08 computadores processamento técnico;
- 01 computadores da coordenação;
- 10 computadores para pesquisa de usuários;
- 02 Impressora Laser Lexmark E342m (processamento técnico e atendimento).

4.3 Anfiteatros

Seis anfiteatros, localizados no Bloco D do campus de Palmas, que são utilizados para as atividades acadêmicas do primeiro ciclo comum dos cursos de Teatro e Filosofia. Com capacidade para 120 pessoas, cada anfiteatro tem cerca de 200,00 m² e o prédio conta com área de circulação e banheiros. Os Anfiteatros 1 e 2 são separados por uma divisória, que pode ser aberta, criando um espaço com o dobro de capacidade. O prédio possui toda a infraestrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto e cabeamento estruturado.

4.4 Laboratórios do Curso de Teatro

Os atuais laboratórios foram adaptados a partir de salas pré-existentes no Bloco B do câmpus Palmas da UFT. As instalações atendem integralmente o funcionamento das atividades práticas do Curso de Teatro.

- **SALA 3 – LABORATÓRIO DE CENOGRAFIA E INDUMENTÁRIA:** sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos, equipada com material de cenografia e com figurinos, além de armários, cadeiras, uma grande bancada central e mesa com computador. Todos estes materiais já presentes no atual espaço. Por se tratar de um espaço com material que necessita de resguardo e auxílio em sua utilização, a sala possui um servidor técnico, concursado para essa responsabilidade.
- **SALA 4 – LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS:** sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos com paredes pretas, impedindo qualquer entrada de luz externa.
- **SALA 5 – LABORATÓRIO DE APRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CÊNICAS:** auditório do bloco, transformado em caixa preta, com cerca de 120m² e capacidade para até 60 alunos/espectadores. A sala possui paredes pretas, impedindo qualquer entrada de luz externa e gradeamento em todo espaço (sendo 5 varas eletrificadas e 3 ainda com previsão de instalação elétrica).
- **SALA 6 – LABORATÓRIO DE DANÇA:** sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos com paredes brancas e barras para atividades de dança.
- **SALA 7 – LABORATÓRIO DE MÚSICA E SONOPLASTIA:** sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos, equipada com material de música, armários e cadeiras, já presentes no atual espaço.

4.6 Acessibilidade

Todos os espaços físicos utilizados na realização de atividades do Curso de Licenciatura em Teatro promovem a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

ANEXOS

PQFD – Plano de Qualificação e Formação Docente

O Colegiado do Curso de Teatro do câmpus Universitário de Palmas apresenta o Plano de Qualificação e Formação Docente (PQFD), em consonância com as exigências da Resolução Normativa Nº 07/2010 do CONSEPE, que estabelece em seu Art. 2º: "Cada colegiado de curso apresentará um Plano de Qualificação e Formação Docente, no nível de pós-graduação, sendo indicada, no seu planejamento, a previsão da qualificação docente, assim como as áreas e os objetivos estratégicos para o curso, resguardando-se os objetivos do seu projeto político-pedagógico".

O PQFD do Curso de Teatro tem como objetivo proporcionar aos docentes efetivos a possibilidade de qualificação para fortalecer o curso nas esferas de ensino, pesquisa e extensão e formar um quadro de professores capacitados para futura implantação do Ciclo III (pós-graduação *stricto sensu*), conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso. A presente versão consiste em revisão realizada em janeiro de 2013 para contemplar atualização dos projetos em andamento no curso e ajuste na tabela de afastamentos.

O PQFD adequa-se às atualizações das resoluções normativa nº 13//2015 e nº 12/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE que estabelece as normas para o afastamento de professores para qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado:

Art. 4º Em âmbito nacional, os docentes só poderão ser capacitados em programas que sejam credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) e, em âmbito internacional, por instituições que apresentem programas de pós-graduação equivalentes a programas reconhecidos pela CAPES, conforme a legislação vigente.

Art. 5º A capacitação deverá seguir as prioridades e áreas que estejam em conformidade com o Plano de Qualificação e Formação Docente, que deverá ser também aprovado pelo Consepe.

Art. 6º Estarão habilitados a candidatar-se ao afastamento para qualificação em programas de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, os docentes que obedecerem aos seguintes critérios:

I - ser ocupante de cargo efetivo na UFT há pelo menos 3 (três) anos, para mestrado, e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório;

II - não ter se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento; Deve ser observado ainda o limite numérico para o afastamento de docentes, como prescreve a Resolução Normativa Nº 07/2010, a saber:

Art. 7º O número total de docentes afastados para atividades de qualificação docente estará limitado aos seguintes quantitativos:

- I – até 10 (dez) docentes ocupantes de cargos efetivos: 1 (um) docente afastado;
- II – de 11 (onze) a 20 (vinte) docentes ocupantes de cargos efetivos: 2 (dois) docentes afastados;
- III – de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) docentes ocupantes de cargos efetivos: 3 (três) docentes afastados;
- IV – sucessivamente, para cada 10 (dez) docentes ocupantes de cargos efetivos: 1 (um) docente afastado a mais.

O Colegiado do Curso de Teatro é composto, atualmente, por **17 (dezessete) docentes efetivos em regime de Dedicação Exclusiva**. De acordo com o inciso III do art. 7º, poderão ser afastados dois docentes de cada vez, obedecida a tramitação e solicitação de afastamento estabelecida pela resolução:

CAPÍTULO III

Da Solicitação de afastamento.

Art. 8º O afastamento para capacitação no nível de pós-graduação dar-se-á nos termos da legislação em vigor. No colegiado, o docente deverá proceder à manifestação de intenção de afastamento 90 (noventa) dias antes do início do semestre subsequente.

Art. 9º O afastamento do docente deverá ser aprovado nas seguintes instâncias:

- I – colegiado do curso ao qual o docente está vinculado;
- II – Conselho Diretor do câmpus;
- III – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Parágrafo único. O professor aprovado para afastamento poderá ter suas atividades de ensino assumidas por um professor substituto.

Para casos específicos, tais como afastamento para qualificação no Exterior ou para cursar pós-graduação na própria UFT, o PQFD do Curso de Teatro adota também os critérios estabelecidos pela Resolução.

Art. 13. Os afastamentos para capacitação no Exterior seguirão os mesmos procedimentos e critérios adotados para afastamento no país, além daqueles estabelecidos na legislação específica em vigor.

Art. 14. Os afastamentos para cursar pós-graduação stricto sensu na UFT deverão seguir os mesmos procedimentos apresentados nesta resolução. No que se refere ao afastamento para pós-doutoramento, observada a data de ingresso na instituição e a data de efetivo exercício no Curso de Teatro, será possibilitado com base no art. 10 da Resolução Normativa Nº07/2010, a saber:

Art. 10. O afastamento docente para capacitação de pós-doutorado não deverá impactar na ordem e no quantitativo de afastamento estabelecido no Plano de Qualificação e

Formação Docente de cada curso, ficando a sua deliberação sob a responsabilidade e critérios do colegiado de curso.

§ 1º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores ocupantes de cargo efetivo na UFT há pelo menos 4 (quatro) anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 4 (quatro) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 2º A saída para pós-doutorado concomitante com a utilização máxima da cota de afastamento do colegiado, prevista nesta resolução, dar-se-á no quantitativo de 1 a cada ano.

§ 3º A possibilidade do afastamento para pós-doutoramento só se efetivará se não houver prejuízo das atividades de ensino. No caso de haver extrapolamento da cota de 10% prevista no Art. 7, o colegiado deverá assegurar, em ata, o compromisso de assumir as disciplinas do professor afastado.

§ 4º Na hipótese do colegiado ser formado exclusivamente por doutores, a cota de afastamento respeitará o que determina o Art. 7 desta Resolução. Quanto ao prazo máximo de autorização para realização de curso de pós-graduação ou pós-doutoramento, observa-se o que dispõe a Resolução Normativa Nº 7/2010 do CONSEPE, inclusive com relação aos prazos e tramitações de possíveis solicitações de prorrogação dos prazos, a saber:

CAPÍTULO IV

Dos Prazos para Afastamento

Art. 15. Quanto ao prazo máximo de autorização para afastamento com vistas à realização de curso de pós-graduação, levar-se-á em conta a natureza do programa de capacitação, considerando-se:

I – para mestrado: até 18 (dezoito) meses;

II – para doutorado: até 36 (trinta) meses;

III – para pós-doutorado: até 12 (doze) meses.

§ 1º Dependendo, sobretudo, da avaliação do orientador e dentro dos prazos estipulados
2º O pedido de prorrogação do afastamento deverá ser solicitado com antecedência mínimas no *caput* deste artigo, poderá ser concedida uma prorrogação adicional de seis meses para mestrado e para doutorado, a juízo do Colegiado do Curso, mediante avaliação e aprovação de proposta fundamentada pelo Colegiado interessado, pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Consepe de 60 (sessenta) dias antes do término do período concedido ao docente. § 3º Em caso da prorrogação extrapolar a cota de afastamento prevista nesta resolução, caberá ao colegiado do curso assumir, fazendo constar em sua ata de reunião, o cumprimento da oferta das disciplinas do professor afastado, vedada a realização modular das disciplinas.

§ 4º As excepcionalidades em relação aos prazos máximos de afastamento serão discutidas e resolvidas pela plenária do Consepe. Vigora no momento a Lei 10.772/2012, que dispõe sobre a estruturação dos Cargos e Carreiras do Magistério Federal. Em seu Artigo 30, a lei apresenta que “O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei 8.122/1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus para:

I - Participar de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição (...)

§ 2 - Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para a realização de programas de mestrado ou doutorado independente do tempo de ocupação do cargo (...). Tendo esse fato em vista, em 27/03/2013 a Procuradoria Geral desta Universidade, no despacho 23101.000909/2013.58, em resposta a consulta jurídica formulada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação UFT, entendeu que o disposto na RESOLUÇÃO CONSEPE 07/2010, acima citada, continua em vigor, devendo ser revogado exclusivamente o inciso 1 do artigo 6º, o qual prevê:

Artigo 6º Estarão habilitados a candidatar-se ao afastamento para qualificação em programas de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, os docentes que obedecerem aos seguintes critérios: I – ser ocupante de cargo efetivo na UFT há pelo menos 3 (três) anos, para mestrado, e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório”, sendo este substituído por redação de igual teor àquele apresentado pelo inciso I do artigo 30º da Lei 10.772/2012. Ainda segundo o despacho da referida procuradoria, o disposto na lei 10.772/2012 deve ser aplicado imediatamente, sendo a Lei 8.112/1990 respeitada em caráter subsidiário, para complementar o entendimento da lei especial, em acordo com os critérios da cronologia e da especialidade, que compõem a regra meta geral do direito.

Portanto, este Plano de Qualificação e Formação docente apresenta calendário estruturado de acordo com o caráter imediato recomendado por este despacho, enquanto Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação sistematiza e encaminha à Câmara de e Pós-Graduação e ao CONSEPE, para modificação e aprovação, a Resolução CONSEPE 07/2010.

NORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O regulamento dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins fundamenta-se na Lei nº11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágios no ensino regular; na legislação que rege a construção dos currículos de cursos de licenciatura no Brasil, a saber Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior, Resolução nº 2, de 1º de julho 2015 e nas resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE-UFT): Resolução N.º 003/2005 e 20/2012, que dispõe sobre as normas dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios na Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II - ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS

Art. 2º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório nos cursos de licenciatura um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

§ 1º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 2º O estágio curricular obrigatório constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 3º - O Estágio Curricular Obrigatório na licenciatura tem por objetivo oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, compreender e atuar no espaço profissional, possibilitando que a experiência do estágio desenvolva a capacidade de pesquisa do futuro professor.

Parágrafo único - A proposta do Estágio Curricular Obrigatório de cada curso de licenciatura será explicitada em seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos.

Art. 4º - São objetivos do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins:

§ 1º Objetivo Geral: Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos em educação formal, não-formal e nível técnico pesquisando alternativas metodológicas e problematizando o processo de ensino-aprendizagem em Teatro.

§ 2º Objetivos Específicos

- Favorecer a articulação entre teoria e prática dentro do Estágio Supervisionado.

- Possibilitar a realização de observações e práticas pedagógicas em Teatro no cotidiano de Escolas de Educação Básica das Redes Pública e Privada.
- Possibilitar a realização de observações e práticas pedagógicas em Teatro direcionados a grupos comunitários, como: ONGS, Pontos de Cultura, Fundações, Projetos de Extensão e Pesquisa, Grupos de Teatro, etc.
- Incentivar a prática de estágio como pesquisa e extensão.
- Possibilitar a imersão do estagiário em diferentes espaços de ensino de Teatro.
- Favorecer a construção e realização dos projetos artísticos e pedagógicos desenvolvidos em campo.
- Oportunizar a pesquisa de metodologia as para o ensino de Teatro.

CAPÍTULO III - DA CARGA HORÁRIA E ATIVIDADES EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 5º – Os Cursos de Licenciatura organizados em áreas específicas, deverão conter em sua estrutura curricular obrigatória 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado obrigatório, na área de formação e atuação na educação básica e não-formal.

Parágrafo Único - A carga horária por período será definida na matriz curricular de cada curso de licenciatura.

Art. 6º - Os estágios obrigatórios curriculares supervisionados do curso de Licenciatura em Teatro constituem-se como prática docente em contextos formais e não-formais. Logo, entende-se por **estágio docente obrigatório**, na Licenciatura em Teatro, as atividades vinculadas às quatro disciplinas obrigatórias componentes do currículo: Estágio Supervisionado I - Observação (105 horas); Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental (105 horas); Estágio Supervisionado III - Ensino Médio (105 horas); Estágio Supervisionado IV - Educação Não-Formal (105 horas).

§ 1º - O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins possui carga horária total de 420 horas, distribuídas em quatro disciplinas de 105 horas cada – Estágios Supervisionado I, II, III e IV.

§ 2º - Cada disciplina de Estágio Obrigatório possui carga horária teórica de 30 horas e carga horária prática de 75 horas. Entende-se por **carga horária teórica**, atividades propostas pelo professor orientador de estágio, como encontros com grupo de orientação, planejamento de aulas, seminários teórico-práticos, estudos dirigidos, estudos de conteúdo, orientações individuais, avaliações, participação em atividades de pesquisa, relatórios de estágio, artigos e diários de campo, etc. Entende-se por **carga horária prática**, as atividades realizadas junto aos campos de estágio obrigatório, como mapeamentos e observações, análise de documentação, observações participantes das aulas e práticas realizadas pelos professores/supervisores, planejamento de aulas junto ao supervisor/a nos campos de Estágio, orientações individuais com o professor da disciplina prática docente supervisionada nos espaços do estágio, participação em atividades da unidade campo, etc.

Art. 7º - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. § 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 8º - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 9º - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 10º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 11º - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO IV - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 12º - O Estágio Curricular Obrigatório será formalizado por intermédio do Termo de Compromisso, Plano de Atividades e Seguro contra Acidentes Pessoais de acordo com o a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre os estágios obrigatórios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Compromisso e Plano de Atividades.

§ 1º - Os formulários e documentos a serem utilizados pelos estudantes, encontram-se disponíveis na página da Central de Estágios, no sítio da UFT: www.uft.edu.br.

Art. 13º - Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas. (Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015).

Art. 14º - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, o estagiário deverá encaminhar a seguinte documentação comprobatória:

I - requerimento solicitando a redução da carga horária proporcional à sua experiência, na educação básica, em sua área de formação no semestre de início do Estágio Curricular Obrigatório;

II - comprovação oficial de tempo de serviço em sua área de formação.

Parágrafo Único - Caberá aos Professores/as do Núcleo de Estágio avaliar as atividades do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Teatro.

CAPÍTULO V - DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO

Art. 15º - Os estágios curriculares obrigatórios I, II e III deverão ser realizados em Instituições de Educação Básica, pertencentes ao Sistema Formal de Ensino, conforme caracterização das disciplinas no Projeto Pedagógico das Redes Pública (municipal, estadual ou federal) ou privada.

Art. 16º - O estágio curricular obrigatório IV, caracteriza-se pela prática docente em Teatro no Sistema Não-Formal e deverá ser realizado junto a instituições, públicas ou privadas, com notório reconhecimento no atendimento a diferentes públicos e extratos comunitários, ou seja, associações, organizações ou órgãos, com ou sem fins lucrativos, de atendimento a crianças, adolescentes/jovens, adultos, idosos, deficientes físicos, auditivos e visuais, portadores de necessidades especiais e/ou doenças, abrigos, hospitais, presídios, casas de passagem, associações de bairro, entre outros, que forem julgados procedentes pelos professores orientadores do Estágio Obrigatório. Também poderão ser realizados junto a escolas de ensino formal e não-formal através de atividades de ensino extracurriculares e/ou junto a projetos de extensão universitária vinculados a Universidades de Palmas e Região.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 17º - O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio – docente do curso de Licenciatura em Teatro pertencente ao Núcleo de Estágios Obrigatórios, responsável pela coordenação, administração e supervisão dos estágios da Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins.

II – Professor de Estágio - docente do curso de Licenciatura em Teatro da UFT responsável pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Art. 18º - O Coordenador de Estágio será eleito, pelos professores do Colegiado do curso de Licenciatura em Teatro, por um período de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO VII - DAS ATIVIDADES E DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 19º - O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser planejado de forma a contemplar, além de ações relativas a planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico, atividades de observação e docência.

Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório do curso em aulas efetivamente ministradas, como previsto no Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CONSEPE N° 003/2005 Sendo assim, a carga horária de aulas efetivamente ministradas será determinada pelos professores do Núcleo de Estágios do curso de Licenciatura em Teatro da UFT, considerando o mínimo exigido pela Resolução.

Art. 20º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 21º - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório será realizada:

I - pelo professor de estágio da Universidade.

II - pelo supervisor de estágio da Unidade Concedente.

Art. 22º - O estagiário será avaliado de acordo com os critérios determinados pelos professores do Núcleo de Estágio. A avaliação abrangerá a carga horária teórica e prática das disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório.

Parágrafo Único: Nas disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório, o aluno que não alcançar média igual ou superior a 7,0 (sete) deverá cursar novamente a disciplina, tendo em vista seu caráter teórico-prático e seus critérios de avaliação específicos. Portanto, nas disciplinas de Estágio Supervisionado não se aplicará o Exame Final.

CAPÍTULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES

Da Instituição de Ensino

Art. 23º - São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI - articular e coordenar o intercâmbio dos campi com as Unidades Concedentes locais para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de estágio;

VII - subsidiar os Diretores, as Centrais de Estágios e os acadêmicos no que se refere à documentação e procedimentos necessários à formalização dos convênios com as Unidades Concedentes locais;

VIII - aumentar a captação de campos de estágios por meio da gestão de convênios;

IX - contatar, quando necessário, as Unidades Concedentes com finalidade de atualizar ou de suprir informações necessárias ao convênio;

X - orientar as questões relativas ao pagamento do seguro contra acidentes pessoais quando da formalização dos convênios;

XI - providenciar os pareceres junto à Procuradoria e a obtenção das assinaturas das Instituições;

XII - encaminhar à Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de graduação as informações e oportunidades de vagas de estágio a serem divulgadas via web;

XIII - orientar a contratação da apólice de seguro para o estágio obrigatório. No caso do estágio curricular não obrigatório, a concedente deverá se responsabilizar por tal procedimento.

Do Coordenador de Estágios

Art. 24º - Caberá ao Coordenador de Estágio em Teatro, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados e Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Teatro.

II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso e as demais instâncias da Universidade.

III - organizar reuniões periódicas com os professores do Núcleo de Estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV – promover, junto aos professores do Núcleo de Estágios, eventos de pesquisa sobre o Estágio na formação dos professores de Teatro.

Do Orientador de Estágio

Art. 25º- Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;

III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;

IV - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio V- participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;

VI –apresentar aos estagiários suas obrigações e responsabilidades.

VII - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VIII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas

IX - receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos estagiários;

X - exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6(seis) meses, de relatório das atividades. No caso de alunos estagiando em Instituições Públicas Federais esse prazo será de 02 (dois) meses;

XI - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

Da Parte Concedente

Art. 26º - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumidas atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Do Estagiário

Art. 27º- Compete ao Estagiário:

I - providenciar, antes do início do estágio, todos os documentos necessários para o desenvolvimento do estágio;

II - elaborar, de acordo com orientação do professor orientador, o plano de atividades do estágio;

III - cumprir os prazos previstos para entrega dos documentos e relatórios parcial e final, bem como submetê-los à avaliação do professor supervisor e da unidade concedente;

IV - cumprir fielmente a programação do Estágio comunicando à UFT e à Unidade concedente a conclusão, interrupção ou modificação do estágio, bem como fatos relevantes ao andamento do estágio;

V - atender às normas internas da unidade concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;

VI - responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

VII - participar de todas as atividades inerentes à realização do estágio (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);

VIII - preservar a boa imagem da UFT junto à unidade concedente, a fim de dar oportunidade a outros alunos de realizarem o estágio na mesma entidade;

IX – Nos casos de estágios remunerados, evitar que o valor da bolsa auxílio seja fator determinante da escolha do estágio, preservando o valor pedagógico do curso;

X - cuidar para que as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório não prejudiquem as outras atividades acadêmicas.

XI - estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, é cancelado seu estágio.

XII - informar de imediato e por escrito à Unidade Concedente qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na Instituição de Ensino interveniente, arcando com quaisquer ônus pela ausência dessa informação;

XIII - apresentar Relatórios de Atividades de Estágio Obrigatório sobre seu estágio, na forma e padrões estabelecidos pela Coordenação de Estágios da PROGRAD, no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2(dois) meses, se a Unidade Concedente for do âmbito da administração pública federal, autárquica e funcional;

XIV - atualizar, impreterivelmente, seu endereço eletrônico e demais dados cadastrais junto à Central de Estágio de seu câmpus, para efeito de acompanhamento do estágio.

CAPÍTULO IX - DOS ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

Art. 28º - Entende-se por **estágio não-obrigatório** aquele desenvolvido como atividade opcional, além de sua carga horária obrigatória do curso de Licenciatura em Teatro, para obtenção do diploma. Serão respeitadas pelo Núcleo de Estágio Curso todas as normatizações da Lei 11.788/2008 e as resoluções e portarias que regulamentam os estágios não-obrigatórios na Universidade Federal do Tocantins.

Art. 29º - O estágio curricular não obrigatório poderá ser computado como Atividades Complementares, desde que realizado na área de formação do aluno, como previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro.

Parágrafo Único: Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas e desenvolvidos na UFT não são considerados estágios não-obrigatórios.

Das orientações específicas

Art. 30º - Para a realização de estágio curricular não obrigatório no âmbito da UFT, o estudante deverá:

I - estar regularmente matriculado e frequentando as aulas;

II - ter cursado e obtido aprovação em disciplinas do curso de Licenciatura em Teatro que integrazem, no mínimo, 300 (trezentas) horas;

III - não ser aluno formando no semestre de ingresso no Estágio;

IV - não ter outra modalidade de bolsa;

V - ter obtido aprovação em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos créditos cursados no semestre anterior;

Art. 31º - O período de Estágio deverá ser de, no máximo, 06 (seis) meses renovável por, no máximo, mais 03 (três) períodos, não podendo ultrapassar o total de 02 (dois) anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 32º - A parte concedente do estágio curricular não obrigatório, durante o período de realização deste, compromete-se em segurar o estagiário contra acidentes pessoais, arcando com todas as despesas necessárias.

Art. 33º - A realização de estágio curricular não obrigatório não implica em vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme estabelecido na Lei nº 11.788/2008.

Art. 34º - A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, como a do auxílio-transporte, é compulsória para o estágio curricular não obrigatório.

Art. 35º - Aplica-se ao estagiário não obrigatório a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Parágrafo Único - É proibido ao aluno realizar o estágio obrigatório e o não obrigatório concomitantemente.

Dos Locais de Realização

Art. 36º - As atividades deverão ser desenvolvidas em espaços julgados pertinentes aos estágios não-obrigatórios, como instituições e/ou órgãos, públicos ou privados, de notório reconhecimento na área, que estejam ligados a atividades artísticas, culturais em geral e/ou educacionais, conveniados à Universidade Federal do Tocantins. Entendem-se como espaços de desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, secretarias de

cultura e educação, fundações e autarquias de cunho sócio-cultural-educacional, ONGs, OSCIPs ou associações que tenham esta finalidade em seu estatuto, escolas públicas e privadas, companhias de dança e/ou teatro, empresas de produção cultural, entre outros que forem julgados aptos pelo Núcleo de Estágios e pela Central de Estágios da Universidade Federal do Tocantins, a receber estagiários do curso de Licenciatura em Teatro.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - Ocorrerá o desligamento do estudante do Estágio Obrigatório e não Obrigatório:

I - automaticamente, ao término do Estágio;

II - a qualquer tempo, no interesse e conveniência da UFT;

III - a pedido do estagiário;

IV - em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido não oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso;

V - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do Estágio;

VI - pela interrupção do Curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário;

VII - por conduta incompatível com a exigida pela Instituição de Ensino e Unidade Concedente.

Art. 38º - Os casos omissos nesta Normativa serão decididos pelas Pró-reitorias envolvidas, em primeira instância e, posteriormente, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

APRESENTAÇÃO

O presente regulamento vem orientar acadêmicos, Docentes, Coordenação de Monografia, Coordenação de Curso, explicitando o papel de cada um, na condução do bom desenvolvimento para o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Teatro. Neste documento se expõe por escrito, uma série de informações, analisando-as e defendendo um ponto de vista por meio de argumentação e/ou demonstração, sem perder de vista a proposta do projeto de pesquisa. O modelo de trabalho final no Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, é a Monografia ou artigo acompanhados. Em ambos os casos, o trabalho pode ser acompanhado de uma proposta prática com apresentação Artística pública a qual já deve ser prevista na metodologia do projeto de pesquisa.

A Monografia ou artigos científicos consistem em pesquisa e reflexão devendo ser um instrumento que possibilite ao graduando uma maior reflexão, contextualização e ações que o direcionam com objetividade na respectiva área para a qual tenha se evidenciado as suas potencialidades, possibilitando a iniciação científica.

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual, acompanhado de orientação específica e elaborado com critério científico. Corresponde à iniciação científica na área específica da pesquisa em Teatro e Artes Cênicas e possíveis interfaces com outras linguagens artísticas, pois na medida em que se observa, coleta dados, analisa a literatura pertinente, exercita-se a produção científica caracterizada sempre por objetividade e sistematização.

O desenvolvimento da pesquisa a ser realizada, culminará na elaboração do relatório final contendo os resultados alcançados, ou seja, a monografia de graduação, ou artigo científico. Possibilitará ao estudante desenvolver um estudo baseado em fontes secundárias próprias da pesquisa bibliográfica; ou a combinação da pesquisa bibliográfica e documental, ou pesquisa bibliográfica e levantamento / pesquisa de campo; processos artísticos ou ainda, os quatro tipos possíveis variações.

Para organizar a estrutura, desenvolvimento e execução da Monografia ou artigo científico serão referências obrigatórias e hierárquicas o Manual para Elaboração e Normatização de trabalhos Acadêmicos para os Cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 - O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com o trabalho de conclusão do curso de graduação em Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, indispensável para a Colação de Grau de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016 - 2020.

Parágrafo Único: A Monografia ou artigo científico acompanhada ou não de apresentação artística pública constitui atividade curricular do curso de Licenciatura de Teatro, com objetivo de realização do trabalho de graduação.

Art. 2 - O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual descrita sob a forma de Monografia, ou artigo (acompanhada ou não de apresentação artística), nas áreas de e linhas de pesquisas do Teatro e das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance etc.), no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

§ 1º: A Monografia é um trabalho de graduação a ser elaborado de acordo com as normas científicas aprovadas pela Universidade Federal (Manual para Elaboração e Normatização de Trabalhos Acadêmicos), conforme as especificidades estabelecidas pelo Colegiado Didático do curso de Licenciatura em Teatro e a ser integralizado até o final do curso.

§ 2º: O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é de propiciar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Teatro a demonstração dos conhecimentos adquiridos, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação prática e crítica do conhecimento científico no campo do Teatro e das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance etc.).

§ 3º: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída por disciplinas/unidades curriculares dos currículos dos cursos de Graduação da UFT e tem como objetivos específicos:

I - Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado ao Teatro, Artes, Educação e Cultura.

II - Propiciar aos alunos do Curso de Licenciatura em Teatro a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir das práticas teatrais, ensino do teatro prática de estágio, e demais vivências no decorrer do Curso.

III - Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa.

VI - Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação.

V - Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.

VI - Estimular o espírito empreendedor, por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, os quais possam ser patenteados e/ou comercializados.

VII - Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade.

VIII - Estimular a construção do conhecimento coletivo.

IX - Estimular a interdisciplinaridade.

X - Estimular a inovação tecnológica.

XI - Estimular o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido.

XII - Estimular a formação continuada.

§ 4º: O trabalho de conclusão de curso pode ser desenvolvido em qualquer das seguintes categorias:

I - Trabalho de Revisão Crítica de Literatura sobre determinado tema;

II - Trabalho de exposição de determinado tema com alguma contribuição pessoal ou aplicação prática;

III - Trabalho original de pesquisa.

IV - Trabalho original de pesquisa no campo da prática docente em teatro.

§ 5º: Qualquer uma das categorias acima deve ser analisada sob a ótica Teatral, outras Artes Cênicas (dança, circo, performance, etc.), Arte Educação ou da Educação

Art. 3 - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

§ 1º - O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e/ou tecnológica aplicada.

§ 2º - É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

Art. 4 - O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas: Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e TCC.

§ 1º - Para o desenvolvimento da Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o acadêmico deverá ter cumprido pelo menos 80% (oitenta por cento) dos créditos de disciplinas Teórico-Práticas do seu curso (80% de 3.200h), ou seja, uma carga horária mínima de 2.560 horas;

§ 2º - Para o desenvolvimento do TCC o acadêmico deverá ter sido aprovado em Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;

§ 3º - O número de créditos atribuídos a Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso será de 4 (quatro) créditos e ao TCC será de 4 (quatro) créditos, equivalendo a uma carga horária de 120 (sessenta) horas, conforme previsto no PPC do curso de Licenciatura em Teatro da UFT/Palmas.

Art. 5 - Parágrafo Único – As Linhas de Pesquisa:

§ 1º - As Linhas de Pesquisa dos Trabalhos de Conclusão do curso de Licenciatura em Teatro são:

I - Pesquisas em Sociedade, Culturas e saberes no contexto da Amazônia com interface com o Teatro, das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance etc.).

II - Pesquisas em Práticas da Cena, e/ou Teorias do Teatro.

III - Pesquisas em Prática Pedagógica Teatral, e/ou Estágio Supervisionado.

Art. 6 - A inscrição para realização do trabalho de graduação deverá ser solicitada à Coordenação de Monografia pelo acadêmico devidamente matriculado no Curso de Licenciatura em Teatro, a partir do 7º Período.

§ 1º: A inscrição para a realização do trabalho de graduação deverá ser definida a partir da escolha de um Professor Orientador, tão logo seja iniciado o semestre letivo, em formulário próprio.

§ 2º: O formulário de inscrição será o mesmo formulário onde o Professor Orientador confirmará o acadêmico como seu Orientando (Termo de Compromisso de Orientação de Monografia – Anexo I).

§ 3º: O Professor Orientador deverá acompanhar e orientar o acadêmico no mínimo a partir do TCC, e ir até a conclusão da monografia.

§ 4º: A inscrição deverá ser renovada a cada período, caso o acadêmico não conclua o período com a defesa, sempre no início do semestre letivo, através da renovação do Termo de Compromisso de Orientação de Monografia pelo Professor.

§ 5º: A substituição de orientador deverá acontecer mediante comunicação formal do orientador ou orientando, do declínio de uma das partes a coordenação de TCC que irá levar para registro em reunião de colegiado a ocorrência e onde será registrada a nova condução de orientação.

Art. 7 - O curso de Licenciatura em Teatro garantirá Professor Orientador a todos os alunos devidamente matriculados no curso, e em condições de realização do TCC e devidamente inscritos junto à Coordenação de Monografia.

§ Único: Os Professores Orientadores deverão obedecer a seguinte ordem de prioridade quando da aceitação de seus orientandos: alunos do 8º Período incluindo os em Dependência em TCC, seguido dos alunos do 7º Período, nesta ordem.

CAPÍTULO II - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 1º O acadêmico deve elaborar seu projeto para nortear o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com o presente Regulamento e com as instruções do(a) professor(a) Coordenador(a) da disciplina e/ou professor(a) orientador(a).

Art. 2º O projeto preliminar deve ser entregue ao professor(a) orientador(a) até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina, ou seja ao final da disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

§1º Cabe ao professor(a) orientador(a) a avaliação e aprovação do projeto preliminar apresentado pelos acadêmicos.

§2º Estando aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de novo projeto e mediante atendimento dos seguintes requisitos:

I. Ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir da aprovação do projeto TCC;

II. Haver aprovação do professor(a) orientador(a).

CAPÍTULO III - DO PROJETO DE TCC

Art. 1º - O acadêmico que for bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, modalidade PIBIC ou PIVIC, ou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica – PIBIT, ou Programa Institucional de Extensão – PROEX, poderá utilizar seu projeto de pesquisa como base para o seu projeto de TCC, desde que seja relacionado ao ciclo específico do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT.

§ 1º - A cópia na íntegra do projeto de pesquisa (PIBIC, PIVIC, etc) será terminantemente proibido, ficando a cargo do Coordenador de TCC e Orientador de TCC avaliarem a compatibilidade e viabilidade do mesmo como base para o TCC;

§ 2º - O coordenador da pesquisa do PIBIC, PIVIC, PIBIT ou PROEX deverá ser obrigatoriamente o professor orientador, desde que o mesmo seja relacionado ao ciclo específico do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT.

Art. 2º - O projeto de TCC deverá ser redigido em acordo com as orientações do professor orientador, sob supervisão do Coordenador da disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, e atender as exigências de redação de acordo com as normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da Coordenação do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT- Palmas, vigentes. Ademais, deverá conter os seguintes elementos:

- I. Folha de rosto;
- II. Resumo;
- III. Justificativa;
- IV. Objetivo geral e objetivos específicos;
- V. Revisão Bibliográfica;
- VI. Materiais e métodos (Metodologia, com previsão de materiais, métodos e equipamentos);
- VII. Plano de trabalho com cronograma de execução;
- VIII. Resultados esperados;
- IX. Referências bibliográficas.

§ 1º - O projeto de TCC é condição necessária para aprovação em Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e para matrícula em TCC.

§ 2º - O acadêmico deverá submeter à avaliação do professor orientador o projeto desenvolvido na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso no período estipulado em calendário específico.

CAPÍTULO IV - DO COORDENADOR DE TCC

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro deverá eleger um membro do NDE para ser Coordenador de TCC, em rodízio entre os professores do curso.

Art. 2º. O Coordenador de TCC terá um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato e deverá pertencer ao quadro de professores efetivos do curso.

Parágrafo Único - O Coordenador de TCC poderá ser substituído por sugestão do Colegiado, ou por solicitação própria, antes do período definido no *caput* deste artigo.

Art. 2º. Ao Coordenador de TCC compete, em especial:

I - atender aos acadêmicos orientandos;

II - convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos.

III - indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;

IV - elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;

V - receber o projeto de monografia e os relatórios parciais;

VI - manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do acadêmico em fase de elaboração da monografia, título da monografia, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;

VII - indicar ao Coordenador de Curso as bancas examinadoras;

VIII - receber as monografias e encaminhá-las às bancas examinadoras;

IX - publicar editais, respeitado o prazo deste regulamento, fazendo constar data, hora e local em que será realizada a audiência pública, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora;

X - manter arquivo atualizado das atas das audiências públicas;

XI - providenciar o encaminhamento à biblioteca central do CD das monografias aprovadas;

XII - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;

XIII - publicar no início de cada ano, as temáticas dos trabalhos de conclusão de curso aprovadas pelo colegiado;

XIV - intermediar contatos entre o professor orientador e entidades, as quais serão contatadas pelo orientador.

XV - conferir e encaminhar para a Biblioteca a versão final em capa dura, com CD com arquivo em PDF, e também arquivar no curso um CD com arquivo em PDF.

CAPÍTULO V - DOS PROFESSORES ORIENTADORES E ORIENTANDOS

Art. 1º. Todo TCC deverá ser, necessariamente, acompanhado por um professor orientador, sendo de sua responsabilidade acompanhar e orientar a elaboração de cada etapa do trabalho.

Parágrafo Único: Constam das atribuições do professor orientador:

I – Frequentar reuniões convocadas pela Coordenação de TCC;

II – Assinar o trabalho final, verificando o atendimento das solicitações feitas pela banca e encaminhamentos do TCC de seus orientandos;

III – Receber semanalmente seus acadêmicos orientandos;

IV - Instruir previamente o acadêmico para a sua apresentação oral.

Art. 2º. Cabe aos acadêmicos orientandos, nos prazos estabelecidos neste regimento e pela Coordenação de Monografia, escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração a disciplina ministrada pelo professor e/ou sua condição de pesquisador no curso, com pesquisa publicada ou registrada.

Parágrafo Único: Será aceita a co-orientação de um professor desta ou de outra Universidade, ou um profissional da área, desde que o mesmo assuma, por escrito, tal encargo.

Art. 2. Na situação em que não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, deverá o acadêmico procurar o Coordenador de Monografia, a fim de que este lhe indique um orientador.

§ 1º - Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de Monografia deve observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles. E ao assinar o termo de compromisso, o professor estará aceitando a sua orientação. pode orientar, no máximo, 6 (seis) alunos por semestre.

§ 2º - A carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Trabalho, obedece às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 11º É permitido ao professor orientador e orientando desistirem da orientação.

§ 1º - Da solicitação de desistência deverá constar exposição de motivos e ciência do acadêmico ou do orientador.

§ 2º - A solicitação será encaminhada à Coordenação de TCC que dará ciência em reunião de colegiado e fará os encaminhamentos para substituição com registro em reunião.

§ 3º. É da competência do Coordenador de TCC a solução de casos especiais, podendo ele, se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Colegiado do Curso.

Art. 12º O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I. frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC;

- II. atender mensalmente, seus orientandos, em horário previamente fixado;
- III. avaliar o projeto de monografia que lhe for entregue pelo orientando, que deverá ser acompanhado de parecer de admissibilidade;
- IV. avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando, no decorrer da elaboração da monografia;
- V. autorizar ou não a entrega do projeto de TCC;
- VI. autorizar ou não o depósito das cópias de TCC para defesa, observados os prazos estabelecidos;
- VII. presidir a banca examinadora, na defesa de TCC do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:
- VIII. proceder à abertura e ao encerramento protocolar dos trabalhos; conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores; reunir-se,
- IX. reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;
- X. comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
- XI. providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;
- XII. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 13º A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do acadêmico, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 14º. O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de TCC e demais prazos estipulados neste regulamento.

CAPÍTULO VI - DO PROJETO DE MONOGRAFIA OU ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 15º O acadêmico deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre estas três fontes de orientação apontadas.

Art. 16º A estrutura do projeto compõe-se de:

I - Capa; III - Identificação;

IV - Tema delimitado;

- V - Breve relato sobre o tema;
- VI - Formulação do problema;
- VII - Hipóteses (quando houver);
- VIII - Objetivos;
- IX - Justificativa;
- X - Metodologia;
- XI - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);
- XII - Roteiro da Monografia, ou artigo;
- XIII - Cronograma de atividades;
- XIV - Levantamento bibliográfico;
- XV - Parecer de admissibilidade do professor orientador.

Art. 17º Aprovado o projeto de monografia ou artigo, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;
- II - haver a aprovação do professor orientador;
- III - existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação;
- IV - haver aquiescência do Coordenador de Monografia.

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

CAPÍTULO VII - DA MONOGRAFIA OU ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 18º A estrutura da monografia, ou artigo científico compõe-se de acordo com as normas da ABNT e especificações desse regulamento.

Art. 19º A monografia ou artigo devem ser apresentados preenchendo os seguintes requisitos:

- I - Impressa em papel branco tamanho A4, fonte arial 12, em espiral;
- II - O corpo da monografia (introdução, desenvolvimento e aspectos conclusivos e bibliografia) deve possuir no mínimo 45 (quarenta e cinco) páginas e no máximo 85 (oitenta e cinco) páginas, com ou sem trabalho prático, ou artigo com 30 (trinta) páginas.

III- A monografia ou artigo serão depositados junto à Coordenação do Curso de Licenciatura em Teatro, em quatro vias impressas, de igual teor e forma;

Parágrafo único: após a defesa, o discente deverá apresentar o resultado final em uma cópia impressa em capa dura na cor azul com letras douradas e duas cópias em CD, em formato PDF (indicações anexo), em sete dias após a defesa, com as devidas correções apontadas pela banca.

Parágrafo Único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que forem elas aplicáveis.

Art. 20º. A versão final da monografia ou artigo será defendida pelo acadêmico perante banca examinadora constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do acadêmico como o Presidente da sessão, professores do Curso de Licenciatura em Teatro, ou de outro Curso da própria Instituição, que tenha especial afinidade com o tema da monografia a ser defendida.

Parágrafo único: A banca deverá ser formada, preferencialmente, por professores com disciplinas afins.

Art. 21º A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§1º Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, ao Coordenador do Curso.

§2º Não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 22º Todos os professores do Curso podem ser convocados para participarem das bancas examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Coordenador de Monografia e designado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo Único. Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda, evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas examinadoras por semestre, ressalvadas as bancas que o professor funcione como presidente.

CAPÍTULO VIII - DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 23º As sessões de defesa das monografias são públicas.

Art. 24º A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma. aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 25º A monografia ou artigo será considerada aprovada se a média das notas dadas pelos membros da banca for superior a 7,0, sendo analisados os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito: a) aspecto formal conforme as regras da ABNT, até 1,0 ponto; b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 ponto; c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 ponto; d) delimitação do tema, até 1,0 ponto; e) relação da metodologia com o tema, até 1,0 ponto; f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 0,5 ponto;

II – quanto à apresentação: a) clareza e linguagem na apresentação, até 2,5 pontos; b) consistência das respostas, até 2,5 pontos; postura perante a banca, até 0,5 pontos.

Art. 26º A apresentação conterá:

I - 20 minutos de exposição do trabalho, pelo acadêmico;

II - 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas e para as respostas do acadêmico;

III - durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.

CAPÍTULO IX - DOS DEPÓSITOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º Parágrafo Único: A entrega de TCC – DEPÓSITO para a banca deverá ser acompanhada dos seguintes documentos preenchidos e assinados:

I - Ata de aprovação para Depósito (uma cópia)

II - Formulário de indicação de bancas (uma cópia)

III - Exemplares do TCC encadernados (quatro cópias)

Art. 28º Parágrafo Único: Na semana das defesas os acadêmicos devem levar preenchidos, impressos e assinados

I - Declaração de participação de membros (duas cópias), assinadas pelo coordenador do curso.

II - Declaração de orientação (uma cópia), assinada pelo coordenador de curso.

III - Ata para avaliação (duas cópias). O acadêmico deve levar sobressalente para o caso de erros durante preenchimento.

IV - Ata de aprovação/defesa (uma cópia) para ser anexada (original) à impressão da versão final (capa dura)/ e scaneada para versões em Cd.

Art. 29º Parágrafo Único: O acadêmico deverá entregar cópia da ata de defesa preenchidas e assinadas e das atas com a nota para o coordenador de TCC que irá levar para ciência ao colegiado das aprovações ou reprovações do semestre.

Art. 30 ° Parágrafo Único: Os Acadêmicos deverão em até 30 dias depois da apresentação entregar a versão final corrigida nos seguintes formatos:

I - Cópia impressa com capa dura azul e letras douradas contendo a ata de aprovação assinada pela banca (original).

II - Cópias de 2(dois) Cds (Um será entregue pela coordenação para Biblioteca, outro para arquivo no próprio curso constando em cada um: TCC no formato PDF com documentos da defesa (Ata de defesa/aprovação assinada em PDF (scaneada); Ficha catalográfica preenchida em PDF que pode ser gerada nos sistemas da UFT; Termo de autorização para trabalhos de conclusão de curso, que pode também ser gerado acessando os documentos do site da UFT; Capa do CD preenchida (anexo).

Art. 31 ° Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso de Artes, Coordenador de Monografias e Colegiado.

Art. 32° Esse regimento entra em vigor no primeiro semestre de 2018, revoga-se as disposições em contrário. Palmas, 11 dezembro de 2017.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelos documentos Plano Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Teatro. Palmas, 2009; Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) Para o Curso de Graduação em Engenharia Civil. Palmas: 2009; Plano de Desenvolvimento do *câmpus* de Palmas: 2016-2020. Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2015, CONSUNI nº 07/15/2015.

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE **PALMAS**
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, professor/a _____,
coordenador/a de TCC em exercício, declaro que o/a professor/a

orientou, durante o(s) semestre(s) _____, o trabalho de conclusão de curso
(TCC) intitulado _____,
apresentado pelo/a estudante _____.
Declaro, ainda, que o supracitado professor atuou como presidente da banca de
avaliação do referido trabalho em sessão pública realizada nas instalações do câmpus
Universitário de Palmas em _____, ocasião em que o referido trabalho
foi aprovado.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a coordenador/a de TCC

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE **PALMAS**
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, professor/a _____,
aceito assumir a orientação do trabalho de conclusão de curso do/a estudante
_____ durante os semestres _____ e _____. Declaro, ainda, que foi firmado entre nós -
estudante e eu - um acordo quanto à ocorrência dos encontros semanais de orientação.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

ANEXO III - SUGESTÃO DE BANCA EXAMINADORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



SUGESTÃO DE BANCA EXAMINADORA

Eu, professor/a _____,
responsável pela orientação do trabalho de conclusão de curso intitulado _____,
apresentado pelo/a estudante _____, faço saber
nossas sugestões para a composição da banca examinadora do trabalho, que será
defendido em sessão pública a ser realizada entre _____ e _____,
conforme agenda a ser definida pelo colegiado do curso de Licenciatura em Teatro.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

NOME E SOBRENOME
Estudante pesquisador/a

RELAÇÃO DE ESPECIALISTAS

Nome completo	Titulação	Instituição
Professor/a orientador/a		
Primeiro/a titular (professor membro do colegiado de licenciatura em Teatro da UFT)		
Segundo/a titular		
Primeiro/a suplente (suplente do orientador)		
Segundo/a suplente (suplente do primeiro titular)		
Terceiro/a suplente (suplente do segundo titular)		

Rubrica do/a professor/a orientador/a e do/a estudante pesquisador/a:
Para a sugestão de especialistas externos ao colegiado do curso de Licenciatura em
Teatro da Universidade Federal do Tocantins, apresentar justificativa:

Justificativa para sugestão do *Membro X* (substitua “Membro X” por “segundo titular”,
“segundo suplentes” ou “terceiro suplente”, conforme o caso):

Rubrica do/a professor/a orientador/a e do/a estudante pesquisador/a:

ANEXO IV - APROVAÇÃO DE DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 |
Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



APROVAÇÃO DE DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, professor/a _____,
aprovo o depósito de quatro exemplares do trabalho de conclusão de curso intitulado
_____, apresentado pelo/a estudante
_____.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

NOME E SOBRENOME
Estudante

ANEXO V - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE MONOGRAFIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE MONOGRAFIA

Aos ____ dias do mês de _____ de 2018, realizou-se
a defesa pública da monografia
_____, apresentada pelo/a estudante

a título de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins.

A banca examinadora atribuiu a nota média final ____
(_____), considerando o trabalho _____. Nada
mais tendo a constar, assinam essa ata o professor orientador e os membros da banca
examinadora.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

NOME E SOBRENOME
Professor/a avaliador/a

NOME E SOBRENOME
Professor/a avaliador/a

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTIN**
câmpus DE **PALMA**
CURSO DE LICENCIATURA EM **TEATR**
Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.



DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, professor/a _____,
coordenador/a de TCC em exercício, declaro que o/a professor/a

orientou, durante o(s) semestre(s) _____, o trabalho de conclusão de curso
(TCC) intitulado _____,
apresentado _____ pelo/a _____ estudante
_____.

Declaro, ainda, que o supracitado professor atuou como presidente da banca de
avaliação do referido trabalho em sessão pública realizada nas instalações do câmpus
Universitário de Palmas em _____, ocasião em que o referido trabalho
foi aprovado.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a coordenador/a de TCC

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BANCA DE
EXAMINADORA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
câmpus DE **PALMAS**
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BANCA DE EXAMINADORA

Eu, professor/a _____,
coordenador de TCC em exercício, declaro que o professor/a

integrou a banca de avaliação na defesa do trabalho de conclusão de curso (TCC)
intitulado _____,
apresentado pelo/a estudante _____
em sessão pública realizada nas instalações do câmpus Universitário de Palmas em
_____.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a coordenador/a de TCC

ANEXO VIII - MODELO DE CAPA

***Imprimir colorido.**



OBS: A Declaração de envio será fornecida pelo próprio site da biblioteca - <https://sistemas.uft.edu.br/biblioteca/>